


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA BOARETTO

PATOLOGIAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS: os
paradoxos da modernidade na sociedade brasileira do século
XXI e a luta social contra a figura do diabo

ARARAQUARA – S.P.
2014

ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA BOARETTO

PATOLOGIAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS: os paradoxos da modernidade na sociedade brasileira do século XXI e a luta social contra a figura do diabo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Soares Zuin

Bolsa: CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

ARARAQUARA – S.P.
2014

Boaretto, Antonio Carlos de Oliveira

Patologias sociais contemporâneas : os paradoxos da modernidade na sociedade brasileira do século XXI e a luta social contra a figura do diabo / Antonio Carlos de Oliveira Boaretto – 2014

166 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara)

ORIENTADOR: JOÃO CARLOS SOARES ZUIN

1. Sociologia. 2. Modernidade. 3. Valores sociais. I. Título.

ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA BOARETTO

PATOLOGIAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS: os paradoxos da modernidade na sociedade brasileira do século XXI e a luta social contra a figura do diabo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Soares Zuin.

Bolsa: CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Data da defesa: 24/02/2014

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. João Carlos Soares Zuin
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara.

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Carla Gandini Giani Martelli
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara.

Membro Titular: Prof. Dr. José Geraldo Alberto Bertoncini Poker
UNESP – Faculdade de Filosofia e Ciências – Marília.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Àqueles que apesar de todas as adversidades sempre acreditaram que eu seria capaz de atingir meus objetivos:

Aos meus pais, Antonio e Maria
à minha irmã, Ingrid
por nossa história.

À minha companheira Gracielle
à Lorena
à Gabriela
o meu carinho, dedicação, respeito e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por financiar esta pesquisa de mestrado na UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de mesquita Filho -, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.

Agradeço ao orientador deste trabalho, João Carlos Soares Zuin, pela tamanha generosidade intelectual e por sempre ter se mostrado disposto à orientação.

RESUMO

Norteador pelo método compreensivo da sociologia de Max Weber e pelo analítico e interpretativo proposto pela sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, o desenvolvimento deste trabalho chegou à hipótese central de que o conteúdo motivacional norteador da eleição e desenvolvimento da ação e relação social referente ao sentido da luta social travada contra a figura do diabo corresponde, em última instância, à construção social da segurança e da certeza, da revitalização do ânimo e do reconhecimento psicossocial dos sujeitos. E que é obtida através do “exorcismo” e “banimento” desta entidade e figura simbólica que representa uma espécie de mal absoluto, responsável por causar uma infinidade de maus e desgraças na vida dos indivíduos: desemprego, doenças e demais problemas graves de saúde, vícios, prostituição, falências, problemas conjugais, consciência da dúvida e do medo, solidão e etc. Nesse sentido, conclui-se que o processo de modernização nacional brasileiro, tal como ele se desenvolve no atual século, apresenta uma face conservadora. Expressa pela nova semântica sociocultural assumida pela luta social contra a figura do diabo na contemporaneidade.

Palavras – chave: Segunda modernidade. Modernidade tardia. Valores. Patologias sociais. Figura do diabo.

ABSTRACT

Guided by the comprehensive method of sociology of Max Weber and the analysis and interpretation proposed by the sociology of knowledge Karl Mannheim, the development of this work came to the central hypothesis that the guiding motivational content of election and development of action and social relationship relating to the sense of social struggle waged against the devil figure corresponds ultimately, the social construction of security and certainty, the revival of the spirit and recognition of psychosocial subjects. And that is obtained through the "exorcism" and "banishment" this entity and symbolic figure representing a kind of absolute evil , responsible for causing a multitude of evil and misfortune in the lives of individuals: unemployment, diseases and other serious health problems, addictions, prostitution, bankruptcy, marital problems, awareness of doubt and fear, loneliness and so on. Accordingly, we conclude that the process of Brazilian national modernization, as it unfolds in the present century, presents a conservative view. Expressed by the new socio-cultural semantic assumed by the social struggle against the devil figure in contemporary times.

Keywords: Second modernity. Late modernity. Values. Social pathologies. Devil figure.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 SOBRE A DINÂMICA CIVILIZATÓRIA DA GLOBALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, POLÍTICOS, CULTURAIS E A FRAGILIDADE DO INDIVÍDUO MODERNO	21
2.1 Contradições e antagonismos do processo de modernização nacional brasileiro na década de 1990	45
3 SOBRE OS PARADOXOS E AMBIVALÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO E DA INDIVIDUALIZAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XXI	69
3.1 Considerações acerca da radicalização das patologias sociais da modernidade na contemporaneidade	74
3.2 Sobre o dilema do anacronismo histórico brasileiro: o sentido duplo do valor precário da liberdade individual na contemporaneidade	87
3.3 Sobre a acentuação dos processos institucionalizados de individualização na sociedade brasileira do século XXI e o mal-estar da liberdade	97
4 SOBRE O SENTIDO SOCIOCULTURAL DA LUTA SOCIAL CONTRA A FIGURA DO DIABO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SEGURANÇA E DA CERTEZA, A REVITALIZAÇÃO DO ÂNIMO E AS DEMANDAS POR RECONHECIMENTO	119
4.1 A expansão pentecostal no Brasil ante aos encontros e desencontros dos processos de modernização nacional	124
4.2 O caso da Igreja Universal do Reino de Deus	131
4.3 A luta social contra a figura do diabo	140
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIA	156

1 - INTRODUÇÃO

O avanço dos processos de modernização na sociedade brasileira a partir da década de 1990 do último século, operadas por meio da globalização contemporânea do capitalismo e pela acentuação dos processos de individualização, *impõe* às grandes religiões mundiais assim como às suas variantes e ramificações, não somente o desafio, mas também a oportunidade de se desprenderem de seus grilhões e amarras institucionais, territorial e limites de fronteiras indentitárias, proporcionando-as o redescobrimto de suas dimensões teológico-valorativas, suas redes e seus próprios conceitos de comunidade e verdade religiosa ¹.

No limiar do século XXI, as religiões são desafiadas a competirem e a convierem umas com as outras em âmbito público, sendo que o sentido da competição se desdobra em: a) arrebanhar os fiéis que estão se indo dos templos; b) disputar pelo poder simbólico da teologia e redesenhar os sentidos da moralidade religiosa e da fé; c) competir para alcançar a posse e o poder dos bens culturais e materiais. Em suma, no limite, se trata de competir para poder continuar a existir enquanto instituição no interior dos novos processos de secularização e de modernização.

Ao se debruçar sobre a investigação de um grande e grave problema social de ordem histórico-sociológico referente à radicalização das patologias sociais da modernidade na contemporaneidade brasileira, da luta social contra a figura do diabo e do mal-estar da liberdade, no presente trabalho tratar-se-á de demarcar com maior grau de clareza a posição frágil e vulnerável na qual se encontram imersos e submersos os indivíduos modernos filhos da liberdade que compõem, sobretudo, a base da estrutura social brasileira em tempos de dinamização das forças sociais modernas que, em tempos de globalização contemporânea do capitalismo, adquiriram uma ampla envergadura e alcance sistêmicos. Ao mesmo tempo em que, no entanto, o processo de individualização se torna cada vez mais irrefreável e irreversível. Nesse sentido, o presente trabalho se desenvolve sobre dois grandes eixos investigativos, expostos a seguir.

No primeiro capítulo deste trabalho, intitulado *Sobre a dinâmica civilizatória da globalização contemporânea: aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e a fragilidade*

¹ Esclarece-se que, quanto ao sentido do verbo *impor* empregado na frase, este nos dá a dimensão do grau de profundidade do raio de alcance do problema, a saber: se trata de, simultaneamente, compreender e analisar, como que um poderoso projeto civilizacional econômico, político e cultural denominado de globalização, alterou radicalmente as antigas formas e modos de representação e significação das instituições da realidade social.

do indivíduo moderno, trata-se de analisar e interpretar o processo de reavivamento religioso contemporâneo na sociedade brasileira a partir da década de 1990 e do crescimento de novas formas de institucionalidade religiosa, no intuito de se apreender as possíveis conexões de sentido capazes de explicar essa imprescindível necessidade humana. Tanto em termos individuais assim como coletivos que se referem à busca por um sentido comum de existência em sociedades complexas, assim como à forte disposição voluntária em servir-se.

E, nesse sentido, tem-se que: a) implica em analisar e interpretar as profundas e radicais alterações das sociedades modernas no curso de seu avanço, sobretudo quanto aos impactos e efeitos colaterais gerados pelos processos de globalização e individualização sobre a sociedade brasileira. Trata-se da demarcação do espírito do tempo no qual se insere nosso objeto de investigação sociológica; e, b) implica analisar e interpretar o processo de modernização da sociedade brasileira a partir da década de 1990, identificando os elementos sócio-históricos, econômicos, políticos e culturais que teriam proporcionado a expansão da religiosidade na contemporaneidade e, especificamente, de uma moral religiosa fundada sobre a escatologia articulada do neopentecostalismo praticado pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD).

Assim sendo, o primeiro capítulo perpassa de modo exaustivo pela identificação do abalo do Estado nacional moderno em exercer sua soberania política. No sentido de atuar como garantidor substancial efetivo e seguro do aprisionamento dos medos, incertezas e inseguranças socialmente acordados. Por conseguinte, isso também equivale em identificar-se o declínio dos direitos e das garantias de seguridades sociais, bem como do caráter cada vez mais tênue e frágil da existência daqueles que ainda se encontram consolidados na sociedade brasileira em tempos de globalização.

Não obstante a isso, torna-se necessário identificarem-se os conteúdos ideológicos subjacentes ao valor da liberdade individual tal como ele o é sustentado e defendido pelo discurso oficial e dominante da ideologia neoliberal. Demonstrando-se a falácia do utopismo do valor desse sonho de liberdade, uma vez que eles são, em larga medida, responsáveis pela exacerbção das patologias psicossociais da modernidade na contemporaneidade – isto é, da lógica da essência contábil do dinheiro analisada e interpretada pela hermenêutica de Georg Simmel e que fora acentuada contemporaneamente quando acrescida da lógica corrosiva da ideologia neoliberal.

Já no segundo capítulo deste trabalho, que se intitula: *Sobre os paradoxos e ambivalências da urbanização e da individualização na sociedade brasileira do século XXI*

tratar-se-á de analisar e interpretar as consequências não intencionais resultantes do avanço dos processos de modernização na contemporaneidade brasileira. E, desse modo, se remete à questão da busca por um sentido comum de existência em sociedades modernas complexas e que será problematizado na perspectiva dos indivíduos crentes e fiéis. Sobretudo no que diz respeito à busca por novas formas sociais de objetivações valorativas.

Ou seja, se tratam das necessidades de orientação de sentido, compreendida enquanto busca por modos de vida afins à construção social da segurança e da certeza em sociedades complexas, examinando como que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) constrói essa ação e relação social por meio do valor referente à exacerbação da luta contra a figura do diabo, assim como de interpretar seus efeitos possíveis e desdobramentos futuros e de sua nova semântica sociocultural afim ao espírito do nosso tempo presente.

Nesse sentido, elege-se como eixo e mote estruturante por meio do qual serão realizados os processos de análise e interpretação da luta social contra a figura do diabo, a situação de vida dos indivíduos modernos que compõe a base da estrutura social brasileira perante o processo de urbanização acelerada da sociedade brasileira. Em especial àqueles desencadeados a partir de meados da década de 1980 do último século, período histórico em que surge a Igreja Universal do Reino de Deus. Sendo que o objetivo último de nosso interesse investigativo se refere ao senso do espírito combativo da guerra e da exacerbação dos potenciais de conflitos sociais emergentes no interim da configuração sócio-estrutural dos novos processos de modernização na sociedade brasileira, tal como ela se configura no limiar do século XXI.

Tal capítulo trata não somente dos paradoxos e ambivalências dos processos de urbanização e de individualização na sociedade brasileira em face aos impulsos modernizadores constatados a partir da relativa retomada do Estado brasileiro ao posto de agente de modernização nacional no primeiro decênio do atual século, assim como, também, da constatação do mal-estar da liberdade que se segue com a radicalização das patologias sociais da modernidade. Em movimento concomitante à ascensão daquilo que muito equivocadamente tem sido apreendido por alguns como sendo “uma nova classe média emergente” no país, ainda torna-se possível de constatar o nosso legado anômalo e patológico do dilema do anacronismo histórico brasileiro e da nossa forma muito peculiar de acesso ao moderno.

A conquista de aproximadamente trinta milhões de indivíduos brasileiros que ascenderam a novos patamares de renda e de consumo no país saindo do núcleo duro de

extrema pobreza se faz em meio a uma cotidianidade difícil, posto que atravessada e perpassada por inúmeros constrangimentos sociais, vazios substanciais do “eu”, denegação e privação de direitos, demais formas de humilhação e desrespeito, crônicas e agudas sensações de insegurança, medo e incerteza.

Já no terceiro e último capítulo do presente trabalho, intitulado *Sobre o sentido sociocultural da luta social contra a figura do diabo na contemporaneidade brasileira: a construção social da segurança e da certeza, a revitalização do ânimo e as demandas por reconhecimento*, perpassa-se pela breve exposição histórica da expansão pentecostal e neopentecostal no Brasil e, em particular, do caso da Igreja Universal do Reino de Deus. Atentando-se, no entanto, para a nova semântica sociocultural que a luta social travada contra a figura do diabo assume na contemporaneidade brasileira.

Não obstante a isso, para esta parte introdutória, reservou-se também o esforço do trabalho intelectual sistemático de desconstrução e reconstrução do próprio objeto a ser analisado e interpretado por este trabalho. Nesse sentido, se esclarece que a realização de tal escolha se fez no intuito de se apresentar e expor, de modo rigoroso e sistemático, os caminhos pelos quais este foi apreendido e construído teórica e metodologicamente, delineando-se a composição dos capítulos e subcapítulos do mesmo. Desse modo, conforme se tornará inteligível ao próprio leitor, este se encontra firme e amplamente ancorado nos métodos compreensivo da sociologia de Max Weber e nas análises interpretativas da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim.

Partindo-se das considerações de Max Weber quanto à especificidade metodológica da sociologia compreensiva, tem-se como tarefa reservada à sociologia o trabalho de “compreender interpretativamente a ação social e assim explica-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (WEBER, 2009, p. 3). Desse modo, no intuito de se tornar inteligível o sentido à adoção dessa ação e relação social para os próprios indivíduos crentes e fiéis, isto é, o porquê da eleição de uma religiosidade cujos valores morais e teológicos se singularizam, dentre outros aspectos, pela exacerbação da luta legítima e do espírito combativo da guerra que se trava contra a figura do diabo, tem-se como ponto de partida, o trabalho de se captar o sentido subjetivamente visado deste comportamento humano que orientam o grupo de indivíduos crentes e fiéis a escolherem e a praticarem tal ação e relação social. Ou seja, a elegerem este valor.

Assim sendo, tem-se o levantamento da seguinte questão inicial: qual o significado do diabo para os indivíduos crentes e fiéis que escolhem tal valor religioso do

neopentecostalismo praticado pela Igreja Universal do Reino de Deus? Ou seja, em outros termos, isso equivale em dizer tanto o que significa e o que representa para os crentes e fiéis os conteúdos morais, valorativos, simbólicos e teológicos dessa *figura*, bem como o que significa e representa para este mesmo grupo de indivíduos a luta que se trava contra o diabo, a ponto de tornar legítimo o espírito combativo da guerra².

Não obstante a isso, torna-se necessário apreender-se, portanto, qual o sentido motivacional que norteiam os indivíduos crentes e fiéis à adoção dessa ação e relação social. Isto é, da eleição legítima desse valor religioso. Trata-se de tornar inteligíveis as conexões de sentido referentes aos objetivos subjetivamente visados pelos indivíduos crentes e fiéis ao escolherem e elegerem tal valor. Ou seja, o que objetivam alcançar ou “exorcizar”, bem como quais seriam suas intencionalidades. Sendo que, ao falarmos de sentido, estamos nos referindo ao sentido visado pelos agentes, pois “o sentido é o sentido subjetivamente visado [...] não se trata, de modo algum de um sentido objetivamente ‘correto’ ou de um sentido ‘verdadeiro’” (WEBER, 2009, p. 4).

É nesse sentido que se torna significativamente sugestivo o seguinte dado inicial: os segmentos religiosos evangélicos que tem apresentado sucessivas e crescentes conquistas em termos de crescimento e que têm surpreendido aos mais exímios pesquisadores e cientistas sociais especialistas nos estudos em sociologia da religião pelo seu rápido expansionismo operado nas três últimas décadas na sociedade brasileira corresponde ao ramo denominado neopentecostal – e, com ele, no seu bojo, a própria Igreja Universal do Reino de Deus. Ademais, acrescentando-se a isto mais a informação de que, dentre às categorias conceituais ideal-típicas que caracterizam a especificidade do segmento religioso evangélico em questão, se encontra a exacerbação da guerra “espiritual” contra o diabo, proferida em meio a tons belicosos de suas mensagens salvacionistas.

Desse modo, esses dados, uma vez equacionados historicamente, sobre o prisma das profundas e radicais alterações sociais, econômicas, políticas e culturais advindas com o avanço dos novos processos de modernização na sociedade brasileira, tornam possível o

² Esclarece-se que para a apreensão interpretativa do significado da figura do diabo, realizou-se a construção sociológica desta figura como ideal-típica, atentando-se para os fenômenos frequentes possíveis de serem apreendidos inteligivelmente por meio dos seguintes procedimentos de coleta de dados: a) análise e interpretação bibliográfica das principais obras e trabalhos publicados por suas lideranças religiosas mais expressivas, com destaque especial para aquelas de autoria de sua principal liderança e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, o bispo Edir Macedo; b) análise e interpretação dos artigos impressos pelo principal e maior jornal da Igreja Universal do Reino de Deus, a *Folha Universal*, cuja publicação do periódico é semanal e sendo sua tiragem a de 1.800.000 exemplares; c) análise e interpretação bibliográfica de estudos e pesquisas especializadas em sociologia da religião, com destaque especial àquelas que versam sobre o segmento religioso evangélico neopentecostal.

levantamento das seguintes questões: a) há, em termos explicativos, correlações possíveis para a surpreendente trajetória de sucesso do neopentecostalismo – e, mais particularmente, para a Igreja Universal do Reino de Deus -, a serem encontradas nas alterações socioeconômicas, políticas e culturais, desencadeadas com o avanço da modernidade que se impõe enquanto projeto civilizacional sobre a sociedade brasileira pela via intensiva e extensiva do processo de globalização contemporâneo do capitalismo? ; b) por que com o avanço dos processos de modernização e secularização, cresce-se essa forte disposição individual e coletiva para crer? ; c) por que os indivíduos contemporâneos, filhos da liberdade e herdeiros dos processos de individualização, se encontram suscetíveis a essa angustiada busca por valores absolutos capazes de lhes proporcionarem sensações de proteção, segurança e certeza?

Todavia, para percorrermos a busca de evidências a tais questões, cuja gravidade do potencial explosivo dos conflitos sociais que se emergem na linha dos horizontes possíveis das sociedades modernas complexas, considera-se que o método compreensivo da sociologia de Max Weber não nos fornece a possibilidade de aprofundar o raio de alcance do problema. Em especial no sentido de se apreender todos os amálgamas e irracionalidades possíveis que se suscitam com as alterações e modificações – em termos de espírito, ideias e valores socioculturais – que caracterizam e singularizam o processo de transição da primeira para a segunda modernidade, bem como de se identificar as íntimas afinidades existentes entre tais e radicais alterações, com os sentidos da luta contra a figura do diabo, além de sua íntima relação para com o reavivamento religioso contemporâneo na sociedade brasileira. Orientado pelo intuito de se apreender todos os possíveis amálgamas e suas conflitivas absorções e enfrentamentos mútuos, seus fundamentos sócio-estruturais, as pretensões dos atores envolvidos e seus efeitos possíveis, bem como suas irracionalidades, utilizaremos como recurso e ferramenta metodológica, são somente a sociologia compreensiva de Max Weber, mas também, a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim.

De início, esclarece-se que sobre o sentido do termo ideologia empregado neste trabalho, este se refere à noção de *ideologia total*. Tal como ele o é proposto pela sociologia de Karl Mannheim, em seu sentido denotativo, o termo total significa que as ideias são apreendidas inteligivelmente pelo sujeito pesquisador e cientista social como sendo expressão de uma determinada época ou geração. Isto é, traduzem as características *sócio-estruturais do espírito de uma determinada época*.

Nesse sentido, para o caso peculiar do problema proposto pelo presente trabalho, além de significarem para os sujeitos crentes e fiéis as consideradas funções sociais de sua existência, tais ideias e valores religiosos postos em questão e transformados em problema sociológico pelo presente trabalho, por sua vez, “não são considerados na *forma* em que se apresentam, mas interpretados à luz da *situação de vida* de quem as exprime” e, por conseguinte, “*condicionados pela mesma situação social, são sujeitos às mesmas ilusões*” (MANNHEIM, 1986, p. 52-54, grifo nosso).

Assim sendo, o método da sociologia compreensiva de Max Weber passa a ser complementado pelo método proposto pela sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, no seguinte sentido: compreender interpretativamente o sentido do reavivamento religioso contemporâneo na sociedade brasileira que se configura no limiar do século XXI, assim como do senso acerca do espírito combativo da guerra, da intolerância e da violência que se expressa e se manifesta ao objetivar-se na luta social travada contra a figura do diabo em pleno palco das comunidades religiosas evangélicas neopentecostais (sobretudo quando estes são apreendidos em termos sócio-históricos nos limites temporais da realidade social brasileira ao molde como ela se configura a partir da última década do século passado e em curso no limiar do século XXI ³), por meio da adesão voluntária efetuada pelos indivíduos crentes e fiéis ao valor religioso do neopentecostalismo praticado pela Igreja Universal do Reino de Deus, implica *também*, em desvendar e captar as conexões de sentido *não somente* na esfera dos conteúdos motivacionais particulares dos sujeitos fiéis à eleição de tal ação e relação social. Pois, tais conteúdos, conforme demonstraremos, também traduzem os reflexos e efeitos colaterais não previstos e indesejados advindos com o avanço dos processos de modernização na sociedade brasileira das duas últimas décadas.

E, por conseguinte, da correlação existente entre o processo de radicalização das patologias sociais da modernidade na contemporaneidade, do declínio, denegação e/ou privação de direitos. Em especial àqueles referentes à garantia do autorespeito e reconhecimento ao valor da dignidade da pessoa humana. E, desse modo, tanto suas causas como seus efeitos possíveis, escapam e se encontram, muitas vezes, *para além* da apreensão cognitiva e imediata dos juízos dos indivíduos:

³ Tal ideia se refere à seguinte questão e problema: por que, no limiar do século XXI, quando se intensificam e avançam os novos processos de modernização e secularização, se depara com o retorno crescente e surpreendente de indivíduos que provaram dos frutos da ilustração, ao universo da religiosidade, contudo de uma religiosidade ressignificada?

A sociologia do conhecimento, por outro lado, toma para si exatamente o problema dessa estrutura mental *na sua totalidade*, tal como se manifesta nas diversas correntes de pensamento e grupos histórico-sociais. A sociologia do conhecimento não critica o pensamento no próprio plano das afirmações, que podem envolver embustes e disfarces, mas examina-o no nível estrutural ou noológico (MANNHEIM, 1986, p. 246-247).

Desse modo, o sentido de sua adesão, do espírito combativo da guerra, da ira e da revolta e, por extensão, da própria intolerância e violência por ele manifesto no curso de sua ação social quando objetivada, perpassa pela reconstrução necessária das bases sócio-estruturais referentes às profundas, radicais e significativas alterações (em termos de espírito, ideias e valores) operadas no interior do avanço dos novos processos de modernização e de secularização na sociedade brasileira ⁴. Tal como nos diz Mannheim, ao se referir sobre os limites da ideologia particular para se diagnosticar o grau de latência e acirramento dos conflitos subterraneamente gestados pelo dinamismo das próprias forças sociais modernas:

As análises das ideologias, nessa acepção particular, que tornam o conteúdo do pensamento individual em grande parte dependente dos interesses do sujeito, *nunca poderão realizar essa reconstrução básica da perspectiva inteira de um grupo social* [...] o mesmo não se dá com o conceito total de ideologia. Quando atribuímos a uma época histórica um mundo intelectual, e a nós um outro, ou se uma certa camada social, historicamente determinada, pensa em categorias diferentes das nossas, não nos referimos a casos isolados de conteúdo de pensamento, mas a sistemas de pensamento fundamentalmente divergentes e a modos de experiência e interpretação profundamente diversos. [...] Correspondendo a esta diferença, *a concepção particular de ideologia opera primariamente como psicologia de interesses*,

⁴ Esclarece-se que, quanto à busca por evidências referentes às conexões de sentido, em termos de interpretação dos sentidos que se referem aos conteúdos motivacionais subjetivamente visados pelos indivíduos, a sociologia compreensiva de Max Weber também se mostra sensível ao fato de que, em determinados casos particulares e específicos, os “reais” motivos que orientam os sujeitos à ação social, se encontram “ocultos” aos próprios juízos dos indivíduos: “em muitos casos, supostos ‘motivos’ [...] ocultam ao próprio agente o nexos real da orientação de sua ação, de modo que também seus próprios testemunhos subjetivamente sinceros têm valor apenas relativo. Neste caso, cabe à Sociologia a tarefa de averiguar essa conexão e fixa-la pela interpretação, *ainda que* não tenha sido elevada à consciência” (WEBER, 2009, p. 7). Porém, distintamente do que ocorre com o método da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, estes “supostos motivos” ocultos aos quais se refere Weber, ainda se encontram no interior da inteligibilidade dos *conteúdos motivacionais particulares*, e não no âmbito das ideias e valores sócio-estruturais de uma determinada geração – isto é, de sua morfologia social -, tal como se dá com a sociologia de Karl Mannheim: “manifestações externas da ação que consideramos ‘iguais’ ou ‘parecidas’ podem basear-se em conexões de sentido bem diversas para o respectivo agente ou agentes” (WEBER, 2009, p. 7).

ao passo que a concepção total usa uma análise funcional mais formal, sem qualquer referência a motivações, restringindo-se a uma descrição objetiva das diferenças estruturais dos espíritos quando operam em circunstâncias sociais diferentes. A primeira presume que este ou aquele interesse seja a causa de uma determinada mentira ou ilusão. A segunda pressupõe apenas que existe uma correspondência entre dada situação social e dada perspectiva, ponto de vista ou massa aperceptiva. [...] Chegamos a esse ponto quando já não tomamos os indivíduos pessoalmente responsáveis pelas ilusões que lhes descobrimos nas ideias, quando já não atribuímos o mal que fazem à astúcia deliberada. É apenas quando procuramos, mais ou menos conscientemente, descobrir a fonte de sua falsidade num fator social, que começamos a fazer uma interpretação ideológica (MANNHEIM, 1986, p. 54-56, grifo nosso).

Nesse sentido, o método empregado pela sociologia do conhecimento serve aos propósitos investigativos no sentido de se realizar com maior grau de profundidade o diagnóstico a ser desenvolvido por este trabalho. Sobretudo porque contribui para tornar sociologicamente inteligível a gravidade do teor referente ao raio de alcance do problema que se enfrenta na contemporaneidade brasileira ⁵, a saber: diante de uma nova realidade social, cujo contexto histórico e social, econômico, político e cultural se caracterizam pela presença de milhares de indivíduos que, cada vez mais, vivenciam e vislumbram um horizonte de transformações radicais (em razão, sobretudo, dos efeitos colaterais gerados pelo avanço dos processos de modernização, isto é, de uma modernidade que se radicalizou e que se globalizou, produzindo riscos, incertezas, inseguranças e desigualdades sociais em escala global, ao mesmo tempo em que ampliou do movimento massivo de uma cultura experimental individualista); e, cuja apreensão cognitiva referente aos nexos de causalidades de tais contradições sistêmicas, socialmente produzidas pela dinâmica dessa mesma realidade social global, se torna cada vez mais complexos de serem percebidos de modo imediato e visível pelos sentidos, torna-se não menos possível o surgimento de um medo difuso, aterrorizador e paralisante e do abalo nas relações de confiabilidade em instituições sociais chaves da primeira modernidade - tal como, por exemplo, ao poder político estatal em oferecer proteção

⁵ Em outros termos, o método analítico e interpretativo da sociologia do conhecimento, tornou possível ampliar o raio de alcance dos efeitos e consequências – possivelmente catastróficos – do diagnóstico referente ao problema deste trabalho, isto é, para além dos limites restritivos ao universo religioso, uma vez que não se restringe a este; pois, tem-se que a propensão em relação ao acirramento dos conflitos, da indiferença, da intolerância, do desrespeito, da segregação, da exclusão. Em suma, da banalização da violência, são apreendidos como efeitos colaterais e, ou, consequências não intencionais que, por sua vez, subjazem – enquanto elemento oculto, porém latente – todo o espírito que caracteriza uma nova época da modernidade (ora, portanto, ofuscado pela sua fase de latência e, ou, ora manifestamente aberto e declarado, quando deposto o véu da latência dos conflitos).

e garantias sociais aos indivíduos e cidadãos, em termos de direitos sociais e seguridades socioeconômicas aos mesmos.

A desregulamentação da dinâmica econômica global, acompanhada pelo abalo da política soberana do Estado nacional, em tempos de globalização, também equivale em dizer, dentre outros aspectos, em restrições e limites à sua capacidade em concretizar, de modo substancial e efetivo, o controle e aprisionamento das sensações de insegurança e incerteza dos indivíduos e cidadãos que compõe o quadro da sociedade civil nacional. E, por conseguinte, os indivíduos contemporâneos que formam este mesmo quadro da sociedade civil se encontram cada vez mais suscetíveis à busca por novas formas e modos de objetivações valorativas, não raro à busca por valores centrados em absolutos que podem ser encontrados, tanto pela via da adesão às comunidades religiosas. Ou, simplesmente aos valores transcendentais em um ser divino arquitetados individualmente. Ou, em valores religiosos norteados por mensagens salvacionistas capazes de oferecer esperança em relação a um futuro cada vez mais incerto, indeterminado e imprevisível. Assim como, não obstante, ao crescimento de demandas por ordem e segurança pública e política. E, com efeito, tornando não menos possível o ressurgimento de antigas e novas ideologias políticas conservadoras, autoritárias, totalitárias, nacionalistas, coletivistas e homogeneizadoras, xenófobas, racistas, fundamentalistas, dentre inúmeras outras que, no limite, se assemelham por tenderem a violar o Estado de Direito, a dignidade e o valor da pessoa humana.

Por conseguinte, ocorre que, no ínterim da dinâmica civilizatória contemporânea das sociedades modernas complexas e radicalizadas, vive-se e convive-se, individual e coletivamente – quer queiramos ou não -, em um contexto histórico sócio-estrutural paradoxal e ambivalente que, uma vez interconectado globalmente, se tornou, por certo imprevisível e propício ao surgimento dos mais variados e diversos tipos de ideologias conservadoras. Atentando-nos para as possíveis erupções e insurgências de “totalitarismos legítimos de defesa” – para usar as próprias palavras de Ulrich Beck. E, com efeito, gestando graves riscos à democracia, seja ela em sua variante social, ou quer se trate de sua vertente política. Em especial quando remetidas às linhagens do pensamento político brasileiro, o qual, por sua vez, ainda conserva gérmens político-ideológicos de autoritarismo disfarçado.

Desse modo, diante de um estado individual e coletivo de muita hesitação e agonia, denegação e privação de direitos, seguidos de perto pelo solapamento da confiança dos sujeitos em relação às instituições centrais da sociedade industrial do século XX, assim como da geração de profundas sensações de insegurança, incerteza, medo e mal-estar característicos

da segunda modernidade, não é de se surpreender que o nosso tempo presente seja propício à emergência de novos bodes expiatórios. Retratado em nosso trabalho por uma *figura* que rouba o centro do universo religioso contemporâneo na sociedade brasileira: o *diabo*.

Apreendido enquanto *figura*, isto é, por um lado, como *conteúdo* e, nesse sentido, em termos de significados particulares à comunidade crente de fiéis, representa o significado desta entidade em termos simbólico-espiritual e teológico do universo religioso neopentecostal para os indivíduos crentes e fiéis. E, por outro, simultaneamente, enquanto *forma* e face social oculta e subjacente aos juízos de apreensão cognitiva imediata dos próprios sujeitos fiéis, tem-se apresentado de modo muito presente e contínuo nas narrativas e mensagens salvacionistas da Igreja Universal do Reino de Deus – embora se deva esclarecer que não somente para esta denominação evangélica neopentecostal, pois o acirramento e a exacerbação da guerra contra o diabo corresponde a um dos aspectos característicos da tipologia ideal neopentecostal.

Contudo, enquanto uma espécie de novo *bode expiatório* que emerge, agora, no interior das condições sócio-estruturais dos novos processos de modernização na sociedade brasileira do século XXI e em pleno palco das comunidades evangélicas neopentecostais, além da alteração e modificação das proporções que passam a assumir seu significado e sentido social, se destaca não somente pela leveza e fluidez com que consegue mudar as roupas de seu personagem ⁶, mas também pelo problemático fato de que os diversos infortúnios e sofrimentos que afligem os indivíduos crentes e fiéis (desde o fantasma do desemprego, doenças de demais problemas graves de saúde, vícios, problemas conjugais, falências, a própria consciência da dúvida e do medo, prostituição, dentre inúmeros outros graves e dolorosos problemas de ordem social) são atribuídos à ação manifesta das possessões de entidades malignas e demoníacas. As quais, por sua vez, se objetivam na dimensão personificada dos diversos “outros” e “estranhos” contemporâneos, concebidos como desviantes. Cabendo, inclusive, aos próprios indivíduos crentes e fiéis, punirem e cercarem esse bode expiatório e agente estranho e nocivo indesejável, para que obtenham as sensações subjetivas da segurança almejada, assim como das garantias de certezas das bênçãos divinas prometidas, e concebidas enquanto direito do cristão a ser gozado neste mundo, tal como concebe a teologia da prosperidade.

⁶ Pois, antes à fixidez e rigidez de sua identidade, apresenta uma enorme e extraordinária facilidade para mover-se, podendo assim atender a uma variedade maior de expectativas, sonhos, esperanças, desejos e vontades individuais, todas ávidas, no entanto, por *reconhecimento pessoal e social, segurança e certeza*.

Em outros termos, isso significa que não se trata mais, tão somente, de seus sentidos e significados eminentemente teológicos que se considera como sendo relevantes à tarefa de serem investigados, analisados, interpretados e problematizados quanto ao curso de seus efeitos e desdobramentos futuros. E sim, a conexão intrínseca do *novo significado de ordem sociocultural*. Isto é, de sua *nova semântica social*. Do significado que este passa a assumir quando inserido no interim da nova configuração realidade social que se emerge com as profundas e radicais alterações sócio-estruturais que se impõe à sociedade brasileira, a partir da década de 1990. É justamente esta a peculiaridade da gravidade social que se planta com o objeto deste trabalho. À medida que se observa a expansão de demandas sociais, tanto individuais como coletivas, por valores absolutos capazes de amenizar as profundas sensações de mal-estar, incertezas, inseguranças e medos produzidos pelas profundas e radicais alterações sócio-estruturais que singularizam o núcleo histórico-social da segunda modernidade; e quando estas demandas passam a serem encontradas em novas formas e modos de objetivações valorativas propensas a ações de cunho segregacionistas, desrespeitosas e em relação aos múltiplos e diversos outros “estranhos” contemporâneos, cabe à sociologia interrogar e investigar sobre o papel que ocupa as religiões no seio de uma realidade social que se faz cada vez mais diversa, múltipla e plural.

2 - SOBRE A DINÂMICA CIVILIZATÓRIA DA GLOBALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, POLÍTICOS, CULTURAIS E A FRAGILIDADE DO INDIVÍDUO MODERNO

O mundo está sendo abalado por transformações de amplas proporções, intensas e profundas. Está sendo atravessado por uma ruptura histórica de alcance universal, por suas implicações práticas e teóricas. É como se fosse um terremoto inesperado e avassalador, provocando transformações mais ou menos radicais em modos de vida e de trabalho, forma de sociabilidade e ideais, hábitos e expectativas, explicações e ilusões. Um processo de envergadura mundial, que se desenvolveu dentro da Guerra-Fria, expandindo-se ainda mais depois da desagregação do bloco soviético e a transformação do mundo socialista em uma vasta fronteira de expansão do capitalismo [...]. Modificam-se os significados das coisas, gentes e ideias. Ao lado da exacerbação do presente, real e virtual, tudo o mais parece esfumar-se, como se fosse fantasia ou alucinação. O que predomina é o imediato do que se vê, ouve, sente, faz, produz, consome, desfruta, carece, sofre, padece. É como se uns e outros, indivíduos e coletividades, em sua grande maioria e em todo o mundo, tivessem de repente, sido jogados em um vasto cenário inesperado, assustador, deslumbrante (IANNI, 2011b, p. 239).

A globalização contemporânea do capitalismo corresponde a um poderoso projeto civilizacional de nova ocidentalização do mundo, simultaneamente socioeconômico, político e cultural, que alterou de modo radical as antigas e clássicas formas de representação das instituições da realidade social brasileira que se configura a partir de meados da década de 1990 do século passado. Não obstante a isso, naquilo que se refere à sua manifestação assimétrica, também prosseguiu refletido em todos os níveis biopsicossociais humanos, do macro ao microsocial, sobretudo no que diz respeito à intensificação das pressões e constrangimentos sociais, dos temores e das incertezas, acentuando-se *não somente* a gravidade dos sofrimentos dos indivíduos modernos em meio à radicalização das patologias sociais da modernidade e que se seguem aos processos de desindustrialização, deslocamento de capitais e desnacionalização, assim como, *também*, abrindo o horizonte de possibilidades de mudanças nos tradicionais limites da vida social existente.

Enquanto novo processo civilizacional de ocidentalização do mundo esclarece-se que a noção de processo civilizacional aqui empregada, é largamente norteadas pelas considerações de Norbert Elias (1994):

O conceito de ‘civilização’ refere-se a uma grande variedade de fatos: ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos (p. 23).

Eis que aqui, nessas breves passagens introdutórias de sua obra, encontra-se já esboçada uma das grandes dimensões vislumbradas pela expressão “processo civilizador”. Nela, tem-se que subjacente a todo processo civilizatório, há como correlato, a existência de um processo de ressignificação dos modos e estilos de vida, isto é, das condutas e comportamentos sociais. Ademais, por outro lado, há ainda outro elemento semântico que atribui força e densidade à expressão aqui referida e empregada por Elias (1994) e que, por sinal, é valiosa aos nossos interesses investigativos. Trata-se do sentido referente à dimensão eurocêntrica do mundo, mais precisamente, do poder de ocidentalização do mundo – ou seja, a noção vitoriosa de civilização implica um processo de difusão de modos e estilos de vida, de condutas e de comportamentos sociais:

Mas se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: esse conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. [...] Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo, e muito mais (p. 23 – grifo do autor).⁷

⁷ Sobre a dimensão política da noção de *Zivilisation* e de sua sóciogênese, nos diz Elias: “Em nome da Cruz e mais tarde da civilização, a sociedade do Ocidente empenha-se, durante a Idade Média, em guerras de colonização e expansão. E a despeito de toda a sua secularização, o lema ‘civilização’ conserva sempre um eco da Cristandade latina e das Cruzadas de cavaleiros e senhores feudais. À lembrança de que a cavalaria e a fé romano-latina representa uma fase peculiar da sociedade ocidental, um estágio pelo qual todos os grandes povos do Ocidente, certamente não desapareceu” (1994, p. 67).

Contemporaneamente, no entanto, como parte integrante da imposição advinda com o processo de globalização contemporânea do capitalismo, o assim chamado respeito aos valores “democráticos” passa a ser a única concepção da modernidade:

Em todas as instituições internacionais nas quais as sociedades ocidentais poderosas estão envolvidas é consensual a ideia de que países que buscam filiar-se a instituições internacionais, receber ajuda da ‘comunidade internacional’ ou associar-se aos Estados Unidos, à OTAN, à OCDE etc. precisam passar no ‘teste da democracia’, de modo a assegurar direitos humanos e padrões ecológicos mínimos. A transparência democrática e o respeito aos direitos humanos são entendidos como ingredientes irrenunciáveis de ‘boa governança’ (ALTVATER, 1999, p. 122-123).

Ocorre, portanto, que o processo de globalização contemporâneo passa a ser acompanhado pela imposição de um modelo político peculiar, o da democracia representativa – ao menos no que se concerne à sua forma – e do respeito ao regime dos direitos humanos que, por sua vez, devem ser defendidos e assegurados de uma ou outra maneira, sob a pena de serem implantados, inclusive, pela via da força militar. Assim sendo, apreendido no sentido de um *realismo cosmopolita* (BECK, 2005), as relações de reciprocidade e o universalismo do direito, tendem a privar e a restringir os Estados nacionais do atributo referente à amplitude do poder e da autodeterminação ilimitada:

São os direitos humanos e as instâncias que julgam sua observância ou, inobservância, os que fundam, outorgam ou retiram a legitimidade, e com isso – e esta é a outra cara da moeda – abandonam a Estados, países e regiões à ‘legítima’ intervenção violenta de outros Estados. A linguagem dos direitos humanos modifica as bases da política mundial porque impregna todos os planos e âmbitos da política e da sociedade nacional, e os abre a juízos, controles e intervenções externas. [...] o regime dos direitos humanos opera no mais profundo como um duplo fio. Não somente permite regulações de conflitos para além das fronteiras, senão que conduz também à ‘intervenções humanitárias’ em outros países (BECK, 2005, p. 69-70).

Não obstante às imposições referentes aos valores e modos de organização política, assentados sob a democracia formal e representativa e que, no limite, tendem a atenuar o poder político soberano dos Estados nacionais, este também fora duramente abalado pela nova

forma e dimensão da especificidade econômica assumida pelo capitalismo global, virtual e financeiro: “a crescente transnacionalização da economia não só reorienta como também reduz a capacidade decisória do governo nacional” (IANNI, 2011b, p. 225). Em outros termos, tem-se que “os denominados perigos globais fazem com que se fendam os pilares do tradicional sistema de seguridade. [...] os danos perdem sua delimitação espaço-temporal para converter-se em globais e permanentes” (BECK, 2008, p. 93). Diante da dinâmica civilizatória desencadeada com o avanço da modernidade, contudo imersa e submersa nos potenciais de riscos e ameaças civilizacionais globais da “tchernobil econômica” (BECK, 2003b), tem-se como correlato o abalo do poder político soberano dos Estados nacionais no sentido de assegurarem garantias de proteção e de seguridades sociais, haja vista que, agora, em tempos de globalização, o fluxo da dinâmica econômica tende a escapar dos limites de fronteiras territoriais nacionais, resultando em um duro golpe no que diz respeito ao poder e à capacidade do Estado em controlá-la sobre uma base previsível, bem fundada e segura.

Com a prevalência da hegemonia econômica do capital financeiro, a política é desmontada, se tornando difusa diante da inexistência de qualquer autoridade política que esteja em condições de controlar e regulamentar as possíveis irrupções de crises e recessões da economia mundial: “se é verdade que os Estados nacionais continuam a serem atores importantes, é também inegável que as corporações transnacionais transformaram-se em atores ainda mais importantes” (IANNI, 2011b, p. 337) ⁸. Adentra-se, portanto, numa fase de quase que total autogestão das atividades econômicas, em que o capital passa a assumir uma enorme disposição de poder e ação que vai além do próprio sistema político, ao passo que, por outro lado, trata-se de uma fase da dinâmica do capitalismo global em que a produção pode ser subdividida em lugar de produção, lugar de declaração fiscal, lugar de inversão de capitais e lugar de residência dos quadros dirigentes.

Cada país em particular, em maior ou menor grau, se torna refém da imprevisibilidade do fluxo da dinâmica dos mercados globais e do capital financeiro, vendo-se, em larga medida, coagidos em terem de realizarem inúmeros esforços em termos de arrecadação de tributos e de distribuição dos recursos públicos e de infraestrutura material e social. Nesse

⁸ A última e atual crise financeira mundial que está assolando a Europa, nos mostra a gravidade do problema concernente aos efeitos colaterais de um mercado financeiro global sem regulação estatal, pois, uma vez usando-se de títulos sem quaisquer garantias, pode-se, inclusive, forjar incontáveis balanços de empresas e até de países, cujas consequências podem ser exemplificadas pela recente e grave crise iniciada na Grécia e que tem se alastrado por toda a zona do euro na Europa e, indiretamente também, a diversos outros países que são exportadores de bens e serviços aos países europeus afetados, como é o caso do Brasil.

sentido, diante do enorme poder de subtração assumido pelo capital na contemporaneidade, isto é, do capital leve e desterritorializado,

[...] o pior que pode acontecer a uma sociedade é a fuga de capital, o desvio dos fluxos de capital para outro lugar, pois, neste caso, destrói-se o sistema nervoso da sociedade e do Estado territoriais, isto é, eliminam-se a arrecadação e os empregos. [...] Mediante essa política de autoliquidação, o Estado nacional se torna uma promessa que nem ele mesmo é capaz de cumprir (BECK, 2003b, p. 46).

Dai advém-se que, “os gladiadores do crescimento econômico, tão cortejado, pelos políticos, socavam a autoridade do Estado ao exigir-lhe prestações por um lado e, por outro, negar-se a pagar impostos” (BECK, 2008, p. 22). Os horizontes políticos referentes à política “altamente” política e institucionalizada tendem, em meio a esse contexto, a se esvaziar na medida em que a participação do povo nos procedimentos políticos formais e juridicamente sancionados se tenciona ante aos vácuos políticos substanciais deixados pela desregulamentação e a autoridade dos mercados, tornando sua substância débil mesmo que sua forma seja forte ⁹:

A desregulamentação econômica prejudica a soberania política – e, portanto, a capacidade de regulamentação política – e vice-versa: a regulamentação política é um meio de controlar e ‘comprometer’ a racionalidade econômica. [...] Politicamente, a globalização e a desregulamentação, a ela associada, também significam que: primeiro, a tomada de decisão privatizada é despolitizada, ou seja, não precisa mais da legitimação do cidadão, [...] os cidadãos, que formam uma comunidade política, são interessantes, antes de tudo, como sujeitos econômicos, particularmente como consumidores (ALTVATER, 1999, p. 118-119).

⁹ Entretanto, isso não significa dizer, necessariamente, que estejamos assistindo um processo de colapso da política, pois o que passa a ocorrer é que, ante ao vácuo e declínio da política formal e representativa “altamente” política e institucionalizada nos parlamentos, a ação política também está se metamorfoseando em paralelo ao processo de subpolitização, característico ao que Ulrich Beck denomina como sendo a *política da vida*, embora de consequências imprevisíveis, uma vez que o desafio passa a se repousar sobre e, concomitantemente, nos próprios indivíduos: “a economia que atua em nível mundial socava os cimentos das economias nacionais e dos Estados nacionais, o que desencadeia por sua vez uma subpolitização de alcance completamente novo e de consequências imprevisíveis” (BECK, 2008, p. 17).

Para o modelo de organização do sistema capitalista empreendido logo após a segunda metade do século XIX e início do século XX, prevalecia-se a crença em um consenso otimista para com o progresso, ao futuro, ao poder da ciência e da técnica, bem como dos benefícios da grande indústria:

Em escala maior, em termos de categorias numerosas, a aventura capitalista encarna-se na libertação, sobretudo espacial ou geográfica, possibilitada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e do trabalho assalariado, o que permite que os jovens se emancipem das comunidades locais, da ligação à terra e do arraigamento familiar, que fujam da cidadezinha, do gueto e das formas tradicionais de dependência pessoal (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 49).

Com o desenrolar do processo de crescimento e desenvolvimento extremo das forças produtivas que se seguem no transcorrer do século XX, no interior do capitalismo que se desenvolveu nos intervalos dos anos 30 e 60, prevalece-se o “fascínio do gigantismo” pela grande empresa e pelo modo de produção fordista (BAUMAN, 2001). Destaca-se a ambição referente ao aumento do volume e do tamanho das fábricas, do desenvolvimento de uma produção em massa, baseada em economias de grande escala, na padronização dos produtos, na organização racional do trabalho e em novas técnicas de ampliação dos mercados. Para este tipo e modelo peculiar de capitalismo moderno, sua legitimidade se repousava sobre um modo singular de compromisso que nascia entre os capitalistas e os trabalhadores, no qual o trabalho disciplinado, hierárquico e repetitivo era “comprado por bons salários, tempo de lazer e oportunidades efetivas de consumo de bens duráveis e conforto para a classe trabalhadora americana” (SOUZA, 2010, p. 33).

O estímulo ao progresso econômico geral das sociedades modernas e as certezas de garantias de direitos de proteção e de seguridade social, bem como das carreiras, foram os grandes pilares sobre os quais se legitimou o sistema capitalista logo após o período do pós-segunda guerra mundial. Na primeira fase, que se prolonga até meados dos anos 1960, vigorava a imperiosa necessidade de se reconstruir um mundo em ruínas, sendo possível de serem aqui encontradas em processo concomitante ao expansionismo do Estado de bem-estar social, o que Beck (2002), denomina de “virtudes clássicas”, tais como a “disposição ao sacrifício, diligência, trabalho sem descanso, abnegação, subordinação e assistência aos

demais” (p. 21). Já na segunda fase, que se prolonga até meados da década de 1980, esta pode ser sintetizada pela expressão “sonho de prosperidade perpétua” (BECK, 2002, p. 21).

Nela, afloram-se as liberdades civis e políticas pelas sociedades. Trata-se de um período de maior segurança e cujos efeitos colaterais secundários gerados pelo próprio avanço dos processos de modernização, ainda podiam ser negados pelos atores sociais dominantes – efeitos colaterais estes que se transformaram, contemporaneamente, em caros e graves problemas no que diz respeito ao abalo dos pressupostos e premissas básicas sobre as quais se erigiram as sociedades modernas industriais da primeira modernidade. Prevalecem-se aqui, as garantias em relação às carreiras, havendo certezas relativamente maiores do que nos dias atuais quanto à previsibilidade, controle e domínio das ações sócio-individuais em relação aos projetos de vida para o futuro. As carreiras, no ínterim desse modelo de configuração sócio-estrutural do sistema capitalista, comportavam ainda os horizontes quase que plenamente certos em relação aos aumentos dos ganhos regulares de salário ¹⁰.

E, assim sendo, uma vez respaldado pelo ideal valorativo meritocrático como princípio de justiça, àqueles identificados como sendo responsáveis, eficientes e funcionais, teriam abertas as oportunidades de ascensão na hierarquia empresarial. Por outro lado, há ainda outro imprescindível dispositivo de garantias para o período considerado; o Estado Constitucional Liberal-Democrático de Direito, com suas políticas sociais de seguridade social e assumindo a responsabilidade de “oferecer o indispensável complemento em termos de garantias de que os trabalhadores precisam” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 121).

Assim sendo, durante a primeira modernidade, por meio da “dialética do cálculo do risco e da lógica do seguro” (BECK, 2010), os Estados nacionais se encontravam em condições mais propícias ao exercício da instrumentalização da criação da ordem interna e, por conseguinte, abrandando os possíveis potenciais de conflitos sociais emergentes, na medida em que os efeitos colaterais gerados pela própria dinamização do desenvolvimento das forças sociais modernas industriais clássicas seriam compensados por programas sócio-institucionais efetivos. No limite, isso significa dizer que as sociedades modernas que se industrializaram e se desenvolveram no século XX, trouxeram consigo a premissa concernente à possibilidade de controlarem os desequilíbrios econômicos desencadeados pelo

¹⁰ Conforme abordam Boltanski e Chiapello (2009), ao se referirem sobre as garantias em relação às carreiras e aos salários, dizem: “As obras sobre a gestão empresarial da época estão cheias de conselhos sobre o modo de prevenir-se contra o risco de haver falta de executivos: planejamento das necessidades, recrutamentos preventivos e estabelecimentos de perfis de carreira que possibilitem ir levando os iniciantes gradualmente ao nível médio de competências dos postos que exigem grandes responsabilidades. As carreiras motivam os executivos que se sentem reconhecidos em sua capacidade. A possibilidade de mudar de posto alguém que não trabalhe direito é mencionada, mas nunca se menciona a demissão” (p. 119).

processo de industrialização, através da antecipação do imprevisível num esquema de repostas institucionalizadas e instrumentalizadas.

E, desse modo, legitimando certo grau de consenso otimista em relação à ideologia desenvolvimentista nacional, bem como da aceleração do progresso, pois, os possíveis riscos socioeconômicos e políticos eram, em larga medida, localizáveis e afetavam um círculo muito limitado de pessoas. Sendo que a possibilidade de serem racional e tecnicamente amenizados ou superados propiciava aos indivíduos modernos a construção sócio-subjetivas favoráveis às expectativas repousadas sobre sensações de conforto, estabilidade e de segurança.

Entretanto, ocorre que para o caso peculiar das sociedades modernas do século XX, a incorporação das exigências de controle sócio-institucionais e políticos, pressupõem a existência de efeitos e consequências que, por sua vez, eram espacial, temporal e geograficamente delimitáveis e identificáveis. Ou seja, exatamente o contrário do que ocorre em sociedades modernas complexas globalizadas, nas quais, tanto a produção, assim como o raio de alcance de suas consequências, geram efeitos que tendem a solapar as pretensas garantias de direitos, proteção e de seguridade social: “hoje, pelo contrário, estamos às voltas com uma separação radical entre os que geram os riscos e os que são obrigados a suportar suas graves consequências” (BECK, 2003b, p. 121). A temática referente à globalidade do raio de alcance dos riscos e demais ameaças civilizacionais na contemporaneidade, também se faz presente nas considerações de Ianni (2011a), que assim nos diz: “esse é um contexto em que muitos começam a compreender que possuem problemas similares, a despeito de viverem em condições diversas, em lugares distantes, sob diferentes formas de governo” (p. 24).

As palavras de Ianni (2011a) se encontram no cerne do problema sociopolítico referente ao realismo cosmopolita presente na sociologia reflexiva de Ulrich Beck. É exatamente o princípio da experiência de crises da sociedade mundial, isto é, da interdependência real e percebida através dos riscos globais que, ao suprimirem as fronteiras internas e externas, o nós e os outros, o nacional e o internacional, nos desafia à adoção de um necessário realismo cosmopolita; de um olhar cosmopolita. Por olhar cosmopolita, diz Beck (2005):

[...] quer dizer sentido do mundo, sentido da ausência de fronteiras. Quer dizer um olhar cotidiano, historicamente despertado e reflexivo, um olhar dialógico às ambivalências que existem em um entorno caracterizado pelas diferenciações em processo de desaparecimento e as contradições culturais. É ao mesmo tempo um olhar cético, sem ilusões e crítico consigo mesmo (p. 13).

Mais adiante, prossegue Beck (2005):

Por cosmopolitização deve entender-se um processo multidimensional que há modificado de maneira irreversível a ‘história’ dos mundos sociais e a relevância dos Estados nestes mundos. Assim entendida, a cosmopolitização supõe o surgimento de múltiplas lealdades, assim como o aumento de múltiplas formas de vida transnacionais, a ascensão de atores políticos não estatais [...] e o auge de movimentos de protestos globais contra o globalismo (neoliberal) e em prol de uma globalização diferente (cosmopolita) (p. 19).

Em outros termos, falar-se em termos de realismo cosmopolita não equivale ao mesmo que se dizer escolha consciente e afim à vontade eletiva. Antes de tudo, trata-se de um desafio a ser enfrentado, porque imposto pelas atuais configurações sócio-estruturais da realidade moderna, imputando-se ao menos, em diálogos forçados entre as diferenças ontológicas – para não se dizer em relações de reconhecimento recíproco efetivas. A rigor, portanto, muito das desigualdades nacionais, bem como de suas psicopatologias sociais, não estão mais, tão somente, condicionadas de maneira local e nacional, senão que também são de ordem global. São desigualdades globais, atribuídas às correntes de capital, às crises e demais transtornos que assumiram contemporaneamente uma ampla envergadura sistêmica. Assim sendo, em um mundo cada vez mais interconectado globalmente e, por conseguinte, suscetível às crises e ameaças civilizacionais globais, cada vez mais tende a se declinar o peso da obrigatoriedade de pretéritas diferenciações ontológicas, uma vez que todos os indivíduos na contemporaneidade, independentemente de suas posições e classes sociais, países e nacionalidades, crenças e valores, se encontram e contam com possibilidades muito limitadas de lutarem sozinhos contra forças sociais muito maiores do que suas respectivas origens lhes permitem enfrentar.

A rigor, portanto, ocorre que todas as economias nacionais se encontram inseridas no jogo de forças sociais e políticas da dinâmica econômica global: “o novo ciclo de expansão mundial do capitalismo abala radicalmente os projetos econômicos nacionais” (IANNI, 2004b, p. 39). Entre as novas forças sociais modernas que atuam no sentido da globalização, merecem destaque especial as corporações e conglomerados transnacionais e cujos interesses estão, no geral, vinculados às diretrizes e práticas das organizações multilaterais, em especial no Fundo Monetário Internacional (FMI), no Banco Mundial (BIRD) e na Organização

Mundial do Comércio (OMC). No limite, diante da intensidade e generalidade do processo de globalização contemporânea do capitalismo, ocorre uma radical transformação das condições e possibilidades político-econômicas e socioculturais dos Estados nacionais:

A ‘Reforma do Estado’, compreendendo a desregulação, a desnacionalização, a privatização, a abertura do mercado e a crescente liberalização dos fluxos e fatores de produção, implica a crescente destruição das bases político-econômicas, socioculturais e institucionais do projeto nacional, acompanhada da criação, institucionalização e dinamização do projeto transnacional, eufemisticamente denominado de ‘mercado emergente’. Está em curso inclusive a privatização das atividades relacionadas à educação, saúde e previdência ao mesmo tempo em que se reduzem ou anulam conquistas sociais alcançadas no âmbito das condições de trabalho (IANNI, 2004b, p. 41).

Em meio à turbulência dos efeitos colaterais desencadeados pelo próprio avanço da dinâmica civilizacional moderna na contemporaneidade, os indivíduos modernos passam, inevitavelmente, a ficarem desorientados ante a conscientização dos potenciais dos riscos socialmente produzidos, gerando uma situação para a qual a maioria dos homens e mulheres não estão preparados. Desse modo, todos os indivíduos contemporâneos filhos da liberdade ¹¹,

¹¹ A expressão “filhos da liberdade”, empregada em vários momentos do presente trabalho, é largamente tributária das considerações de Ulrich Beck (2002). Por meio dela, Beck se refere a um determinado período histórico alcançado pelo avanço e radicalização dos processos de modernização em que se ampliaram enormemente os espaços de autodeterminação dos indivíduos, de suas respectivas escolhas biográfico-eletivas, assim como da autonomia da vontade sem limites e da individualidade não mais limitada e quase que totalmente destituída de freios e demais amarras sócio-institucionais. Trata-se, portanto, de uma era de liberdade na qual o direito e o valor conferido à liberdade, devem ser apreendidos como sendo não só um direito fundamental legítimo a ser assegurado, assim como, também, um fenômeno de massa. E, por conseguinte, co-extensivo a todos e não mais enquanto um privilégio restrito a poucos. Ou seja, de uma “liberdade de pensar diferente, de atuar diferente” (BECK, 2002, p. 303). Em outros termos, agora, “é necessário despedir-se de uma representação harmônica da sociedade, condicionada, em última instância, religiosamente. A seguridade transcendental da integração religiosa descansa [...] na desvalorização da realidade social. As democracias têm ainda uma compreensão harmônica de si mesmas; a crença em uma unidade transcendental desde o ponto de vista existencial que se rompe no curso dos processos de individualização. Isto se contradiz com o fato de que as democracias sejam, em sua estrutura profunda, sociedades de conflito [...]; seu fundamento não é o consenso, senão o local no qual se encena o dissenso [...]. E nisto consiste a radicalidade da pergunta: o que é que mantém unida uma sociedade altamente individualizada, na qual o consenso do bem-estar se desmorona?” (BECK, 2002, p. 345). Todavia, a acentuação dos processos de individualização não deixa de comportarem os paradoxos e ambivalências da própria modernidade. De um lado, a resignificação dos modos e estilos de vida, condutas e comportamentos sociais em curso e que se seguem em correlato aos referidos processos de individualização, representam um duro golpe aos tradicionais mecanismos institucionais de dominação social e política. Sendo que, para o caso singular da realidade social brasileira, também podem representar um duro golpe às pretéritas formas de dominação patriarcal e patrimonial ainda aqui persistentes, haja vista que “os lamentos pelas perdas de ligaduras se baseiam também em um prejuízo tradicionalista” (BECK, 2002, p. 348). Por outro lado, no entanto, também se deve reconhecer de modo cético e realista que: “a face da segunda modernidade não se assemelha,

em maior ou menor grau, são forçosamente impelidos a pensarem na perturbadora consciência de se viver em uma civilização dominada pelo fator medo, pela imprevisibilidade e pelo predomínio de agudas sensações de insegurança e de incerteza, a ponto de as clássicas e pretéritas noções de segurança, garantias, certezas e demais formas e modos de estabilidade psicossociais, irem se tornando em valores e relíquias ideais. Trata-se da “experiência de que o mundo, que se ameaça a si mesmo, se transformou numa armadilha sem saída” (BECK, 2003b, p. 29).

Ademais, este estado individual e coletivo de muita hesitação e agonia, em que se tem como ética implícita às sociedades modernas complexas – às sociedades industriais de risco – um horizonte normativo de certezas perdidas e de confiança abalada e violada, permeado por um conhecimento social e humano incerto e indeterminado, que mais se assemelha a um “castelo de cartas de conjecturas especulativas e move-se unicamente no quadro de asserções de probabilidade” (BECK, 2010, p. 35), impõe-se, também, um enorme desafio para o próprio sistema político-estatal. E, em última instância, para a própria vitalidade e funcionalidade das sociedades modernas democráticas, haja vista que uma de suas premissas fundamentais, uma de suas legitimações mais importantes, corresponde à garantia de proteção e segurança de seus membros: “não é a dimensão do perigo que leva à brisância política, e sim essa contradição entre, por um lado, a segurança organizada pelo Estado, assim como as

portanto, ao ideal de cidadão em sua bondade e beleza. É necessário despedir-se, ademais, das ingênuas esperanças em um matrimônio ideal entre auto-organização e razão, não no sentido de um novo automatismo cultural pessimista, senão como uma possibilidade sempre presente que perde seus horrores quando se percebe e se reconhece que o abuso da liberdade é, precisamente, seu mais seguro indicador. Quem quer saber o quão livres são um país e seus habitantes, não se fixa (somente) na constituição; [...], porém observa de que maneira se comportam os homens frente aos excessos de liberdade (pornografia, criminalidade contra estrangeiros, violência juvenil). Se reagem com resoluta serenidade, então a liberdade está em boas mãos. O enunciado é modesto, porém não por isso menos verdadeiro: a liberdade tem também um rosto desagradável. Isto não é uma refutação senão uma prova da liberdade – sua medida, por assim dizer, verdadeiramente humana, é falível” (BECK, 2002, p. 23). O uso da expressão utilizada por Beck, portanto, satisfaz nosso interesse investigativo quando remetido ao avanço e dinamização dos processos de modernização nacional brasileiro das duas últimas décadas e, por sua vez, em curso. Em movimento concomitante à relativa retomada do Estado brasileiro ao posto de agente de modernização nacional – ao menos no que diz respeito aos assuntos de ordem econômica -, assistiu-se também a um processo correlato de individualização acelerada e em massa, assim como da ampliação dos espaços de autodeterminação dos indivíduos que compõe a base da estrutura social do país, e que ascenderam a novos patamares de renda e de consumo na última década. São indivíduos que, em sua grande maioria, foram incluídos de modo marcadamente excludente ao longo dos processos de modernização nacional brasileiro e que, não obstante, contemporaneamente são mais bem formados e informados do que as gerações anteriores, assim como também consomem muito mais do que a geração de seus pais. Ademais, são também indivíduos que adentraram tardiamente na luta concorrencial pelos melhores e mais bem pagos postos de trabalho disponíveis no país, assim como estando também mais suscetíveis às vicissitudes do princípio do prazer facilitado pela expansão dos bens de consumo de massa. Ou seja, são indivíduos que internalizaram o senso do cálculo e da relação entre meios e fins, que anseiam avidamente por autorealização pessoal e profissional, assim como por mobilidade social, ainda que essa batalha cotidiana pelo espaço vital e pela disputa por bens escassos seja travada em meio a uma cotidianidade difícil, perpassada e atravessada por inúmeros constrangimentos sociais, vazios e carências não só materiais, mas também psicossociais, mercado de trabalho precário, incerto e flexível e inúmeras lesões que se seguem à denegação e/ou privação de direitos.

expectativas a ela vinculadas e, por outro, a sistemática frustração dessas mesmas expectativas” (BECK, 2003b, p. 125).

Assim sendo, diante do divórcio que se estabelece entre a sociedade civil e o Estado, segue-se o sofrimento do povo que, abandonado a uma dura luta solitária e submetido às mais diversas desigualdades e constrangimentos sociais produzidos e acentuados pelas forças sociais modernas globais, se vêem desafiados a flutuarem entre o emprego e o desemprego, à estabilidade e a terceirização, do contrato de trabalho permanente ao flexível e sazonal. E, por fim, desafiando os próprios indivíduos a rearticulem-se e a moverem-se na busca de novos meios e fins de soluções biográficas às contradições sociais sistêmicas.

Com isso, vai-se tornando inteligível, portanto, o grau de *fragilidade* e de *vulnerabilidade* da *posição social dos indivíduos contemporâneos* no atual estágio de desenvolvimento e de configuração sócio-estrutural da modernidade radicalizada e globalizada. O adjetivo reflexivo ao modo como aqui ele o é empregado, não se refere à reflexão, senão em uma primeira apreciação a autoconfrontação:

A transição do período industrial da modernidade ao período do risco ocorre de forma não desejada, não percebida e compulsiva, como consequência do dinamismo autonomizado da modernização [...]. Chamaremos a transição autônoma, não desejada e não percebida da sociedade industrial à sociedade de risco de reflexividade (BECK, 1997, p. 18-19).

Apreendido nesse sentido, reflexividade se refere antes à indeterminação e à incerteza. Ou seja, a um tipo muito peculiar de conhecimento que acompanha um estágio de desenvolvimento específico das sociedades modernas em que, diante do avanço de seus processos de modernização e da correlata geração de riscos, tem-se como efeito colateral a autoconfrontação com seus próprios fundamentos. Por conseguinte, ocorre exatamente que, todas as pretensões sócio-cognitivas de certeza, clareza, previsibilidade e controle do conhecimento racional, técnico e científico tal como eles foram construídos e apreendidos no seio do desenvolvimento das sociedades industriais clássicas da primeira modernidade, são confrontados pela autorreflexão acerca do potencial emancipatório da própria modernidade e, com efeito, a incerteza e a indeterminação passam a dominar o pensamento e a ação de

peças e instituições nas sociedades modernas complexas. Tais considerações também são compartilhadas por Anthony Giddens (1991):

O conhecimento sociológico espirala dentro e fora do universo da vida social, reconstituindo tanto este universo como a si mesmo como uma parte integral deste processo. Este é um modelo de reflexividade, mas não um modelo em que há uma sucessão paralela entre a acumulação de conhecimento sociológico, por um lado, e o controle mais extensivo do desenvolvimento social, por outro (p. 20).

Assim sendo, tanto a propensão, bem como o maior grau de suscetibilidade ao fracasso social e individual se tornaram irremediavelmente um temor que, de imaginado, se converteu em uma dimensão real e concreta possível de ser vivida e enfrentada cotidianamente pelos filhos da liberdade em seus respectivos mundos da vida, ainda que tenham eles acumulado maiores níveis de acesso à informação e demais formas de conhecimentos técnico-científicos na atualidade.

Já do ponto de vista sociocultural, o processo de globalização contemporânea do capitalismo contribuiu significativamente para com o correlato processo de universalização de um valor também muito peculiar de liberdade individual. Àquele referente aos modos e estilos de vida ligados ao “*way of life*” americano, das liberdades individuais quase que totalmente restritas à lógica do mercado, do consumo de massa e da expansão dos modos de vida hedonistas norteados pela busca interminável do “princípio do prazer”. Trata-se do valor da liberdade individual consubstanciado pelo discurso oficial e hegemônico da ideologia neoliberal do mercado e da cidadania regulada pelo mercado:

O cartão de crédito torna-se, de fato e de direito, o cartão de identidade e cidadania de muitos, em níveis nacional e mundial. [...] O cartão de crédito transforma seu portador em cidadão do mundo, mas enquanto consumidor, alguém situado no mercado. E o consumismo por implicação, transforma-se em expressão e exercício de cidadania, recorrente e universal (IANNI, 2011b, p. 232).

O neoliberalismo é, em princípio, uma teoria das práticas e medidas político-econômicas que se assentam sobre a proposição de que o bem-estar humano pode ser mais bem desenvolvido ao se liberar as ações e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de um contexto sócio-institucional caracterizado pela defesa de sólidos direitos de propriedade privada, livres mercados e de livre comércio. Trata-se da valoração positiva e ideológica que subjaz o potencial inventivo e criativo humano em condições favoráveis ao exercício pleno das liberdades individuais. Nesse sentido, uma vez sendo apreendido enquanto valor sociocultural e ideológico, o neoliberalismo – enquanto modalidade de discurso oficial e dominante - tem exercido enorme influência nos modos de pensamento, comportamento e ação de muitas pessoas. Sobretudo no que diz respeito aos modos como elas passam a compreenderem, interpretarem e a agirem no mundo.

Porém, como é de conhecimento geral, “nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos” (HARVEY, 2011, p. 15). Todavia, é sabido que o capitalismo moderno, tal como já o fora apreendido por Max Weber (2008), corresponde a um sistema que, sob muitos aspectos, aproxima-se muito do absurdo e do “irracional”, pois, como dirão Boltanski e Chiapello (2009) ao retornarem à sociologia de Max Weber, os trabalhadores assalariados “perderam a propriedade do resultado de seu trabalho e a possibilidade de levar uma vida ativa fora da subordinação [...] quanto aos capitalistas, estão presos a um processo infundável e insaciável, totalmente abstrato e dissociado da satisfação de necessidade de consumo” (p. 38).

Ora, mas o que torna legítimo e aceitável – porque não se dizer tolerável? – uma ação eminentemente abstrata e “irracional”? Assim sendo, quando cada vez mais a motivação material e a coerção física se tornaram insuficientes e, sobretudo, “quando o empenho exigido pressupõe adesão ativa, iniciativas e sacrifícios livremente assumidos, como aquilo que, cada vez mais, se espera não só dos executivos, mas também do conjunto dos assalariados” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 39), torna-se necessário incorrer-se àquele seu novo espírito que emerge, de acordo com os autores acima referidos, a partir de meados da década de 1980, com o processo de reestruturação do sistema capitalista.

Ao apreender o capitalismo moderno em seu clássico ensaio *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Max Weber (2008) demonstrou que a ideia de dever, apreendida na esfera do trabalho como vocação e religiosamente orientado, correspondia ao conteúdo

motivacional de ordem psicológica que conferia sentido e legitimidade aos empreendimentos humanos que caminhavam em direção à racionalidade das condutas e demais comportamentos sócio-institucionais e cujo fim secular, se associava à obtenção legítima do lucro máximo.

Nesse sentido, desde Max Weber já se apreende que o denominado espírito do capitalismo retrata as justificações morais legítimas que conferem sentido à ação social dos indivíduos modernos, bem como, no limite, à legitimidade da ordem do próprio sistema, pois as injunções devem ser interiorizadas, incorporadas e justificadas. Tais justificações, uma vez sendo interiorizadas e incorporadas, dão respaldo legítimo ao cumprimento de tarefas, inclusive, penosas e que exigem dos indivíduos modernos enormes demandas voluntariamente assumidas de esforços e sacrifícios pessoais. Seguindo-se por essa mesma via de interpretação, também encontraremos Jessé de Souza (2010):

Como qualquer sistema de dominação eficiente [...] o capitalismo precisa se legitimar, ou seja, fazer com que as pessoas acreditem no que fazem e que, se possível, se empenhem o máximo possível naquilo que fazem [...]. Quanto mais implícita, invisível e opaca essa justificação for, melhor ela cumpre sua função. Mais ainda, a legitimação moral tem que aparecer como algo natural, intrínseco à economia e seu funcionamento, o que precisamente, permite tornar opaco o dado moral extraeconômico (p. 27).

Todavia, no esquema interpretativo weberiano, cujo modelo de capitalismo corresponde ao do século XIX e inícios do século XX, tal sentido à ação racional do empreendimento moderno, estava ainda ancorado sobre os conteúdos valorativos de ordem religiosa prestes a perecerem com a intensificação dos processos de secularização. Dai se segue que, com os impactos decorrentes com o processo de reestruturação do capitalismo, ocorrido em meados da década de 1980, o desafio autoimposto pelo próprio sistema se remetia à necessidade de se encontrar um novo espírito para que pudesse se legitimar. A justificativa encontrada para esse processo sócio-estrutural de mudança, segundo Boltanski e Chiapello (2009), se deu por meio da defesa de um discurso ideológico respaldado nos valores positivos acerca da defesa das liberdades individuais.

Ou seja, para legitimar-se enquanto ideologia dominante, o capitalismo apropriou-se de sua crítica radical, ressignificando-a e colocando-a em serviço de suas próprias forças,

objetivos e interesses e, com efeito, “a crítica à divisão do trabalho, à hierarquia e à supervisão, ou seja, ao modo como o capitalismo industrial aliena a liberdade, está assim desvinculada da crítica à alienação mercantil, à opressão pelas forças impessoais do mercado” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 130). Nesse sentido, torna-se inteligível que capturar e colonizar as subjetividades humanas, isto é, o espírito, o desejo e a vontade individual por meio da valoração positiva do sonho de uma liberdade ampla e sem limites, constituíam-se em uma armadilha e mecanismo ideológico de dominação social poderosíssimo ¹².

O discurso ideológico do neoliberalismo passa a fincar suas raízes nos valores socioculturais que se referem aos ideais de dignidade humana e da liberdade individual, concebendo-os como sendo os valores centrais da civilização moderna ¹³. Entretanto, em meio ao contexto histórico-sociológico de sua origem, difusão e de ampla visibilidade pública, representavam ideias e valores atraentes e sedutores, pois esses mesmos valores estavam ameaçados pelas ditaduras políticas na América-Latina e pelo comunismo soviético, bem como por toda e qualquer forma de controle, regulação e intervenção estatal que restringissem os julgamentos dos indivíduos dotados de livre escolha:

¹² Edith Seligmann-Silva (2011) foi extremamente feliz ao conceber esse processo social de dominação ideológica ao cunhar a expressão “trabalho dominado”. Por meio dela, a autora se refere a uma lógica de dominação social que, no geral, tende a ultrapassar as fronteiras do espaço de realização das atividades laborais propriamente ditas, isto é, do interior das fábricas, na medida em que ela atinge seres humanos nas mais diversas esferas cotidianas de seus respectivos mundos da vida. E, no limite, toda sua saúde física e mental, pois “a transformação dos modos de dominação se fez acompanhar pelas mutações das expressões do sofrimento social e mental” (p. 181).

¹³ Um pequeno grupo de defensores da ideologia neoliberal, congregado em torno do renomado filósofo austríaco Friedrich von Hayek, criaram a *Mont Pelerin Society* em 1947. Entre os notáveis, estavam Ludwig von Mises, o economista Milton Friedman e, por um tempo curto, o filósofo Karl Popper, sendo que na declaração de fundação da sociedade, dizia-se: “Os valores centrais da civilização se acham em perigo. Em grandes extensões da superfície da Terra, as condições essenciais da dignidade e da liberdade humanas desapareceram. Noutras, acham-se sob constante ameaça do desenvolvimento das atuais tendências políticas. A posição do indivíduo e o grupo autônomo se acham progressivamente solapados por avanço do poder arbitrário. Mesmo o mais precioso bem do homem ocidental, a liberdade de pensamento e reflexão, encontra-se ameaçado pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando em posição minoritária, buscam apenas galgar uma posição de poder a partir da qual possam suprimir e obliterar todas as concepções que não a sua. O grupo sustenta que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos pela ascensão de uma concepção de história que nega todos os padrões morais absolutos e de teorias que questionam o caráter desejável do regime de direito. Ele sustenta ainda que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos por um declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo; porque, sem o poder e a iniciativa difusas associadas a essas instituições, torna-se difícil imaginar uma sociedade em que se possa efetivamente preservar a liberdade” (HARVEY, 2011, p. 29). Desse modo, ocorre que a ideologia neoliberal foi de significativa relevância para a implantação das práticas e medidas concretas rumo à neoliberalização. Foi-se necessário a criação de um ambiente de opinião favorável ao neoliberalismo como o garante e protetor seguro das liberdades individuais, uma vez que estas, poderiam construir um apelo a uma base popular. Com efeito, o resultado no plano da cultura e do valor concernente ao consentimento popular, foi apreender-se a neoliberalização como “uma maneira necessária e até completamente ‘natural’ de regular a ordem social” (HARVEY, 2011, p. 50).

Os conceitos de dignidade e de liberdade individual são por si mesmos profundamente valiosos e comoventes. Foram esses ideais que conferiram vigor aos movimentos dissidentes do Leste Europeu e da União Soviética antes do final da Guerra Fria, assim como aos estudantes da Praça de Tianamen, na China. Os movimentos estudantis que percorreram o mundo em 1968 – de Paris e Chicago a Bancoc e Cidade do México – foram em parte motivados pela busca de uma maior liberdade de expressão e de escolha pessoal. De maneira mais geral, esses ideais são caros a todos os que valorizam a capacidade de tomar decisões (HARVEY, 2011, p. 15).

Após um período de relativa paz e estabilidade econômica nos países capitalistas avançados, caracterizados por uma política econômica redistributivista, ampliação dos gastos públicos e a criação do Estado de bem-estar social, próximo ao final dos anos 1960, o sistema capitalista começou a apresentar sinais de uma grave crise de acumulação, sendo que o modelo de economia social e moral de desenvolvimento do Estado de bem-estar social começaram a ruir, vendo-se imerso à ampliação do desemprego e da inflação, seguindo pelo declínio das receitas fiscais. Outra mudança também importante e que impulsionou as medidas de neoliberalização nos anos 1970, foi a elevação dos preços do petróleo pela OPEP, culminando com o embargo do petróleo de 1973, sendo significativo de ser ressaltado que, segundo Harvey (2011), os relatórios das agências de informação britânica, atestavam que os Estados Unidos estavam se preparando para invadir o Kuwait, a Arábia Saudita e Abu Dhabi, em 1973, no intuito de restaurarem o fluxo do petróleo e de se forçar a baixa dos preços.

De extrema relevância sócio-histórica e sociocultural, também se deve ao fato da existência de um contexto que ansiava por demandas e reivindicações em prol da defesa e garantias aos exercícios das liberdades individuais, ainda que se corresse o risco de tornarem-se presas fáceis da ideologia neoliberal. Para quase todos os envolvidos nos movimentos contra-culturais de 1968, as restrições de uma burocracia estatal eram concebidas como sendo inimigas e entraves ao exercício das liberdades individuais e da justiça social. Quanto a isso, os ideólogos do neoliberalismo também concordariam, embora os ataques deferidos pelos atores sociais envolvidos naquele movimento também se direcionavam às corporações capitalistas, aos negócios e ao sistema de mercado que estimulava um consumismo desenfreado e inconsciente:

Os levantes políticos de 1968, por exemplo, traziam uma forte inflexão do desejo de maiores liberdades pessoais. Isso certamente se aplicou aos estudantes, como aqueles estimulados pelo movimento da ‘livre expressão’ surgidos nos anos 1960 em Berkeley, ou os que tomaram as ruas de Paris, Berlim e Bancoc, ou os que foram impiedosamente alvejados na cidade do México pouco antes dos jogos olímpicos de 1968. Esses estudantes exigiram liberdades de restrições parentais, educacionais, corporativas, burocráticas e do Estado. [...] A retórica neoliberal, com sua ênfase funcional nas liberdades individuais, o poder de fragmentar o libertarianismo, a política da identidade, o multiculturalismo e até então o consumismo narcisista advindos das forças sociais se puderam a buscar a justiça social por meio da conquista do poder do Estado. [...] O neoliberalismo não criou essas distinções, mas pôde facilmente explorá-las, senão fomentá-las (HARVEY, 2011, p. 51).

Em meados dos anos 80, acentuava-se a crítica à burocracia, mas, dessa vez, “não se tratava apenas de libertar os executivos, mas todos os assalariados” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 98). Prevalece-se enquanto discurso oficial e ideologia dominante, a premissa por igualdade formal e o respeito às liberdades individuais. Todavia, esse é o momento da expansão do modelo toyotista de produção, com suas *lean production* (produção enxuta), *just-in-time*, qualidade total e equipes autônomas e autogeridas¹⁴. As grandes organizações empresariais passam, agora, a operar mediante uma tríade valorativa: flexibilidade, inovação e competência, sendo que o processo de trabalho passava a ser distribuído em sistemas de redes que se tornava cada vez mais global à medida que as fronteiras territoriais nacionais passavam a ser indistintas.

Tal processo de reestruturação da organização fabril possibilitou às grandes empresas “livrar-se de uma hierarquia custosa, que funcionava apenas como intermediária para a direção e não contribuía com nenhum valor agregado ao cliente” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 104). Põe-se em marcha o desenvolvimento de um sentido de

¹⁴ Conforme Souza (2010) é diante desse contexto de reestruturação do capitalismo que se deve apreender o sentido das vantagens comparativas do modelo toyotista japonês de produção, em relação ao modelo fordista, pois trouxe consigo, “a possibilidade de obter ganhos incomparáveis de produtividade graças ao ‘patriotismo de fábrica’ que subordinava os trabalhadores aos objetivos da empresa. A chamada ‘*lean production*’ (produção flexível) fundamentava-se precisamente na não necessidade de pessoal hierárquico para o controle e disciplina do trabalho, permitindo cortes substanciais dos custos de produção e possibilitando contar apenas com os trabalhadores diretamente produtivos. A secular luta de classes dentro da fábrica, que exigia gastos crescentes com controle, vigilância e repressão do trabalho, aumentando os custos de produção e diminuindo a produtividade do trabalho, deveria ser substituída pela completa mobilização dos trabalhadores em favor do engrandecimento e maior lucro possível da empresa. O que está em jogo no ‘capitalismo flexível’ é transformar a rebeldia secular da força de trabalho em completa obediência ou, mais ainda, em ativa mobilização total do exército de soldados do capital. O toyotismo pós-fordista permitia não apenas cortar gastos com controle e vigilância, mas, mais importante ainda, ganhar corações e mentes dos próprios trabalhadores” (p. 36-37).

sentimento compartilhado muito peculiar, de “lealdade” por parte dos assalariados, agora, “autogeridos” e “criativos”, o que garantia, por fim, “o engajamento dos trabalhadores sem recorrer à força, mas dando sentido ao trabalho de cada um” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 105).

Cada indivíduo, agora, sabe o que deve ser feito, sem que ninguém precise manda-lo fazer, nada lhe é imposto, pois a internalização e incorporação desse novo espírito, se dá pela adesão voluntária aos projetos:

Fixadas para curto ou médio prazo, portanto mutáveis ao longo do tempo, as metas eram ao mesmo tempo consideradas sagradas, e o esperado era que, no núcleo de empregados formalmente contratados, cada um se comprometesse até o fundo da alma com as metas de longo prazo para a produtividade e a competitividade, visto que a hegemonia era (como é ainda) disputada entre organizações. Tal injunção, no caso dos gerentes e executivos, deveria ser literalmente incorporada – isto é, passar a fazer parte de suas mentes e reger todas as suas ações. ‘Introjetar’ a mesma injunção em todos os demais passou a ser também missão desses executivos (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 474).

Concomitantemente aos impactos socioeconômicos gerados pelo processo de reestruturação produtiva do capitalismo na sociedade brasileira, já em finais da década de 1980, assistiu-se a intensificação do desgaste mental relacionado à vida laboral e do sofrimento biopsicossocial humano. Isso traduz os sinais de agravamento e acentuação das patologias sociais da modernidade, sobretudo àquelas ligadas à quantificação, instrumentalização e coisificação da vida, bem como dos vazios substanciais do “eu”, da ausência de reconhecimento recíproco e da exacerbação dos medos, insegurança e incertezas.

É sabido que, por meio do processo de globalização contemporânea do capitalismo, as relações sociais de produção ultrapassaram os horizontes e limites das fronteiras territoriais nacionais. A nova divisão transnacional do trabalho perpassa pela necessária redistribuição das empresas, corporações e conglomerados em todo o mundo e, por conseguinte, os impactos no mundo do trabalho tendem a abalar de modo radical os pressupostos “gigantismos de fábrica”, as garantias sociais em longo prazo e os valores socioculturais que foram engendrados pelo modelo fordista de produção.

Assiste-se, contemporaneamente, em correlato aos avanços dos processos de modernização no âmbito produtivo, a progressiva introjeção não somente restrita às inovações

técnicas realizadas por meio da eletrônica, da automação, da microeletrônica e da informática, mas também, sobretudo, de novas formas sociais de dominação e de adestramento:

O padrão flexível de organização da produção modifica as condições sociais e técnicas de organização do trabalho, torna o trabalhador polivalente, abre perspectivas de mobilidade social vertical e horizontal, acima e abaixo, mas também intensifica a tecnificação da força produtiva do trabalho, potenciando-a. O trabalhador é levado a ajustar-se às novas exigências da produção de mercadoria excedente, lucro ou mais-valia. Em última instância, o que comanda a flexibilização do trabalho e do trabalhador é um novo padrão de racionalidade do processo de reprodução ampliada do capital, lançado em escala global (IANNI, 2011a, p. 129).

O acirramento da competição concorrencial entre as empresas em escala global foram seguidos pelo imperativo da reorganização dos modos de produção, exigindo-se cada vez mais a maximização da competitividade e cuja “salvação”, pôde ser encontrada nos paradigmas da acumulação flexível. No entanto, como processo de reestruturação produtiva do capitalismo, os aumentos de produtividade foram acompanhados não somente pela intensificação dos ritmos de trabalho, mas também pelo processo social de dominação internalizada, haja vista que os desígnios da empresa passam a serem confundidos pelos sujeitos como se fossem seus próprios desejos e vontades. Agora, portanto, cada indivíduo passa a exigir de si próprio esse máximo quantificador de produtividade da vida, inclusive, sendo retratado como um imenso desejo e vontade de reconhecimento pelos esforços realizados, pois,

[...] atender às injunções e cumprir metas geralmente correspondem à autorealização; prestígio; esperanças de ascensão na carreira; vitória na disputa por cargos, prêmios e outras ‘glórias’ pelas quais a própria organização estabelece e administra competições entre equipes e entre pessoas (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 174).

Assim como fora abordado anteriormente, o toyotismo se difundiu apoiado no discurso da qualidade total, da flexibilidade e da incorporação da inteligência e experiência dos próprios trabalhadores aos processos produtivos. Todavia, de acordo com Seligmann-Silva (2011), no caso peculiar do “toyotismo à brasileira”, somente “ocorreu um simulacro de libertação” (p. 171). O termo flexibilidade, portanto, era empregado de modo a evocar-se a ideia de liberdade da pessoa e da sua autoresponsabilidade, mediante a promessa de que “a rigidez e o controle autoritário contidos no taylorismo-fordismo seriam deixados no passado e que começava agora uma era de liberdade no mundo do trabalho” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 171). Nesse sentido, a falácia da afirmativa de que com o processo de informatização das empresas e a introdução do modelo organizacional toyotista, iria prevalecer uma horizontalidade democrática, foi seguida, no entanto, por uma lógica econômica do aumento da produtividade, cuja finalidade consistia na economia de mão-de-obra e na intensificação da mesma, uma vez que o tempo de ocupação e das atividades executadas por cada trabalhador se intensificaram ¹⁵.

Os diversos estudos e pesquisas empíricas compiladas por Seligmann-Silva (2011) acerca da saúde mental relacionada ao trabalho, demonstram a existência de uma busca crescente e acentuada por dinamização e maximização da produtividade realizada pelas empresas brasileiras já em fins dos anos 80. As empresas pesquisadas que se situavam na cidade de São Paulo, por exemplo, procuraram comprimir suas despesas com “recursos” humanos e materiais, por meio da extração do máximo que fosse possível de produção com os recursos disponíveis e dentro de um menor intervalo de tempo possível. Seguiu-se desse processo: a) dispensas maciças de empregados, resultando em aumento da sobrecarga laboral desse processo de reestruturação produtiva; b) prolongamento da jornada de trabalho; c) intensificação do ritmo de produção; d) acúmulo de funções e do volume de atividades designadas para um mesmo trabalhador polivalente; e) restrição ao número e tempo de

¹⁵ Tal processo de sofrimento e de degradação biopsicossocial humano pode ser identificado no caso dos trabalhadores do setor de telemarketing pesquisados pelo estudo compilado por Jessé de Souza (2010). Quanto a estes, constata-se que se encontram submetidos a uma condição de trabalho extremamente precária, o que, por sua vez, os impede de uma real constituição de um sentimento de segurança e de garantias sociais, e cuja jornada de trabalho de seis horas diárias durante seis dias da semana, é vivenciada em um ambiente de trabalho altamente estressante. Os efeitos biopsicossociais resultantes de uma rotina diária regida por uma lógica de quantificação e coisificação da vida, balizadas pelos imperativos da eficiência e da utilidade no atendimento, transcendem-se para o período do pós-trabalho quando, ao chegar em casa, um dos jovens entrevistados se encontra “sem forças, [...] só pensa em dormir ou fazer algo que não envolva muita concentração” (p. 69-70). Ocorre, portanto, que a especificidade dessa precariedade no mundo do trabalho contemporâneo que compõe a base da estrutura social brasileira, é a de que o trabalho tende a contribuir significativamente para com um pernicioso processo de coisificação e de desorganização da vida como um todo, bem como pelo fato de que, a única certeza que sentem, é a incerteza.

duração das pausas; f) manipulação do medo – do temor em relação ao desemprego – como mecanismo ideológico de dominação na relação entre capital e trabalho.

Não obstante a isso, dentre os efeitos psicossociais resultantes, constatou-se a elevação nos níveis de cansaço e de tensão, a partir dos quais foram acentuados os desgastes físicos e mentais (pois, o aumento do ritmo das jornadas de trabalho não somente redundaram no maior esforço físico, mas também, na maior concentração de atenção e esforço humano para com a agilização das demais funções mentais envolvidas com a execução das tarefas). Sendo estes também seguidos pela elevação dos níveis de irritabilidade, bem como dos “níveis de ansiedade atingidos e a intensidade do caráter persecutório dessa ansiedade” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 441). Simultaneamente ao clima de medo e de desconfiança que tende a se acentuar com o temor ao desemprego, acentua-se a proliferação da política do medo como meio ideológico de dominação social afim à elevação dos maximizadores de produtividade e, por extensão, dos desgastes e sofrimentos humanos ¹⁶.

Em outros termos, em correlato ao processo de reestruturação do capitalismo, rumo ao capitalismo financeiro e flexível, bem como dos potenciais de riscos e de ameaças civilizacionais globais, têm-se o radical abalo dos núcleos substanciais de confiabilidade quanto ao poder e capacidade de as instituições sociopolíticas e econômicas clássicas das sociedades industriais da primeira modernidade em manterem para as atuais gerações os níveis socioeconômicos de vida e, de modo mais geral, o estilo de vida das gerações anteriores. Nesse sentido, tem-se que: confiança, envolvimento pessoal e motivações psicossociais intrínsecas, por sua vez associadas aos desejos, ao aprazer e à vontade de trabalhar com empenho e disciplina, esforço e disposição voluntária aos sacrifícios pessoais, podem ser encontrados em valores tais como, liberdade, capacidades inventivas e criativas que, no entanto, são proferidos e sustentados pela ideologia neoliberal. Assim sendo, com o avanço dos novos processos de modernização, seguidos a reboque pelos efeitos colaterais do processo de globalização contemporânea do capitalismo sobre a realidade social brasileira que

¹⁶ Nota-se que o medo, a insegurança e a incerteza se tornaram por todas as suas vias possíveis de manifestação, inclusive pela via ideológica da política do medo, uma vivência cada vez mais cotidiana para os indivíduos modernos na contemporaneidade, sendo por ela constringidos. A sociologia reflexiva de Ulrich Beck, ao tratar sobre o tema dos riscos contemporâneos, atentou-se exatamente para esse aspecto ao diagnosticar que, não obstante ao seu potencial político explosivo, os riscos também representam oportunidades de expansão de mercados e ganhos de lucratividade (BECK, 2010). No decorrer das pesquisas realizadas sobre o mundo do trabalho no Brasil dos anos 90, década predominada por uma era liberal radical e em meio a um contexto de acentuada instabilidade econômica e do temor de recessão: “o mais comum era os chefes solicitarem aumento do ritmo, extensão das jornadas e realização de atividades que caracterizam o acúmulo ou desvio de funções, sob a alegação de que a ‘firma tá em situação difícil, se a produção não aumentar, ela fecha. Depende de vocês ajudarem agora’ [...] Em muitos casos que estudamos as horas extras nem sequer eram pagas” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 443).

se configura, a partir, sobretudo, da década de 1990 do século passado, passa a ocorrer, simultaneamente, a “universalização da economia capitalista como principal instância reguladora e coordenadora das ações sociais no mundo moderno” (SOUZA, 2010, p. 29).

Ao mesmo tempo em que, dentre as consequências mais perversas do atual movimento de internacionalização, também se encontra a limitação dos níveis de liberdade e de eficácia das políticas públicas nacionais, pois:

[...] numa economia globalizada e desregulada fica extremamente difícil implementar políticas industriais sem contar com o controle do risco sistêmico, representado pela instabilidade crônica do câmbio e dos juros; numa economia que se propõe como objetivo central a competitividade em sistema economicamente aberto fica difícil o fortalecimento fiscal dos Estados emparedados pela total mobilidade e desregulação dos capitais. E, portanto, nesse sentido, estreitam-se as margens de qualquer tipo de política social; numa economia objetivamente fragmentada e subjetivamente movida pelo industrialismo fica praticamente impossível implementar, com sucesso, políticas de longo prazo, sem contar com a participação e a solidariedade das populações, fenômeno cada vez mais raro nas sociedades globalizadas (FIORI, 1997, p. 28).

Por conseguinte, o novo espírito do capitalismo que se legitima com o processo sócio-estrutural de reestruturação do próprio sistema capitalista, se impõe com demasiada força sobre a sociedade brasileira pela via intensiva e extensiva do processo de globalização contemporânea do capitalismo, se corporificando enquanto sedutor valor sociocultural no ideal de sonho utopista das liberdades individuais. Ainda que sob a significação de um discurso ideológico e dominante da hegemonia neoliberal, verbalizado em palavras de ordem tais como “auto-empendedorismo”, “autoempresário” e “autossuficiência” dos indivíduos, “espontaneidade”, “criatividade”, “independência”, “inovação”, “ousadia” e etc. Trata-se de um poderoso valor no qual, a cultura do “eu” e do individualismo institucionalizado, se tenciona de modo conflitivo com seu ambivalente contrário, isto é, com a lógica imperativa da índole calculista, fria, ditatorial e impiedosa da essência contábil do dinheiro, elevada quase que a total status ontológico absoluto.

Acentuando, portanto, conforme será demonstrado no próximo capítulo deste trabalho, os vazios substanciais do “eu” e os modos cada vez mais instrumentalizados e coisificados de

se conduzir a própria vida, bem como da proliferação dos acirramentos e conflitos sociais que se seguem às projeções do ódio reprimido ante as inevitáveis frustrações das expectativas ideais do “ego”.

O processo de individualização institucionalizado, de uma cultura do individualismo, tal como ele o é aqui apreendido pelo auxílio teórico da sociologia reflexiva de Ulrich Beck e que será desenvolvido no próximo capítulo deste trabalho, não equivale ao mesmo em dizer-se que estaríamos diante da ideia de autoesclarecimento e de emancipação plena dos sujeitos – tal como se concebe com otimismo a teoria da reflexão da modernidade simples –, pois, este processo se encontra repleto e permeado por inúmeros paradoxos e ambivalências ¹⁷.

Para este momento, no entanto, pode-se dizer que no desenrolar desses processos de desvinculação em relação às antigas formas e modos de vida, desencantamento e revinculação a novas formas e modos de vida pelo atual processo de civilização que norteia esses impulsos libertadores em direção à cultura do “eu”, os sujeitos liberados se encontram, também e paradoxalmente, cada vez mais suscetíveis ao enquadramento social em novas formas e modos de dominação e controle: a) quer da ideologia neoliberal do mercado, com seu discurso oficial e dominante assentados sobre ideias e valores do auto-empendedorismo, da autossuficiência dos indivíduos e do mérito individual, tal como eles aparecem no novo espírito do capitalismo; b) à busca por novas formas e modos de objetivações valorativas, traduzidas como uma busca compulsiva por certezas, garantias, sensações de segurança e de proteção que sejam capazes de atenuar a consciência da dúvida e do medo, não raro, baseado em valores absolutos, tal como se é observável pela via da servidão voluntária à religiosidade; c) à busca por voláteis sensações de felicidade e de prazeres imediatos, possíveis de serem obtidas através da expansão do consumo de massa e demais modos de vida hedonistas em oferta; d) à busca compulsiva por drogas e demais formas de intoxicação, no intuito de se tornarem insensíveis à dor e ao sofrimento gerados com os impactos e pressões civilizacionais no plano da cultura moderna.

¹⁷ É justamente por adentrarem no âmago profundo dos paradoxos e ambivalências da modernidade, que considero que a sociologia clássica alemã de Georg Simmel e a de Max Weber também trazem contribuições e percepções teóricas que ajudam a dotar de sentido o nosso tempo presente salvo, é claro, as devidas distinções em termos de configurações histórico-sociais da própria modernidade. Conforme veremos, com Simmel, apreendem-se os fluxos cambiantes que a razão e o dinheiro passam a assumir no espaço urbano moderno, ponto de intersecção de eventos e valores complexos e de moções contraditórias, configurando um homem que vive em um eterno romance de guerra e de paz com o mundo exterior e consigo próprio. Ao passo que, com Max Weber, a despeito da frieza e dureza de seu realismo necessário, os conflitos e tensões sócio-individuais da modernidade presentes em seu clássico “paradoxo das consequências”, se encontram no núcleo da tese sobre a “perda do sentido” e da “perda da liberdade” e, por conseguinte, do irrefreável processo de “desencantamento do mundo”.

Logo, a atual fase da modernidade, ao se radicalizar, também radicalizou e aprofundou as sensações de mal-estar, os vazios substanciais do “eu” e a quase que total ausência de reconhecimento psicossocial, embora não em razão do excesso de ordem e de segurança tal como o fora apreendido por Sigmund Freud (2011) em seu clássico ensaio *O mal-estar na civilização*, mas ao contrário, pelo excesso de liberdade e do princípio do prazer sobre o princípio de realidade, gerado por um novo processo civilizatório que necessita de compreensão e dotação de sentido. É o que veremos no próximo ponto, no qual iremos analisar e ordenar as seguintes questões sociais.

2.1 – Contradições e antagonismos do processo de modernização nacional brasileiro na década de 1990

A partir de meados da década de 1970 do século passado, o caráter redistributivista e regularizador do Estado de bem-estar social na Europa e nos Estados Unidos da América, baseados no *welfare state* e que vigorava desde o pós-Segunda Guerra Mundial chegou a seu questionamento. Passando a ser, inclusive, responsabilizado pela grave crise de acumulação pela qual enfrentava o sistema capitalista (HARVEY, 2011) e sendo concebido como entrave ao pleno exercício de valores tais como “liberdade econômica”, “liberdade individual”, “eficiência econômica e individual”, “competitividade”, “empreendedorismo”, “autonomia” e etc.

A partir daí, portanto, “as ideias de eficiência, competitividade e equilíbrios macroeconômicos substituíram o consenso keynesiano em torno ao crescimento e ao pleno emprego” (FIORI, 1997, p. 80). Os anos 80, portanto, é marcado, dentre outros aspectos, pela vitória política do discurso da direita, em meio a um ambiente socioeconômico e político favorável. Sendo as vitórias de Ronald Reagan nos EUA e a de Margaret Thatcher na Inglaterra, acompanhadas por profundas alterações do sistema econômico mundial e que, no limite, foram responsáveis pelo desmantelamento das bases socioeconômicas e políticas que sustentaram a expansão do capitalismo dos chamados trinta anos dourados no pós-guerra (ANDERSON, 1999) ¹⁸.

¹⁸ Margaret Thatcher, uma vez eleita primeira ministra na Grã-Bretanha, em maio de 1979, restringiu significativamente o poder dos sindicatos; ao passo que, em 1980, Ronald Reagan, ao ser eleito presidente dos Estados Unidos, implantou diversas medidas políticas que, em última instância, restringiu o poder do trabalho, desregulou a indústria, a agricultura e os setores extrativistas. O caso da Grã-Bretanha é emblemático, uma vez que Margaret Thatcher foi eleita como primeira ministra com a obrigação de reformar a economia e de “curar” a estagnação, promovendo uma verdadeira revolução nas políticas sociais e fiscais do Estado. No limite, isso significava acabar com as instituições e práticas política do Estado social democrata que se consolidara no país,

E isso porque,

[...] com o desaparecimento do muro de contenção socialista, foram varridos os últimos temores e o neoconservadorismo se impôs como verdade incontestável, não sendo incomum ouvir os próprios social-democratas repetirem que a solução da crise contemporânea passa pela desregulação do mercado de trabalho, pela redução dos salários e dos direitos trabalhistas e pela desconstrução do estado de bem-estar social (FIORI, 1997, p. 80).

Seguiu-se, daí por diante, em diversos países espalhados pelo mundo, uma cadeia de projetos reformistas dos Estados e de privatização de setores que, até então, estavam sobre a responsabilidade do poder público estatal: energia, comunicação, infraestrutura, saúde, educação, previdência social e etc. À reestruturação produtiva do capitalismo em direção ao modelo de acumulação flexível pós-fordista, segue-se a precarização das relações trabalhistas, a elevação nos índices de concentração de renda e das desigualdades sociais em escala global, ao passo que inúmeras políticas sociais também foram perdendo seu caráter universalista. Com relação ao quadro histórico da geopolítica internacional, tem-se o fim da bipolaridade Oriente e Ocidente que marcou todo o período do pós-guerra, seguido pelo enfraquecimento das ideias progressistas de esquerda junto às classes trabalhadoras e favorecendo a difusão de um sedutor amplo conjunto de ideias e valores neoliberais.

O Brasil foi o último país da América-Latina a implantar um amplo conjunto de reformas políticas e econômicas mais afins à neoliberalização¹⁹. Seu caráter tardio retratava, segundo Filgueiras (2005), a dificuldade de se obter consenso quanto aos distintos interesses até então conflitantes no país, devido, sobretudo, à intensa atividade de mobilização política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 (expressos, dentre outros aspectos, pela constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; MST, pela criação da Central Única dos Trabalhadores; CUT, e pela criação do Partido dos

desde 1945 (HARVEY, 2011).

¹⁹ A primeira experiência histórica de neoliberalização ocorreu no Chile, depois do golpe militar de Pinochet contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende (golpe este que, por sua vez, contou com o apoio de corporações norte-americanas, da CIA e do secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger). Este seguiu-se por meio da repressão violenta a todos os movimentos sociais e às organizações de esquerda, desmontaram-se as organizações comunitárias e promoveu-se a liberalização do trabalho das restrições regulatórias e institucionais do poder sindical (HARVEY, 2011).

Trabalhadores; PT, além da realização de cinco grandes greves gerais que ocorreram entre aos anos de 1983 a 1989)²⁰.

Já no início da década de 1980, o Brasil começava a prestar contas por ter financiado seu processo de crescimento econômico durante a década de 1970 com um elevado nível de endividamento externo. Àquela altura, o segundo choque da crise do petróleo ocorrido em 1979, havia triplicado o preço do barril de combustível, encarecendo enormemente as exportações brasileiras. Ademais, os bancos internacionais elevaram as taxas de juros, passando a pressionar os países devedores e a suspenderem os empréstimos, ao passo que os Estados Unidos, um dos maiores importadores do Brasil no período, entrou em recessão e reduziu as importações dos produtos brasileiros, impactando ainda mais a economia do país. Diante disso, o Brasil adotou a receita ortodoxa do Fundo Monetário Internacional (FMI), com duras medidas, tais como a redução dos gastos públicos, arrocho salarial e eliminação de subsídios. Era o início de um período caracterizado por estagnação econômica e altas taxas de inflação: “o ciclo de crescimento econômico do país se interrompeu em 1981, quando o Brasil cresceu 4,5% e viu esse índice despencar para 0,5%, em 1982 e -3,5%, em 1983” (FARIA, 2010, p. 14).

Com relação à amplitude substancial das políticas sociais brasileiras para o período considerado, constata-se a sua baixa capacidade de melhoria no que diz respeito à equidade social, sendo elas incapazes de se constituírem em canal eficaz para o desenvolvimento social do país, haja vista que a desigualdade social e a pobreza, tenderam a se reduzirem menos como resultados de tais políticas, do que em decorrência das altas taxas de crescimento econômico e de mobilidade social dos indivíduos. Para o período considerado, portanto, destacam-se:

[...] a fraca capacidade de incorporação social, foi deixando à margem do progresso social um vasto contingente de excluídos de todo tipo, em especial os trabalhadores rurais e grupos urbanos pobres; seus programas, mesmo os mais universais, pouco contribuíram para a redução das acentuadas desigualdades sociais, do mesmo modo que foram praticamente nulos os seus efeitos sobre os resistentes bolsões de pobreza. [...] a dinâmica de crescimento tendeu a pautar-se por forte dissociação entre os processos de

²⁰ Ainda com relação à ascensão das lutas sociais e a uma maior participação da sociedade brasileira na vida política do país para o período considerado, destaca-se a legalização dos partidos de esquerda que se encontravam na clandestinidade, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1985 (IANNI, 2004c).

expansão quantitativa e a melhoria da qualidade dos bens e serviços (DRAIBE, 2005, p. 6) ²¹.

Durante a crise econômica com que se iniciam os anos 80 no país – ao menos, até a implantação e o fracasso do Plano Cruzado em 1986-1987 -, predominava-se entre os distintos grupos que compunham a classe dominante no país, aqueles que tentavam uma alternativa orientada à redefinição, atualização e reforma do chamado modelo de substituição de importações, conhecido como MSI: “era a defesa de um projeto neodesenvolvimentista com resposta à crise do MSI, que ainda reservava ao Estado as funções de planejamento e implementação de investimentos” (FILGUEIRAS, 2005, p. 182). Porém, com o fracasso dos planos Cruzado I e II, do plano Bresser de 1987 e do plano Verão em 1989, seguido de perto pelos embates e debates travados na Assembleia Constituinte (1986-1988), as medidas político-econômicas afins ao reformismo liberal foram se desenhando e se fortalecendo:

[...] passando do campo meramente doutrinário para se constituir em um programa político, com a formação de uma percepção [...], de que a crise tinha um caráter estrutural e, portanto, que o MSI havia se esgotado e que o projeto neodesenvolvimentista era incapaz de responder a problemas por ela colocados (FILGUEIRAS, 2005, p. 182).

Assim sendo, ao final dos anos 80, entra em pauta o tema da ingovernabilidade no país:

²¹ Segundo Sônia Draibe (2005), tais distorções resguardam uma coerência interna com a natureza mais geral do modelo de “*welfare state*” construído no Brasil, de tipo conservador, no sentido de que é pautado por uma concepção de intervenção social do Estado como sendo meramente sancionadora da distribuição primária da renda e da riqueza. Não obstante, ainda em relação ao regime de garantias e de direitos de seguridade social ao trabalhador no Brasil, a Revolução de 1930 se destaca, dentre outros aspectos, pela consolidação de um conjunto de leis sociais do trabalho (CLT de 1943), ainda que, no entanto, também deva se ressaltar que esta, por sua vez, se encontra estritamente direcionada aos empregados formalmente contratados e, conseqüentemente, “tendo em vista que a maior parte das classes trabalhadoras encontrava-se no campo, apenas os empregados urbanos foram beneficiados inicialmente pelo salário mínimo, assim como por toda a legislação social trabalhista” (POCHMANN, 2010, p. 18-19). Destaca-se, também, o fato de que, até a constituição federal brasileira de 1988, uma das poucas possibilidades de acesso aos direitos de seguridade social para os trabalhadores urbanos formalmente empregados, dependia estritamente da regulação do mercado de trabalho e, não obstante, “a ampliação da cobertura dos beneficiados pelo sistema de proteção social trazia consigo a queda no valor real do benefício, a perda da qualidade do serviço ofertado e a fragmentação da assistência em bases filantrópicas” (POCHMANN, 2010, p. 19).

[...] a ingovernabilidade brasileira seria resultado de um excesso de demandas sociais reconhecidas pela nova Constituição e da resistência à implementação das reformas neoliberais capazes de devolver estabilidade e crescimento à economia brasileira. Ao mesmo tempo, e com uma rapidez própria das situações de atraso, foi sendo construído o consenso publicitário de que qualquer coisa que não fosse isto geraria uma progressiva ingovernabilidade na sociedade brasileira até o limite da entropia final. Por onde, alguma pessoa com mente um pouco linear poderia até concluir que a privatização da Embratel é absolutamente decisivo para combater o narcotráfico no Rio de Janeiro. O mesmo podendo se dizer das reformas eleitoral, previdenciária, do sistema de concessões públicas, etc. (FIORI, 1997, p. 40).

Após a frustração dos planos que haviam sido implantados durante o governo de José Sarney na ultima metade da década de 1980 e que tinham como fim a estabilização monetária do país, segue-se o processo de reestruturação da economia e do Estado brasileiro. É em meio a esse amplo contexto histórico, simultaneamente global e nacional e de instabilidade econômica, que o anseio por mudanças abre espaço para a inserção do Brasil no novo processo de globalização contemporânea do capitalismo, assim como de sua inserção no modelo político-econômico neoliberal ²².

Com a expansão das medidas político-econômicas neoliberais, orientadas à estabilização e assentadas em reformas liberalizantes (FIORI, 1997), tem-se um maior distanciamento em relação ao modelo organizacional de capitalismo e de desenvolvimento assumido no país desde meados dos anos de 1930. Refiro-me ao projeto de capitalismo nacional assentado sobre a tese da industrialização substitutiva das importações, posto que a implantação do conhecido tripé do reformismo liberal baseava-se na desregulação, abertura econômica e privatizações.

Durante toda a década de 1990, em especial, tem-se a primazia do mercado, em detrimento do planejamento político-econômico nacional e do modelo de capitalismo nacional-desenvolvimentista (IANNI, 2004c). Nesse sentido, pode-se dizer que, no Brasil da década de 1990, as práticas e medidas político-econômicas liberalizantes,

²² Em 1989, um seminário promovido por John Williamson, do *Institute for International Economics*, fez um balanço das reformas econômicas promovidas na América-Latina, apresentando uma agenda de medidas que deveriam ser implantadas nos países da região. Trata-se do que ficou conhecido como Consenso de Washington, que “recomendava” a desregulamentação da economia, a abertura do mercado e as cadeias de privatizações que daí se seguiu (FARIA, 2010).

[...] que já havia adentrado na maior parte da América-Latina, implanta-se no Brasil, com toda a força, a partir do Governo Collor. O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da ‘era liberal’ no Brasil. Até então, apesar de algumas iniciativas nesse sentido, durante o Governo Sarney, e de uma já forte manifestação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, [...] foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor quanto do Governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos (FILGUEIRAS, 2000, p. 83-84)²³.

Com a predominância desse modelo, impulsionou-se o processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais, ao mesmo tempo em que se acentuava o grau de fragilidade e de vulnerabilidade financeira do Estado brasileiro no que diz respeito à subordinação da economia nacional aos fluxos de investimentos de capitais estrangeiros. Em janeiro de 1993, o *Institute for International Economics*, realizou um Seminário Internacional em Washington em torno do documento escrito por John Williamson e que ficou conhecido como Consenso de Washington. Naquele, estabeleceu-se um plano único de ajustamento das economias periféricas a ser chancelado pelo FMI e pelo BIRD em mais de sessenta países pelo mundo. De acordo com Fiori (1997), tratava-se de um programa a serem desenvolvidos em três fases, quais sejam: a primeira, que seria destinada à estabilização macroeconômica, priorizando-se um superávit fiscal e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda seria dedicada às “reformas estruturais”, isto é, à liberação financeira e comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico.

Segundo Filgueiras (2005), o processo de implantação das reformas liberalizantes na sociedade brasileira a partir da década de 1990 passou por três grandes momentos, a saber: a) a princípio, caracterizou-se por uma fase inicial bastante turbulenta e de ruptura com o modelo neodesenvolvimentista de substituição das importações, seguidos pela implantação

²³ Durante o governo de José Sarney, foi-se instituído o chamado Programa Federal de Desestatização que, por sua vez, visava transferir para a iniciativa privada as atividades econômicas que, outrora, era incumbência do setor público estatal. No governo de Fernando Collor de Mello, a agenda privatista do programa de desestatização fora, por assim dizer, “sofisticada”, ficando sob a responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (FARIA, 2010).

das primeiras ações e práticas concretas de cunho neoliberal durante o governo de Fernando Collor de Mello; b) segue-se por uma segunda fase, peculiar no que se refere à ampliação e consolidação do novo modelo socioeconômico neoliberal, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso; e, c) por fim, tem-se uma terceira fase, marcada pela ampliação e consolidação do capitalismo financeiro no país, durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro governo Lula.

Em larga medida, como se apreende das considerações de Fiori (1997), o Brasil aderiu às ideias políticas de cunho neoliberal em grande parte por ser constrangido por seu endividamento externo, e a partir daí pelas decorrências lógicas dos seus novos planos de estabilização, “desenhados em torno do modelo originalmente experimentado no México e sustentados na sobrevalorização cambial, nas altas taxas de juros e na abertura comercial” (p. 211).

Em seu discurso oficial de posse, dizia Fernando Collor de Mello:

Essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura [econômica] é a esperança de completar a liberdade política reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica (Apud FARIA, 2010, p. 19).

A vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello ao posto de presidente da república se fez em meio a um contexto de hiperinflação no país, responsável por conduzir o Brasil a uma grave recessão econômica, mediante a uma queda de 10% do PIB entre 1990 e 1992. A saída encontrada pelo governo foi a abertura comercial, por meio da eliminação de barreiras tarifárias e de uma gradativa redução das alíquotas de importação, seguindo-se de perto as orientações de liberalização comercial da Organização Mundial do Comércio – OMC – (ILÍADA, 2009). O assim conhecido Plano Collor 1 e 2 vislumbrava à modernização capitalista no país que acentuou o modelo produtor para a exportação por meio da redução do déficit público, da privatização do Estado, do arrocho salarial e da tentativa de estancar o processo inflacionário (ANTUNES, 2005). Porém, o Plano Collor 1 empobreceu ainda mais o país, desestimulou o parque produtivo e achatou os salários, sendo que a inflação passou dos 20% (ANTUNES, 2005).

No que diz respeito à esfera social, assistiu-se um significativo declínio dos chamados “gastos” sociais do governo federal, reduzidos a valores inferiores àqueles verificados antes da implantação da constituição federal brasileira de 1988. Recursos investidos que já haviam atingidos cerca de US\$ 50 bilhões e caem para apenas US\$ 43 bilhões em 1992 (CASTRO; JÚNIOR, 2005)²⁴. Os setores mais afetados durante o governo de Fernando Collor foram os da seguridade social referente ao sistema previdenciário e o da saúde (SUS). Na previdência social, tentou-se desvincular os benefícios previdenciários do salário mínimo – contrariando o Art. 58 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Brasileira – que, uma vez sendo aprovada, levou à introdução de graves distorções na base do financiamento da seguridade social, pois “ao invés de ampliar o comprometimento fiscal da União com seguridade, deslocou recursos da seguridade para financiar encargos típicos do orçamento fiscal” (CASTRO e JÚNIOR, 2005, p. 266). Simultaneamente, o Sistema Único de Saúde (SUS), teve sua estrutura de financiamento atingida com o veto presidencial a vinte e cinco itens da Lei Orgânica da Saúde, a maior parte centrada sob o esquema de financiamentos:

[...] entre 1990 e 1992, os gastos em saúde foram significativamente reduzidos. Tomando-se por base os gastos do governo federal, observa-se que eles apresentaram uma queda de 30,5%, passando de US\$ 11,1 bilhões para US\$ 7,7 bilhões. A desagregação dos dados de estados e municípios para 1992 não é suficiente para avaliar o impacto da crise nos gastos

²⁴ Do ponto de vista das políticas sociais, a Constituição de 1988 foi um marco de grande abrangência, pois combinava um conjunto de medidas que garantiam uma séria de direitos sociais, ampliavam o acesso da população a determinados bens e serviços públicos e garantiam a regularidade do valor dos benefícios. No Art. 7º (inciso IV) da Constituição Federal Brasileira, estabeleceu-se que o salário mínimo seria fixado em lei, sendo nacionalmente unificado e capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Não obstante, foi também estabelecido o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes (CASTRO; JÚNIOR, 2005). Dentre as principais mudanças introduzidas, ainda destacam-se: a) a ampliação e a extensão dos direitos sociais; b) a concepção de seguridade social como forma mais abrangente de proteção; c) certo grau de afrouxamento do vínculo contributivo como princípio estruturante do sistema; d) a universalização do acesso e a expansão da cobertura; e) a recuperação e a redefinição de patamares mínimos de valores dos benefícios; f) maior comprometimento do Estado com o sistema, projetando um maior grau de provisão estatal pública de bens e serviços. Ademais, em relação aos direitos trabalhistas, houve ainda a ampliação significativa de medidas tais como a redução da jornada de trabalho, a extensão da licença-maternidade, a introdução de um pagamento adicional para as férias e a extensão de 12 para 14 anos a proibição do trabalho (DRAIBE, 2005). Em outros termos: “algumas medidas importantes foram concebidas em relação ao abandono da cidadania regulada, que somente possibilitava o acesso à saúde e à previdência social para os empregados formais, deixando de fora parcela significativa dos trabalhadores não assalariados e empregados sem contrato regular. As ações voltadas à descentralização e à universalização do atendimento e da cobertura na saúde, à homogeneização dos benefícios previdenciários entre trabalhadores urbanos e rurais e à incorporação de diversos segmentos excluídos da atenção da assistência social (crianças, adolescentes, portadores de deficiência especial, idosos, entre outros) tornaram-se factíveis diante da perspectiva de constituição do orçamento da seguridade social, amparado por novas e diversas fontes de financiamento, para além da contribuição tradicional de empregados e empreendedores” (POCHMANN, 2010, p. 24-25).

públicos em saúde nessas instâncias. Sabe-se, no entanto, que as transferências federais, cuja participação é expressiva nos gastos locais em saúde, também apresentaram quedas substanciais. As transferências federais a estados passaram de US\$ 2,9 bilhões para US\$ 237 milhões (CASTRO; JÚNIOR, 2005, p. 267).

Todavia, as medidas econômicas adotadas pelo governo Collor foram incapazes de conter o avanço do processo inflacionário no país e de sanar os problemas mais graves e que, uma vez acrescidos dos escândalos de corrupção no qual esteve envolvido, culminou em 1992, com seu *impeachment*. O vice-presidente, Itamar Franco, ao assumir o cargo de presidente da república, iniciou um plano de medidas de estabilização macroeconômica do país, conhecido como Plano Real, que fora sustentado basicamente por programas de financiamento externo, e tendo apresentado êxito com relação ao controle do processo inflacionário no país.

Além da base política frágil de seu governo – pois o assumiu exatamente após um processo de *impeachment* -, na esfera social, o governo de Itamar Franco (1993-1994) caracterizou-se pela retomada de um processo de reformas que havia sido interditado, pois foi durante seu mandato que se começou a montar e a aplicar a chamada legislação infraconstitucional, “formada por um conjunto de leis orgânicas – da Previdência Social, da Assistência Social, da Função Social da Propriedade Fundiária -, além de se estabelecerem discussões e compromissos em torno da educação básica” (CASTRO e JÚNIOR, 2005, p. 267).

Em seu governo, ainda inseriu-se na pauta da agenda social a questão da fome e da miséria no país, e da implantação da nova legislação acerca da Previdência Rural, culminando com o aumento quantitativo dos benefícios rurais, sendo que a expansão de sua cobertura foi de 2,4 milhões de benefícios, começando com 4,1 milhões em 1992, e chegando a 6,5 milhões em 1994 (CASTRO e JÚNIOR, 2005). Em 1993, no entanto, eclode a chamada crise no financiamento da saúde e que fora solucionada por meio da criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em 1996. Sendo que, desde então, a CPMF passou a ser prorrogada, embora deixando de ser, desde 2002, uma contribuição exclusiva para a saúde, ainda que o SUS corresponda a sua maior parcela de destino. Em 1994, o então ministro da fazenda do governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, valendo-se da popularidade que lhe fora conferida pela implantação do Plano Real, é eleito presidente da república²⁵.

²⁵ É significativo mencionar-se que, em 1994, cerca de dezoito países tais como, por exemplo, o Brasil, o México, a Argentina, a Venezuela e o Uruguai, aceitaram acordos que previam o “perdão” de 60 bilhões de

Porém, para Fiori (1997), a candidatura de Fernando Henrique Cardoso aparecia como peça fundamental de uma estratégia global, uma vez que seu programa de estabilização e reformas seria perfeitamente consistente com as diretrizes do G-7 e da chamada comunidade financeira internacional. Assim sendo, Fernando Henrique Cardoso teria sido concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder para dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do Fundo Monetário Internacional (FMI), e viabilidade política das reformas preconizadas pelo Banco Mundial:

Poucos ainda têm dúvidas de que o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, integre a grande família dos planos de estabilização discutidos na reunião de Washington onde o Brasil esteve representado pelo ex-ministro Bresser-Pereira. E aí se inscreve não apenas por haver sido formulado por um grupo paradigmático de *technopols*, mas por sua concepção estratégica de longo prazo, anunciada por seus autores, desde a primeira hora, como condição inseparável de seu sucesso no curto prazo: ajuste fiscal, reforma monetária, reformas liberalizantes, desestatizações, etc., para que só depois de restaurada uma economia aberta e mercado possa dar-se então a retomada do crescimento (FIORI, 1997, p. 14).

Durante o transcorrer de toda a década de 1990 assistiu-se no Brasil um progressivo processo de reorientação dos gastos públicos, direcionando-os basicamente para a gestão do endividamento externo. Trata-se do que ficou conhecido como processo de “financeirização da riqueza” (POCHMANN, 2010, p. 16). Ou seja, o sucesso inicial dos novos planos de estabilização foi sucedido pela elevação do desemprego, a desaceleração do crescimento e o aumento exponencial da dívida pública, apenas da diminuição dos gastos com os salários e com as políticas sociais (FIORI, 1997).

Também se constatou o declínio o país do 8º para o 14º no posto da economia mundial e a correlata elevação no ranking mundial do desemprego da 13ª para a 3ª posição. Boa parte dos recursos dos gastos sociais (desvinculação da receita da União em 20%) foi repassada para pagamentos de juros, sendo que houve um aumento da dívida pública de menos de um terço para mais de 50 % do PIB (POCHMANN, 2010).

dólares de suas dívidas; porém, “o problema estava no fato de o FMI ter imposto aos países que aceitaram o perdão da dívida (quer dizer, pequeno em relação ao que os bancos poderiam ter concedido) que engolissem a pílula das reformas institucionais neoliberais” (HARVEY, 2011, p. 85).

Durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), os processos de abertura comercial, financeira e de privatizações ²⁶, foram acompanhados por um movimento acentuado de fusões, aquisições e de incorporação de empresas estrangeiras, intensificando-se o processo de desnacionalização e de internacionalização da economia brasileira ²⁷:

O processo de desnacionalização, que acompanhou o Plano Real, foi crescente e atingiu todos os setores: indústria, comércio e serviços. Isso decorreu da natureza dos investimentos estrangeiros no Brasil, entre 1994 e 1998. De um total de US\$ 65,5 bilhões, 55,4% (US\$ 36,3 bilhões) foram para a compra de empresas brasileiras já constituídas. [...] O número de aquisições de empresas brasileiras por estrangeiros, entre 1994 e 1998, cresceu 146%, passando de 63 para 237, totalizando, no período, 676 operações – sem contar incorporações, acordos e associações. O estoque de investimentos estrangeiros, que correspondia, até 1995, a 6,11% do PIB, passou a representar, em 1998, 12,34% (FILGUEIRAS, 2000, p. 162-163).

Os problemas associados ao agravamento da crise fiscal do Estado durante a década de 1990 foi acompanhado por uma série de reformas político-administrativas do Estado, sobretudo no que diz respeito às políticas sociais. Tal como nos diz Fiori (1997) ao tratar do conteúdo ideológico subjacente ao princípio do equilíbrio fiscal,

Para os neoconservadores [...] a diminuição do ‘custo nacional’ das economias exige a libertação do capital e de seus mercados de todas as amarras e regulações até que se alcance o ponto ótimo requerido pela competitividade global quando as cargas fiscais nacionais atendessem

²⁶ Durante o primeiro mandato de Cardoso, foi criada uma série de investimentos privados, tanto internos como externos, realizados através de uma política econômica de estabilização monetária e de reforma do Estado. Todavia, em um primeiro momento, esses investimentos aliados à queda da inflação, de 46,6% em junho de 1994 para 3,34% em agosto do mesmo ano, produziram uma retomada do crescimento econômico brasileiro e seguindo-se um modelo de desenvolvimento econômico baseados em privatizações e na abertura do país ao capital internacional. Por conseguinte, “áreas até então sob o controle público foram abertas aos investimentos privados. O Programa Nacional de Desestatização entrou em plena execução, principalmente com a privatização das empresas siderúrgicas, de telecomunicações e de energia elétrica. Se nos Governos Collor e Itamar Franco foram vendidos principalmente as empresas de bens de produção (siderurgia, fertilizantes, petroquímica), no governo Cardoso a ênfase foi dada às áreas de transporte, mineração e telecomunicações” (ILÍADA, 2009, p. 5).

²⁷ Durante o Plano Real, diante da ausência de uma política de defesa da produção e do emprego nacional, elevaram-se os níveis de ingressos de recursos externos, em larga medida, comprometidos com a compra de empresas estatais privatizadas e empresas privadas nacionais: “Em 1995, por exemplo, o Brasil tinha 230 bancos privados e públicos. Dez anos depois, [...] houve o fechamento de bancos privados nacionais e a expansão dos bancos privados estrangeiros, o que totalizou menos de 170 bancos em todo o país” (POCHMAN, 2010, p. 28).

apenas as necessidades mais elementares da ordem pública, e quando os salários e os direitos trabalhistas alcançassem os níveis mais baixos existentes entre os países do mundo no momento da aferição (p. 83).

Em certa medida, pode-se dizer que a adoção do Plano Real, em 1994, implicou uma maior subordinação das políticas sociais às reorientações de ordem macroeconômica, pois com a vinculação do combate à inflação à abertura comercial e à valorização da moeda nacional, “o plano de estabilização monetária induziu a política social às ações residuais, focalizadas e compensatórias, [...] um exemplo disso foi o aprisionamento de 20 % das receitas governamentais para ser usado no pagamento de despesas financeiras” (POCHMANN, 2010, p. 33-34).

Para o período considerado, os assim denominados “males” dos programas sociais brasileiros foram identificados como sendo oriundos da falta de planejamento e coordenação, com a superposição de competências entre os entes da federação, com a identificação necessária de prioridades, com a pouca capacidade redistributivista das políticas sociais e com as carências de chamados critérios transparentes para a alocação de recursos e de mecanismos de fiscalização e de controle “mais modernos”. Previu-se, assim, avançar com os processos de descentralização de determinadas atividades-meio do Estado, mediante ao estabelecimento de um sistema de parcerias com os setores privados, não necessariamente só os lucrativos:

No entendimento do governo, a ideia central para a defesa da descentralização era que a eliminação de atividades-meio resultaria em uma maior efetividade das políticas, já que transferia para a ponte dos sistemas a responsabilidade pelo estabelecimento das prioridades a serem atendidas (CASTRO; JÚNIOR, 2005, p. 270).

Deu-se início a um processo de flexibilização realizado pela abertura de determinados setores para os investimentos privados (privatizações) e pelo estabelecimento de parcerias com iniciativas de grupos da sociedade civil (terceiro setor). No entanto, este processo de descentralização e flexibilização de determinadas atividades-meio das políticas públicas rumo ao Estado mínimo, também representou uma hábil via aberta para a desresponsabilização do

Estado de determinados setores, áreas sociais e processos de gestão e fiscalização dos recursos públicos. Podendo ele agora, inclusive, descarregar sobre os próprios grupos de gestores e atores sociais envolvidos no processo de gerenciamento e de fiscalização o mérito pelo sucesso ou fracasso de tais empreendimentos, tornando-os “latas de lixo” em que se depositam a incapacidade do Estado em oferecer e de assegurar garantias de proteção em termos de seguridade social aos seus cidadãos em tempos de globalização.

A mudança de orientação do papel do Estado brasileiro no transcorrer da década de 1990 pode ser constatada pelos efeitos que se tornaram visível quanto ao maior endividamento público, a elevação da carga tributária, a cadeia de privatizações de parcela significativa do setor público estatal e a terceirização de diversas funções e serviços públicos. Nesse mesmo sentido, seguiu-se o desaparecimento do setor público, a fragmentação e a descentralização de determinadas políticas sociais em correlato ao esvaziamento de recursos públicos para tais ações, assim como à crescente intermediação de interesses por parte de organismos não governamentais – ONGs e o chamado terceiro setor.

Esse processo de desresponsabilização do compromisso do Estado assistencial se tornou claramente observável quando ampla parcela da população excluída da sociedade brasileira viu ruir a base constitucional pela qual ao menos encontravam a propulsão para sua proteção social. Isto é, ante a “ascensão das ações cada vez mais focalizadas pelo raquitismo estatal aos pobres” (POCHMAN, 2010, p. 36).

Durante os governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso, houve o aprofundamento de uma série de medidas que conduziram ao desmonte do Estado, com cortes substanciais de recursos para o custeio e para novas contratações no setor público. Tais medidas prejudicaram a qualidade dos serviços públicos prestados e oferecidos, levando à desvalorização dos salários e à redução da capacidade do governo em realizar investimentos sociais nas áreas de seguridade social, educação, cultura e saúde, haja vista que foram abalados num movimento de retrocesso desses mesmos direitos quando, em meados de 1995, passa-se a vigorar a ideia de Estado “mínimo”, “cuja função seria apenas a de ‘gestor’ das políticas sociais, que deveriam ser implementadas por instituições privadas” (ILÍADA, 2009, p. 7).

Norteados por esse modelo de organização estatal, as políticas públicas e os programas sociais, deveriam se focar sobre os níveis de extrema pobreza no país. Ademais, também se abriu espaço para a privatização da oferta de serviços que outrora eram de responsabilidade estatal, incluindo os setores ligados à saúde e à educação:

Entre 1994 e 2000, o número de alunos matriculados em instituições privadas cresceu em 80%. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 2002, do total de vagas oferecidas no ensino superior brasileiro, 83,4% eram nas instituições privadas, e apenas 16,6% nas públicas. Desse modo, embora no Brasil se tenha completado o desmonte da educação, da saúde e da previdência públicas, como ocorreu em outros países [...], houve sem dúvida um encolhimento do Estado em uma redução significativa de parte do orçamento público destinado às políticas sociais. A lógica era priorizar o pagamento das dívidas públicas, que haviam sido profundamente elevadas pela dependência do capital externo e pela política de juros altos então praticada [...]. No período de 1990 a 1995, foram gastos em média com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida interna e externa, de 6,2% do PIB. No mesmo período, a educação recebeu, em média, 1,06% do PIN (ILÍADA, 2009 p. 7).

Por outro lado, com relação às fontes de recursos criadas para o financiamento da seguridade social, elas foram direcionadas para a sustentação de outras despesas que não as previdenciárias. Quanto ao declínio das políticas sociais ligadas à saúde, “em 2001, [...] os gastos com saúde no Brasil foi de 222 dólares por habitante, enquanto na Argentina era de 679 dólares e no Uruguai de 603 dólares” (POCHMANN, 2010, p. 32). Em outros termos, já por volta da segunda metade da década de 1990, viu-se esgotar o otimismo com relação àquele grande primeiro ciclo de reformas dos programas sociais presentes na constituição federal de 1988, advindos com o fracasso dos planos sucessivos de estabilização monetária e da instabilidade inflacionária no país. Já explicitados em princípios de 1996, a estratégia de desenvolvimento social do governo federal brasileiro desenhava um conjunto de mudanças a serem balizadas por três grandes eixos:

[...] reforço dos serviços sociais básicos, de caráter universal, envolvendo os programas de previdência social, saúde, educação e assistência social, habitação e saneamento; a ênfase nos programas de trabalho, emprego e renda, voltados para gerar novas oportunidades de trabalho e eliminar formas socialmente discriminatórias ainda prevalecentes no mercado de trabalho; o destaque nos programas prioritários, voltados para o combate à pobreza, mas concebido como a mescla vitoriosa entre programas universais e programas focalizados (DRAIBE, 2005, p. 9-10).

No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, observa-se um crescimento real dos chamados “gastos” sociais do governo federal, de aproximadamente 5% ao ano, em um ritmo mais acelerado do que o crescimento econômico e populacional, o que permitiu com que ele atingisse, em 1998, um percentual quase 22% maior do que aquele verificado em 1995 (CASTRO; JÚNIOR, 2005). Porém, advinda a crise externa do balanço de pagamentos, somados à forte instabilidade econômica mundial gerada pelas crises financeiras do leste asiático e da Rússia, em 1998, o governo adotou no plano interno um profundo “ajuste fiscal” monitorado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a fim de se contrapor à redução no ritmo de crescimento do PIB brasileiro e à elevação das taxas de desemprego no país. O foco dos gastos sociais do governo federal se concentrou sob o seguro-desemprego e às políticas previdenciárias, ao passo que os cortes com gastos sociais se concentraram, em especial,

[...] sobre aquelas políticas e programas que ainda não possuíam vinculação de recursos ou proteção jurídica contra iniciativas da área econômica do governo, como a reforma agrária, os investimentos em infra-estrutura social, rede hospitalar, universidades federais etc., que foram fortemente sacrificados no segundo mandato (CASTRO; JÚNIOR, 2005, p. 310).

Aquilo que se constata por meio da análise e interpretação dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no que diz respeito aos gastos sociais do governo federal durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, é que os chamados gastos sociais se concentraram sobre as políticas sociais ligadas ao grande eixo estruturante do trabalho e emprego. Sendo responsáveis, em média, por 72,3% dos assim concebidos gastos sociais. Ou seja, aproximadamente três quartos do montante que o governo federal “gastou” na área social, estiveram de alguma forma relacionada com o mundo do trabalho, sobretudo através das políticas de apoio ao trabalhador, como o seguro-desemprego e às políticas previdenciárias ²⁸.

²⁸ Deve ser ressaltada, no entanto, a insuficiência das denominadas políticas passivas de proteção aos trabalhadores – o programa de seguro-desemprego. Pois, para o caso brasileiro, este cobre apenas 65% dos desempregados, atestando-nos sobre o caráter restritivo de seu alcance e efeitos, seja no que diz respeito ao valor

Todavia, em meio à elevação dos índices de desemprego estrutural e conjuntural no país, e do correlato processo de precarização e flexibilização das relações trabalhistas ²⁹, seguidos pelo crescimento das atividades informais de trabalho, uma ampla parcela de trabalhadores ficou excluída do sistema de proteção e garantias de seguridade social ligado à Previdência Social. Pois, como este se encontra respaldado no modelo bismarkhiano (meritocrático-contributivo e, por conseguinte, comandado pela relação contribuição-benefício), o trabalho formal e produtivo se torna em pré-requisito e, ao mesmo tempo, um bem cada vez mais escasso para que os indivíduos possam desfrutar do gozo de tal “segurança”.

Por outro lado, para a parcela de indivíduos trabalhadores não atrelados aos vínculos de assalariamento formal no mercado de trabalho, restaram-lhes “escolher” pelos sistemas de proteção e cobertura sociais ligados aos programas de emprego e renda via à qualificação profissional. E impelindo-os, no limite, a se individualizarem, a se tornarem móveis e

monetário das reposições, seja no que se refere ao seu período de duração máxima. Segundo Draibe (2005), para que se tenha acesso ao usufruto desse direito, é necessário que o trabalhador preencha os seguintes pré-requisitos: a) que tenha trabalhado, pelo menos, seis dos últimos trinta e seis meses; b) que não possuam renda própria para o sustento de sua família; c) que não esteja recebendo nenhum outro benefício da Previdência Social, exceto abono de permanência em serviço, pensão por morte ou auxílio-acidente. Por outro lado, também merece destaque o surgimento de novas políticas ativas de emprego, orientadas a programas de capacitação profissional e de estímulo e impulso à inserção produtiva. Financiado com recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador -, por exemplo, o Plano Nacional de Educação Profissional, mais popularmente conhecido como PLANFOR, foi proposto para o período de 1966-1999 como sendo um dos projetos prioritários do governo federal, com o objetivo de qualificar, a cada ano, a partir de 1999, 20% da população economicamente ativa do país. O programa cresceu aceleradamente entre 1995 e 2000, tendo qualificado cerca de 12 milhões de trabalhadores e dispendidos recursos acumulados da ordem de 0,16% do PIB. Entretanto, “embora o PLANFOR goze de ampla legitimidade e venha cumprindo suas metas, não há evidências que mostrem qualquer relação entre o programa e o investimento com ele realizado e melhoras na taxa de emprego na economia” (DRAIBE, 2005, p. 32).

²⁹ O processo de flexibilização crescente no mundo do trabalho, tendeu a se traduzir em baixos salários, crescente sensação de insegurança e em muitos dos casos, até mesmo da perda de benefícios e de proteção ao trabalho. Para o caso da América-Latina, na década de 1990, assistiu-se ao crescimento da economia informal: “estima-se que tenha passado de 29% nos anos 1980 para 44% da população economicamente ativa da América-Latina na década de 1990” (HARVEY, 2011, p. 168). A reestruturação produtiva das empresas; públicas e privadas, que acompanharam a introdução de novas técnicas e métodos de gestão do trabalho e de novas tecnologias, seguidos pela abertura comercial e financeira do Brasil, teve um impacto negativo que se refletiu na elevação das taxas de desemprego, a partir do início dos anos 90, com o governo Collor, “quando a abertura comercial-financeira em uma profunda recessão – provocada pela política de estabilização adotada – acirraram a concorrência internacional e empurraram as empresas para um processo acelerado de reestruturação, que até então, com raras exceções, caminhava lentamente” (FILGUEIRAS, 2005, p. 187). Paralelamente ao desemprego, assistiu-se o crescimento de um processo generalizado de flexibilização e precarização das relações e condições de trabalho: “formas de contratação instáveis que contornam ou anulam a legislação trabalhista, prolongamento da jornada de trabalho, redução dos rendimentos e demais benefícios, flexibilização de direitos trabalhistas e ampliação da informalidade” (FILGUEIRAS, 2005, p. 188). Ademais, “de cada dez novos trabalhadores que ingressavam no mercado de trabalho ao longo da década de 1990, somente seis encontravam alguma ocupação” (POCHMANN, 2010, p. 29). Além da precarização das relações e condições de trabalho, a década de 1990 ainda assistiu a piora da renda dos trabalhadores assalariados: “entre 1990 e 2002, [...] a participação do rendimento dos trabalhadores retrocedeu 13,4%, pois passou de 45,5% para 39,5% da renda nacional” (POCHMANN, 2010, p. 29).

dispostos à realização de inúmeros e variados esforços e sacrifícios pessoais, ao mesmo tempo em que têm de aprenderem a viver e a conviver com um horizonte de futuro cujas perspectivas são cada vez mais incertas, inseguras e indeterminadas.

Ademais, como medida de política social compensatória, em termos de programas sociais de transferência monetária direta de renda focalizados nos segmentos mais pobres da população brasileira, houve ainda a tentativa de responder-se ao agravamento dos problemas sociais gerados pela crise econômica de 1998-1999. Como consequência direta teve-se o crescimento do montante dos valores destinados aos gastos sociais do governo federal com as chamadas políticas sociais compensatórias no país, de 2,8% para 5,4%, entre o início e o final do período 1995-2002 (CASTRO; JÚNIOR, 2005).

Entretanto, embora o esforço institucional em prol da política social possa ser visto na manutenção e, até mesmo, no crescimento do montante orientado aos chamados “gastos” sociais, mesmo durante os piores anos de ajustamento fiscal, ainda assim os resultados em termos de proteção e de bem-estar social foram largamente insuficientes e frustrantes. O declínio acentuado dos direitos e das políticas sociais de seguridade e de proteção social pode ser ilustrado, inclusive, quando se identifica a discrepância real existente entre a elevação da carga tributária, de um lado, para com a realocação desses mesmos recursos arrecadados, por outro.

O país apresentava uma carga tributária de 24% do PIB em 1980 e que fora elevada para 36% em 2008, sendo que seu aumento mais significativo se deu durante a década de 1990 (FARIA, 2010). Entre meados dos anos 80 e final dos 90, os chamados gastos sociais públicos brasileiros se elevaram de 15% para 22,15% do PIB, sendo que o gasto público total aumentou de US\$ 1,537 para US\$ 1,674 (DRAIBE, 2005). Porém, em termos de impactos e resultados favoráveis, o que se constatou foi o baixo impacto redistributivo do gasto, sendo muito pouco capazes de alterar os níveis de desigualdade social e de pobreza no país ³⁰. Não obstante a isso, ocorreram duas grandes reformas no setor previdenciário brasileiro. A primeira, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e a segunda, durante o primeiro mandato do governo Lula. E ambas, no limite, redefiniram as regras de aposentadoria,

³⁰ Quanto à distribuição de renda no país, em fins da década de 1990, observou-se um aumento quantitativo dos ricos e de suas posses: “de 507 mil famílias ricas em 1980, para 1,6 milhão em 2000” (FILGUEIRAS, 2005, p. 189). Ademais, “esses 1,16 milhão de famílias ricas no Brasil, cuja renda é de no mínimo R\$ 10.982 mensal per capita (valor mínimo recebido pelo 1% mais rico do Brasil, em valores de 2003) representa 2,4% do total de cerca de 48,5 milhões de famílias brasileiras” (p. 189); e, mais, os denominados “super-ricos” do país (as classes altas), “apropriam-se do equivalente a 3% da renda nacional [...], são 5 mil famílias – apenas 0,001% do total – que têm um patrimônio equivalente a 40% do PIB nacional” (FILGUEIRAS, 2005, p. 189). Em outros termos, “na década de 60 a renda apropriada pelos 10% mais ricos da população era 34 vezes superior à renda apropriada pelos 10% mais pobres, em 1990 essa proporção se eleva para 78 vezes” (DRAIBE, 2005, p. 16).

reduzindo benefícios e direitos em nome do equilíbrio fiscal e abrindo espaço para os fundos de pensão privados.

Até os anos 80, segundo Draibe (2005), o sistema previdenciário brasileiro viveu sua fase áurea, incorporando contribuintes a taxas mais altas do que o crescimento da população economicamente ativa do país e dos beneficiários. Porém, o ponto de inflexão dessa tendência tem início já nos anos 80, quando a estagnação da população economicamente ativa, impactado pelas alterações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro, mediante a expansão do desemprego, do subemprego e da informalidade, tencionou a discrepância existente entre contribuintes ativos e beneficiários. Sendo que, a partir de 1996, o sistema previdenciário brasileiro entra em forte desequilíbrio, passando a apresentar déficits crescentes.

Às pressões do ajustamento fiscal ocorridos durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, culminaram com a reforma previdenciária de 1998 e resultando, dentre outros aspectos, na substituição do tempo de trabalho pelo tempo de contribuição (ANTUNES, 2005). E como se não bastasse, para muitos, os próprios trabalhadores aparecem como sendo responsáveis pelo seu próprio desemprego, pois “bastaria que eles abrissem mão de seus direitos adquiridos para que o número de postos de trabalho voltasse a crescer” (FIORI, 1997, p. 83).

Entretanto, contemporaneamente, algumas evidências ainda dão sinais efetivos de sua incompletude, pois a cobertura previdenciária do país continua sendo baixa, abarcando somente 40% da força de trabalho brasileira. Representando a quase que total desproteção dos trabalhadores do amplo setor da economia informal no país e, portanto, “a almejada incorporação dos trabalhadores informais, dos rurais e dos trabalhadores autônomos não se traduziu ainda em medidas e incentivos” (DRAIBE, 2005, p. 28).

A partir dos anos 90, no Brasil, assiste-se à retomada do Estado de setores estratégicos das atividades econômicas brasileiras e da realização de um compromisso social efetivo, seguro e estável com as áreas sociais do país. Também se constata um declínio da autonomia de sua ação política soberana, nos assuntos de ordem nacional, expressando o abalo em relação à possibilidade de planejá-las, regulá-las e induzi-las.

Para o período compreendido entre 1980-2000, é possível de se constatar que “o Brasil foi capaz de reduzir em cerca de um quinto a mortalidade infantil e o analfabetismo, em praticamente universalizar o acesso à educação fundamental, mas praticamente não obteve êxito nenhum na redução da desigualdade” (DRAIBE, 2005, p. 60). Ademais, também se tem que setores majoritários das classes trabalhadoras no país, contam com precários ou nulos

meios sócio-institucionais de proteção social, tanto no que diz respeito às garantias de seu próprio trabalho, bem como do enfrentamento das enfermidades e da velhice, uma vez que são seguidos pelas lacunas de proteção social no campo da previdência social.

Como é de conhecimento geral, a ideologia neoliberal apresenta inúmeras vantagens para as organizações empresariais e para o próprio Estado:

Embora a liberdade pessoal e individual no mercado seja garantida, cada indivíduo é julgado responsável por suas próprias ações e por seu próprio bem-estar, do mesmo modo como deve responder por eles. Esse princípio é aplicado aos domínios do bem-estar social, da educação, da assistência à saúde e até aos regimes previdenciários [...]. O sucesso e o fracasso são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (como não investir o suficiente em seu próprio capital humano por meio da educação), em vez de ser atribuída a alguma propriedade sistêmica (HARVEY, 2011, p. 76).

Em outros termos, presume-se que todos os agentes e atores sociais que atuem no mercado, possuam acesso igual às informações e às pré-condições socioeconômicas e cognitivo-culturais, assim como também se presume que inexista assimetrias de poder ou de informações capazes de interferir no poder de ação dos indivíduos para tomarem suas decisões econômicas racionais em seu próprio benefício. Por conseguinte, ao negligenciarem-se as pré-condições socioeconômicas e cognitivo-culturais de acesso e distribuição desigual das experiências e vivências históricas pretéritas, acentua-se aquele processo de construção social da invisibilidade das desigualdades sociais. Pois, aquilo que se subtrai e se oculta por meio desse discurso ideológico é que “agentes melhor informados e mais fortes têm uma vantagem que pode com demasiada facilidade ser mobilizada para obter informações ainda melhores e um poder relativo” (HARVEY, 2011, p. 78).

Dentre um dos maiores problemas atuais enfrentados pela cultura do individualismo – que será objeto de análise e interpretação do próximo capítulo –, se encontra o fato de ela ter sido quase que totalmente absorvida por amplos setores da sociedade como, tão somente, ideologia e projeto neoliberal. E estando assentado sobre a ideia e o valor do “autoempresário” cria-se a ilusão de os indivíduos serem donos e senhores de uma autonomia da vontade sem limites. Uma vez de posse incorporada dessa ideologia, a vida passa a ser

projetada como se fosse uma empresa, sendo que o indivíduo precisa se comportar diante dela como se fosse um “autoempreendedor” e à organizar todos os aspectos de sua existência social e individual em conformidade obediente e antecipada diante das condições impostas pelo mercado.

Todavia, este mesmo indivíduo em nada responsável pelos desequilíbrios e desregulamentações econômicas e financeiras da dinâmica turbulenta do mercado capitalista, bem como pela precariedade das relações trabalhistas que se seguem à flexibilização das relações e condições de trabalho na contemporaneidade. Ao mesmo tempo em que, no entanto, ele também vai se tornando incapaz de prever e controlar sob uma base social e cognitiva bem fundada e segura, seus próprios planos e projetos de ação sócio-individual de vida em relação aos horizontes de futuro, por mais que tenham acumulado de modo antes jamais visto em toda a história do sistema educacional brasileiro, uma maior facilidade de acesso à informação e aos conhecimentos escolares, sendo sujeitos mais bem especializados e qualificados técnico-profissionalmente.

Porém, não obstante à funcionalidade aos interesses econômicos dos detentores do capital e ao declínio e abalo da capacidade do Estado em oferecer e assegurar proteção e garantias de direitos de modo seguro e substancialmente efetivo em longo prazo, restam aos indivíduos filhos da liberdade contemporâneos, provarem do amargo, indigesto e patológico senso de autculpabilidade individual pelo fracasso:

Agora, no estágio seguinte do capitalismo, o empresário ainda descarrega sobre o indivíduo a coerção da autoexploração e da auto-repressão, e estes tem de gritar vivas a tudo, pois, afinal de contas, é o homem novo em folhas que está nascendo. Sim, isso é nitidamente detectável, e inclusive se pode dizer – coisa que também está se tornando visível – que essa forma de individualismo é altamente funcional para as instituições e, por isso, tal tendência está longe de chegar ao fim. A funcionalidade está justamente em que todos os problemas institucionais, não só no âmbito das organizações dos processos de trabalho, mas também no da seguridade social, no do Estado assistencial e nos problemas ambientais, podem ser descarregados nesse novo aprendiz de feiticeiro que é o auto-empresário. Ele se converte na lata de lixo das questões não resolvidas de todas as instituições. E deve transformar, por assim dizer, a lata de lixo que ele representa, [...] em um projeto criativo de si mesmo (BECK, 2003b, p. 72-73).

Assim também nos diz Harvey (2011):

Para alguns, a crescente flexibilidade dos mercados de trabalho é uma dádiva divina, e, mesmo quando não gera ganhos materiais, o simples direito de trocar de emprego com relativa facilidade e, sem restrições do patriarcado e da família tem benefícios intangíveis. Para quem negocia com sucesso no mercado de trabalho, há recompensas aparentemente abundantes no mundo de uma sociedade capitalista de consumo. Infelizmente, essa cultura, por mais espetacular, glamorosa e atraente, joga perpetuamente com desejos sem nunca oferecer satisfações além da limitada identidade do centro de compras e das ansiedades do status por meio da boa aparência (no caso das mulheres) ou das posses materiais. O 'compro, logo existo' e o individualismo possessivo constroem juntos o mundo de pseudo satisfações estimulantes na superfície, mas no fundo vazio (p. 183-184).

Muitos seres humanos foram e ainda são lançados e impelidos à sombra das condições psicossociais dignas de existência, restando para muitos a redistribuição de renda pela via da violência criminosa, uma das poucas opções reais para as camadas sociais subalternas e marginalizadas do país, ainda que obstinadas a uma batalha solitária em meio à penumbra do vazio deixado pelo ocaso das esperanças. A dificuldade de se ter acesso aos bens e serviços públicos básicos oferecidos pelo Estado, raramente são apreendidos pelos próprios sujeitos como resultantes do tolhimento do poder de ação política soberana de um Estado imerso no turbilhão da caótica dinâmica dos mercados globais, sendo o fracasso em muitas vezes, apreendidos cognitivamente como sendo culpabilidade individual ou como oriundo de maquinações hostis, reais ou imaginadas, de novos bodes expiatórios.

Uma vez sendo vivenciado na carne, no sangue e no espírito, os impactos dos efeitos socioeconômicos, políticos e culturais desencadeados com o poderoso processo de globalização contemporânea do capitalismo, e com a implantação das medidas político-econômicas neoliberalizantes, o que mais resta aos indivíduos filhos da liberdade que compõe a base da estrutura social brasileira, senão a árdua tarefa travada por meio de uma batalha cotidiana solitária em seus respectivos mundos da vida? Por certo, se impõe o forçoso desafio à individualização em meio ao abandono e à solidão narcísica, na medida em que deles se esperam e se cobram que arquitetem e construam por si próprios e munidos com as armas e recursos dos quais dispõem, soluções criativas que sejam capazes de amenizar o teor de seus

respectivos sofrimentos psicossociais, vazios, desesperança, ausência de reconhecimento e desamparo diante de tanta desigualdade, injustiça e constrangimentos sociais pretéritos e presentes.

Na medida em que a rede de segurança e de proteção social passa a ser reduzida aos mínimos indispensáveis em favor de um sistema que tende cada vez mais a acentuar a responsabilidade individual, via de regra, se atribuem os fracassos pessoais como sendo causas de falhas eminentemente individuais. Torna-se cabível, agora, interrogar-se sobre como vivem e sobrevivem os indivíduos recém-liberados ante a um amplo contexto sócio-estrutural no qual se declinaram valores tais como o do peso do Estado em ordenar suas vidas, dos partidos políticos tradicionais, das classes sociais, dos sindicatos e da comunidade local da cidade. Em uma palavra, dos valores centrais da primeira modernidade. Sobretudo quando este processo se insere no íterim de um mundo cujo mercado de trabalho se tornou extremamente rápido e volátil, altamente flexível e precário, ao mesmo tempo em que se convive cotidianamente com crônicas e agudas sensações de insegurança e de incerteza, perda de proteção e de garantias sociais, vazios substanciais do “eu”, além da reiterada ausência de reconhecimento psicossocial.

Como se espera que se torne inteligível ao próprio leitor, os caminhos de libertação desses indivíduos dos limites restritivos dos controles patriarcais tradicionais, dinamizados e acentuados pelos processos de internalização de uma cultura do “eu” como modo de vida desejável, normalizado e legalizado que têm raízes profundas não somente no domínio hegemônico dos valores socioculturais concernentes àquele utopismo do sonho de liberdade individual sustentado pela ideologia neoliberal, mas também, pelo fato de que o acesso aos direitos sociais básicos oferecidos pelo próprio Estado brasileiro, ao impelirem os sujeitos a individualizarem-se, são seguidos por um resto nitidamente observável e detectável pelo agravamento das profundas sensações de mal-estar e sofrimento biopsicossociais humanos na contemporaneidade, tornando-os vulneráveis e suscetíveis às novas formas de servidão voluntária, a fim de que possam encontrar proteção e refúgio ante as situações sociais de desamparo e de solidão.

O uso da expressão “servidão voluntária”, se deve ao significado atribuído por Étienne de la Boétie (2009). Embora sendo sua análise circunscrita ao início da era moderna, De la Boétie (2009) não deixa de atentar-se para o mal-estar que se segue com a ampliação das liberdades individuais, a ponto de tornar os indivíduos vulneráveis às garantias de proteção psicossocial e material advindas com a sujeição a um senhor, ainda que tal processo

se efetue de maneira autônoma e voluntária. Nesse sentido, encontrar proteção, amparo, sensações de garantias possíveis de certeza e de segurança por meio de um processo de auto-sujeição à figura paterna, é também o que nos retrata o crescente processo de reavivamento da religiosidade ressignificada e das novas formas de institucionalidade religiosa na contemporaneidade brasileira. Ainda que se trate de uma sociedade brasileira que ao modernizar-se, também produziu graus maiores de liberdade de ação individual, de escolha e mobilidade. Em outros termos, prefere-se uma parcela de segurança duvidosa e incerta esperança de poderem viver a vontade, “mas esses perdidos e abandonados por Deus e pelos homens contentam-se em aguentar o mal” (DE LA BOÉTIE, 2009, p. 59).

3 - SOBRE OS PARADOXOS E AMBIVALÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO E DA INDIVIDUALIZAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO SÉCULO XXI

Não existe crítica social possível sem a articulação e a dramatização do sofrimento humano que foi relegado ao silêncio pelo domínio da violência simbólica dos vencedores (SOUZA, 2010, p. 31).

Não ignorar a vida cotidiana é o ponto de partida para decifrar sociologicamente o possível (MARTINS, 2011, p. 12).

Em princípio, pode se dizer que o primeiro grande problema e paradoxo que se coloca ao presente momento deste trabalho, seja o fato de ser exatamente no ínterim de uma sociedade moderna que avança (e, portanto, tributária e herdeira dos novos processos de modernização e de secularização) é que se constata não só o retorno dos indivíduos que provaram dos frutos da ilustração ao universo de uma religiosidade ressignificada, assim como do surgimento de novas formas de institucionalidade religiosa:

É precisamente na sociedade secular onde as religiões, ‘despojadas’ do difícil papel de gerar certezas (separação entre religião e ciência) e de legitimar o poder (separação entre religião e Estado), adquirem uma nova função e autoridade como ‘escola da moral’ (BECK, 2009, p. 132-133).

Trata-se de um paradoxo ao menos aparente quando se apreende que o processo de reavivamento da religiosidade na contemporaneidade, uma vez tendo seu “*status*” se metamorfoseado e se ressignificado, não se equivale ao mesmo que dizer-se que estaríamos presenciando na história das sociedades modernas, o fracasso de seu projeto moderno e da razão moderna. Nesse sentido, quando se fala em termos de segunda modernidade ou de modernização reflexiva, é imprescindível não se perder de vista que o espaço e a realidade social que se configura na contemporaneidade se singularizam, dentre outros aspectos, pela radicalidade do raio de alcance de seus efeitos colaterais em termos socioeconômicos, políticos e culturais, desencadeados pela globalização contemporânea do capitalismo, e sendo acompanhados de perto pelo processo de reestruturação do próprio sistema capitalista a partir de meados da década de 1980 do último século.

Assim sendo, é ao menos conveniente ser esclarecido que, tal como ela é apreendida pela sociologia reflexiva de Ulrich Beck, a segunda modernidade pressupõe uma “comunhão de modernidades”. Desse modo, não se trata de sustentar que tudo aquilo que envolve e abarca a primeira modernidade tenha desaparecido por completo. E também não significa que o projeto e a razão moderna tenham fracassado, pois se trata de uma nova época cuja realidade histórico-social se encontra permeada e atravessada por inúmeros processos de continuidades e rupturas, paradoxos e ambivalências. Dai emergindo-se o necessário desafio de ser realizada uma “autocrítica radical da teoria e da sociologia ocidentais da

modernização” (BECK, 2003b, p. 23) e, inclusive, daquelas que tratam do pensamento político e da teoria social brasileira.

Por conseguinte, por mais paradoxal que isso possa parecer, é exatamente com a ampliação dos espaços sociais de autodeterminação dos indivíduos, seguidos por um surpreendente excesso de “ganhos” e de valoração positiva das liberdades individuais seculares na sociedade brasileira que se configura no limiar do século XXI ³¹ que se encontra uma crescente e desejável disposição individual e coletiva para crer e servir-se voluntariamente. Sendo que, inclusive, esta aumenta ao revés de desaparecer ou de diminuir. Estes aproximadamente trinta milhões de indivíduos alcançaram tardiamente a condição histórica de “filhos da liberdade”, sendo que vivenciam um duplo problema histórico: acertar as contas com os limites ainda existentes do passado histórico (o drama do anacronismo) e apreender, rapidamente, como se libertar das novas ilusões e contradições do tempo presente.

Parece que “sofremos de liberdade e não de crises” (BECK, 2002, p. 10). Mais precisamente, das consequências não-intencionais que acompanham um excesso de “ganhos” de liberdade no atual estágio de configuração sócio-estrutural das sociedades modernas complexas em tempos de globalização. Em especial, quando se apreende o atual processo de intensificação das patologias sociais da modernidade na contemporaneidade, traduzidas por profundas sensações de ausência de sentido comum acerca da vida pessoal e coletiva ante aos constrangimentos sociais que sofrem os indivíduos contemporâneos que, paulatinamente, estão vendo se distanciarem ainda mais da capacidade subjetiva de compreensão e de controle da dinâmica sócio-estrutural das forças sociais modernas que os constroem e os impelem à ação.

As quais, contemporaneamente, assumiram uma proporção global representada não só pelas tecnoestruturas mundiais de poder, do BIRD ao FMI, passando pelos grandes conglomerados transacionais, mas também, pela predominância da lógica soberana do capital financeiro e do valor da liberdade individual tal como ele o é sustentado pelo discurso oficial e dominante da ideologia neoliberal e estando respaldado em nefastas verbalizações tais como “auto-empresendedorismo” e “autossuficiência dos indivíduos” ³².

³¹ Refiro-me a uma sociedade caracterizada, em linhas gerais, por um processo de mobilidade social ascendente de aproximadamente trinta milhões de brasileiros filhos da liberdade que compõe, sobretudo, a base da estrutura social do país e que conseguiram sair do pântano da desesperança por meio da realização de extraordinários esforços e sacrifícios pessoais, ascendendo a novos patamares de renda e de consumo.

³² Referindo-se ao necessário desafio de se apreender as distinções entre o manifesto e o profundo presente nos discursos “científicos” dominantes e afins à ideologia neoliberal, Gonzáles-Casanova (2006), nos possibilita compreender os efeitos colaterais e imprevistos resultantes da ideologia neoliberal. A qual se encontra, inclusive, no discurso oficial e dominante sob o qual se fundamenta o novo espírito do capitalismo, sendo a falácia do utopismo referente ao valor da liberdade criado por aquela ideologia expresso neste trabalho pelas consequências

Iniciemos a busca pelas evidências ao problema da liberdade e da inclinação do ser à servidão voluntária a partir das considerações provocativas de Étienne de la Boétie (2009), escritas no começo da era moderna e que assim nos diz:

Assim, pois, uma vez que todas as coisas que possuem sentimento, desde que o tenham sentem o mal da sujeição e perseguem a liberdade, uma vez que os animais, que ainda estão a serviço dos homens, não podem acostumar-se a servir senão como protesto de um desejo contrário, que desencontro foi aquele que tanto pôde desnaturar o homem, o único ser nascido para viver livremente, fazendo-o perder a recordação de seu primitivo ser e o desejo de recuperá-lo? (p. 41).

Em outros termos, trata-se de indagar-se com mais vagar aonde se encontram os nexos de sentido capazes de explicar o porquê de milhares de homens e mulheres se sujeitarem voluntariamente em servirem-se. A ponto de realizarem, inclusive, enormes sacrifícios materiais em prol dos custos onerosos demandados pela Igreja Universal do Reino de Deus, com dízimos, ofertas e demais campanhas de “sacrifício”. Aonde encontrar-se-á uma dimensão de mal-estar, dor e sofrimento que seja capaz de explicar a renúncia do próprio entendimento e da disposição legítima em servir-se, a tal ponto de os indivíduos não sentirem os efeitos onerosos da servidão voluntária? Ou seja, quais são as forças sociais que os constroem, impelindo-os à eleição voluntária pela servidão, a ponto de essa se expressar como um “ganho” legítimo? – ou, como nos problematiza o próprio autor, “qual condição é mais miserável do que viver assim, sem nada ter de seu, recebendo de outrem satisfação, liberdade, corpo e vida”? (BOÉTIE, 2009, p. 60).

Tenho por mim a impressão de que encontrar proteção psicossocial que sejam capazes de prometerem e assegurarem as garantias possíveis quanto ao gozo de sensações de certeza e de segurança, assim como de reconhecimento recíproco por meio da autodisposição à servidão, é também o que nos retrata o crescente e surpreendente processo de reavivamento da religiosidade ressignificada, assim como da expansão de novas formas de institucionalização religiosa. Tal processo também ocorre na sociedade brasileira moderna, na qual amplos

sociais e psíquicas vividas por humanos. Ou seja, de sua estreita conexão com os problemas sócio-psíquicos peculiares às patologias sociais contemporâneas da modernidade, manifestas em profundas sensações de mal-estar vividas por milhares de homens e mulheres de carne, sangue e espírito, no núcleo cotidiano mais basilar de seus respectivos mundos da vida.

setores sociais alcançaram maiores espaços de liberdade para suas respectivas ações individuais, ainda que sejam liberdades individuais duplamente precárias: em intensidade de criação de novos valores e de ação para realização efetiva de novas formas de vida ³³.

O Brasil das décadas de 1980-2000, já se configurava como sendo um país majoritariamente urbanizado. Tendo experimentado, pela primeira vez, os chamados “indicadores de transição demográfica”. A população de aproximadamente 170 milhões de habitantes em 2000 cresceu a taxas de apenas 1,8% na década de 1980, e de 1,6% nos anos 90, embora a taxa de urbanização passasse de 68%, em 1980, para 81,2% em 2000 ³⁴. Como é de conhecimento geral, os centros urbanos retratam o símbolo e local por excelência da realização e desenvolvimento dos valores da cultura moderna. Assim como da corporificação de seus respectivos valores objetivos, palco no qual se desenvolvem e se tencionam conflitivamente o romance ambivalente de paz e guerra do indivíduo moderno, com seus respectivos valores referente às liberdades individuais e do senso internalizado de aspirações por mobilidade social. Ou seja, “as mais avançadas ou mesmo inesperadas formas de liberdade florescem na cidade” (IANNI, 2011a, p. 68).

Os impulsos libertadores em relação aos tradicionais e pretéritos vínculos sociais atávicos e de parâmetros valorativos normativos que se realiza por meio dos processos de desenraizamento e de urbanização acelerada são acompanhados, no entanto, por novas formas e modos de domínio, de enquadramento e de controle social. Sendo que, contemporaneamente, merece destaque especial aquele poderosíssimo poder referente à lógica da essência contábil do dinheiro (SIMMEL, 2009). O qual, em nosso tempo presente, mostra seus efeitos nefastos e corrosivos quando conectados ao peso da carga ideológica negativa da ideologia neoliberal do mercado, com seu discurso oficial e dominante assentado sob as ideias de “auto-empendedorismo” e de “autossuficiência dos indivíduos” ³⁵.

³³ Recorrendo-se à etimologia, o termo precário; do latim *precarius*, designa algo que é instável, frágil e insuficiente.

³⁴ No que diz respeito ao processo de urbanização desenvolvido na sociedade brasileira, em termos estatísticos e de acordo com o IBGE, para o período histórico compreendido entre 1940-2000, tem-se o seguinte panorama geral: segundo o recenseamento de 1940, 31% da população brasileira era urbana, ao passo que 69% se concentravam nas áreas rurais; em 1950, 36% da população brasileira eram urbanas, enquanto 64% residiam no campo; em 1960, 45% da população estavam alocadas nas áreas urbanas, ao passo que 55% residiam no campo; já em 1970, 56% da população eram urbanas e 44% rural; em 1980, 68% da população se encontravam em áreas urbanas, enquanto 32% nas áreas rurais; em 1996, 78,35% da população brasileira eram urbanas, ao passo que 21,65% se concentravam no campo; em 2000, 81,2% da população residia no espaço urbano, enquanto que 18,8% residiam nas áreas rurais.

³⁵ O processo simultâneo de urbanização e desenraizamento para o caso peculiar da dinâmica histórica da sociedade brasileira foram incrementados a partir da década de 1930 com o desenvolvimento industrial do país, sendo acentuado no decorrer da década de 1950 com o modelo de política econômica desenvolvimentista do plano de metas de Juscelino Kubitschek, passando pelo modelo desenvolvimentista instaurado com o golpe militar de 1964 – e abrangendo as décadas de 1970 e 1980 – e chegando à década de 1990 com os impactos e

Em larga medida, como se intentará demonstrar neste capítulo, o sofrimento biopsicossocial humano na contemporaneidade e em um contexto histórico-social no qual se assiste a acentuação dos processos de urbanização e dos novos processos de impulsos de modernização econômica na sociedade brasileira do século XXI, se relaciona intrinsecamente com os constrangimentos sociais oriundos da autonomização das forças sociais modernas. As quais, contemporaneamente, adquiriram uma ampla envergadura de ordem sistêmica, regida pelas tecnoestruturas mundiais de poder e pelo imperativo da lógica do capital financeiro que se introjeta no espírito subjetivo dos indivíduos modernos tanto pela via do trabalho nas fábricas e serviços terciários que se seguem ao processo de reestruturação produtiva do capitalismo, quanto pelo consumo conspícuo, assim como pela via da universalização da ideologia neoliberal que fora dinamizada pelo processo de globalização contemporânea do capitalismo.

Tal processo também produz um afastamento ainda maior do poder de domínio e de controle subjetivo dos indivíduos modernos, pois sendo gerados em macrocontextos, estão geralmente associados a poderosas forças sociais de domínio que, no entanto, se estendem para outras instâncias e esferas sociais. Atingindo famílias, locais de trabalho e os próprios indivíduos em seu núcleo psicossocial profundo e, assim sendo, dominação e sofrimento também passam a alcançar a psique dos filhos da liberdade na contemporaneidade.

Em outros termos, estruturado sobre um grande eixo que se refere ao mal-estar da liberdade, as patologias sociais da modernidade na contemporaneidade, tratam da radicalização do processo de coisificação e instrumentalização da vida, das profundas sensações de incerteza e de insegurança, da exacerbação dos temores difusos e dos vazios substanciais de um “eu” que vaga em uma busca incessante e angustiosa por ânimo e por reconhecimento psicossocial e que se segue à ampliação do senso individual da liberdade internalizada, ainda que inevitavelmente precárias.

3.1 – Considerações acerca da radicalização das patologias sociais da modernidade na contemporaneidade

efeitos sociopolíticos, econômicos e culturais gerados pelo processo de globalização contemporânea do capitalismo, ao acentuar, intensiva e extensivamente, a difusão dos modos e estilos de vida, bem como de organização das relações de trabalho, eminentemente urbanos, capitalistas e racionalizados técnica e cientificamente.

Os problemas mais profundos da vida moderna brotam da pretensão do indivíduo de preservar a autonomia e a peculiaridade de sua existência frente à superioridade da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida – a última reconfiguração da luta com a natureza que o homem primitivo levou adiante em favor de sua existência corporal (SIMMEL, 2005, p. 577).

As cidades e o espaço urbano, símbolo e local por excelência da realização da cultura moderna, apresenta e comporta para Simmel (2005) uma dupla face ambivalente. Por um lado, é nela que se assiste ao processo de libertação dos indivíduos modernos perante a rigidez e fixidez dos antigos modos de vida assentados em vínculos e laços sociopolíticos de dependência tradicional de tipo patriarcal e patrimonial. Possibilitando-os o desenvolvimento das potências e faculdades humanas inventivas e criativas, assim como de um maior grau para o exercício das liberdades individuais e das aspirações por mobilidade social. Por outro lado, a cidade moderna é também o local no qual se constata o desenvolvimento da “intensificação da vida nervosa”, apreendida em termos de patologia social da modernidade. I

Isto é, enquanto patologia da razão, pois antes à emancipação dos sujeitos autogovernados pela razão e senhores e juízes de si, esta se relaciona de modo cada vez mais conflitivo com o imperativo da lógica da racionalidade instrumental e de uma concepção de mundo cada vez mais instrumental do mundo e da vida, tornando-os suscetíveis aos seus domínios. Logo, é na cidade moderna que ocorre a tensão dialética entre dinâmicas emancipatórias e dinâmicas regressivas, entre os movimentos sociais que alcançam a conquista do reconhecimento recíproco (que dilatam os limites da realidade social no campo dos direitos e das instituições), e os movimentos culturais e políticos que agravam as sensações de mal-estar e dos vazios substanciais do “eu”, advindos com as tensões que se produzem entre o corpo da cultura civilizacional moderna objetiva e a existência vital do espírito subjetivo.

Embora a sociologia clássica alemã de Georg Simmel estivesse circunscrita aos limites da configuração sócio-histórica da primeira modernidade, ela já nos atentava para o fato de que, nas sociedades modernas, ao desprenderem-se e se desvincularem do espírito subjetivo e ascendendo ao posto de cultura objetiva, as forças sociais modernas se autonomizam, gerando constrangimentos sociais ditados pelos agentes que as dominam e as controlam, fazendo-se surgir as patologias sociais da modernidade. Estas que, no limite,

manifestam seus trágicos efeitos psicossociais quando as forças sociais da cultura moderna, uma vez adquirindo o estatuto ontológico superior e objetivo, com toda sua carga do peso de obrigações e de deveres, escapam ao controle da ação subjetiva regida pelo imperativo da autonomia da vontade e sendo norteadas pelo espírito subjetivo. E daí, gerando-se inúmeros problemas sociais e psíquicos potencialmente patogênicos, assim como os vazios substanciais do “eu”.

Tal como o é para Georg Simmel, a sociologia clássica alemã de Max Weber também se mostra sensível à existência desses conflitos e tensões no interior da própria dinâmica civilizacional da modernidade, sobretudo quando Max Weber se refere ao “paradoxo das consequências”. No qual se insere o núcleo da tese da “perda de sentido” e da “perda da liberdade”:

Na opinião de Baxter, o cuidado com os bens exteriores devia pesar sobre os ombros de seu santo apenas ‘qual leve manto de que se pudesse despir a qualquer momento’. No que a ascese se pôs a transformar o mundo e a produzir no mundo seus efeitos, os bens exteriores deste mundo ganharam poder crescente e por fim irresistível sobre os seres humanos como nunca antes na história. Hoje seu espírito – quem sabe definitivamente? – safou-se dessa crosta. O capitalismo vitorioso, em todo caso desde quando se apoia em bases mecânicas, não precisa mais desse arrimo. Também a rosa galhardia de sua risonha herdeira, a Ilustração, parece definitivamente fadada a empalidecer, e a ideia do ‘dever profissional’ ronda nossa vida como um fantasma das crenças religiosas de outrora (WEBER, 2004, p. 165).

As consequências não intencionais resultantes da noção secularizada de vocação correspondem, por certo, ao fato de a racionalidade formal e instrumental na modernidade, minimizar e atenuar o potencial de autodeterminação autônoma e livre dos próprios indivíduos modernos, na medida em que constrange a todos de maneira inelutável. O crescente avanço da ciência e da técnica, por ser inevitável ao mundo moderno, tende a intensificar o grau de tensão entre exigência e dever de eficiência técnica – pragmatismo das condutas sócio-individuais – e a autonomia da vontade e liberdade de ação orientada por valores – moralidade. Por conseguinte, tem-se a prevalência da incorporação de um princípio formal de adequação regido pela lógica meio-fim, mensurado por critérios de eficiência instrumental.

Corporificada no plano da cultura objetiva do espaço urbano, o ideário valorativo das forças sociais e políticas que controlam o tempo presente se impõe e se singulariza pelo seu extraordinário poder de mudanças rápidas e ininterruptas. Sendo que, contemporaneamente,

tais forças sociais se radicalizaram com o avanço dos novos processos de modernização advindos com a expansão dos mecanismos e de novos instrumentos técnicos da eletrônica, do mundo virtual e da informática, acompanhados de perto pela difusão proporcionada pelo processo de globalização contemporânea do capitalismo. Tal processo gera um ônus referente ao atrofiamento e enfraquecimento do núcleo substancial da autonomia da vontade dos indivíduos modernos, apreendida em termos kantianos de moral autônoma. Ainda que os indivíduos estejam no interior de uma sociedade moderna complexa que, ao avançar, passa a apresentar uma dinâmica sócio-institucional mais endereçada aos indivíduos do que tão somente aos grandes grupos sociais. Assim como por se tratar, também, de uma sociedade em que se tem constatado um enorme crescimento e expansão de ofertas disponíveis de modos de vida hedonistas e do consumo de massa.

Torna-se cada vez mais problemática, portanto, a capacidade de autorealização pessoal e de reconhecimento psicossocial pleno dos sujeitos modernos, a ponto de estes tornarem-se senhores e juízes de si e mantendo uma relação de afinidade para com o ideal moderno de emancipação humana – tal como ele o fora prescrito pelo projeto Iluminista e pelo ideal de razão moderna. Pois, com o próprio avanço das sociedades modernas, estas tendem a gerar e a acentuar os constrangimentos sociais que, paulatinamente, obstruem os próprios indivíduos a uma real e substantiva possibilidade cognitiva de autocontrole, previsibilidade e domínio próprio de si e da realidade social exterior que os envolvem e os circundam por meio de uma base de planejamento e ação sócio-individual bem fundada, certa e segura. Tais constrangimentos sociais, orquestrados e regidos pelas forças socioeconômicas e políticas eminentemente modernas e sendo norteadas por valores tais como racionalidade instrumental e concepção instrumental da vida, luta concorrencial pela posse e poder de riqueza, autorealização pessoal e profissional, calculabilidade e impessoalidade, são seguidos pelo surgimento de profundos vazios substanciais do “eu” no curso desse processo de conformação da vida subjetiva às potências que lhes são exteriores. Em outros termos, isso significa dizer que, no ínterim do desenvolvimento da própria dinâmica civilizacional da cultura moderna, os indivíduos vão perdendo a capacidade autônoma de domínio do curso de suas ações, assim como da capacidade de apreenderem cognitivamente a totalidade e a substância última dos objetos e das coisas, suscitando a emergência das patologias sociais da modernidade:

O desenvolvimento da cultura moderna caracteriza-se pela preponderância daquilo que se pode denominar de espírito objetivo sobre o espírito subjetivo, isto é, tanto na linguagem como no direito, tanto na técnica de produção como na arte, tanto na ciência como nos objetos de âmbito doméstico encarna-se uma soma de espírito, cujo crescimento diário é acompanhado à distância cada vez maior e de modo muito incompleto pelo desenvolvimento espiritual dos sujeitos. [...] De qualquer modo, o indivíduo está cada vez mais incapacitado à se sobrepor à cultura objetiva. Ele foi rebaixado a uma *quantité négligeable*, a um grão de areia em uma organização monstruosa de coisas e potências, que gradualmente lhe subtraiu todos os progressos, espiritualidades e valores e os trasladou da forma de vida subjetiva à forma de vida puramente objetiva (SIMMEL, 2005, p. 588).

Para Sigmund Freud (2011), a cultura moderna também se desenvolve e se expressa de modo ambivalente ³⁶. Ao mesmo tempo em que ela fora criada para proteger os homens da dor e do sofrimento que os acompanhariam na existência de uma vida solitária e possibilitando-os o estabelecimento de relações de sociabilidade e de solidariedade social contratual, regida e regulamentada pelo direito e à vida em sociedade com certo grau de segurança, ela também é a principal fonte motriz geradora de constrangimentos sociais e de profundas sensações de mal-estar ³⁷. Todavia, nas sociedades modernas, o desenvolvimento da racionalidade técnica e científica nos centros urbanos possibilitou aos indivíduos modernos a encarnação do ideal de onipotência e de onisciência que, outrora, em tempos “pré-modernos”, era reservado aos deuses e vetado aos homens. Conferindo, portanto, um grau elevado de consenso otimista em relação ao progresso social e material, assim como aos potenciais transformadores e emancipatórios que a razão e, mais precisamente, o autoesclarecimento e a autonomia da vontade subjetiva confeririam aos indivíduos modernos. Em relação à dupla face ambivalente da cultura moderna, destacam-se as seguintes considerações de Freud: quanto à sua positividade, assim nos diz o autor que,

Não apenas parece um conto de fadas; é mesmo o cumprimento de todos os – não, da maioria dos – desejos dos contos, isso que o homem por meio de sua ciência e técnica, realizou nesta Terra onde ele surgiu primeiramente

³⁶ Sobre a noção de cultura, nos diz Freud: “Basta-nos repetir que a palavra ‘civilização’ designa a inteira soma de realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais, e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos homens entre si” (2011, p. 34).

³⁷ Posto que a ação instintual humana se encontra sempre vulnerável aos impulsos destrutivos dos instintos e apetites humanos vinculados ora à força bruta e violenta (à pulsão de morte de *thanatos*), e ora à possessão sexual incestuosa.

como um fraco animal, e onde cada indivíduo de sua espécie tem que novamente entrar [...] como uma desamparada criança de peito. Todo esse patrimônio ele pode reivindicar como aquisição cultural. Há tempos ele havia formado uma concepção ideal de onipotência e onisciência, que corporificou em seus deuses. Atribui-lhes tudo o que parecia inatingível para seus desejos – ou que lhe era proibido. Pode-se dizer então que os deuses eram ideais culturais. Agora ele aproximou-se bastante desse ideal, tornou-se ele próprio quase um deus. Claro que apenas na medida em que os ideais, no julgamento geral dos homens, costumam ser alcançados (FREUD, 2011, p. 36).

É exatamente esse ideal de poder revestido por uma “aura” quase que “sacra” que, por sua vez, passa a ser questionado pelos efeitos colaterais gerados pelo próprio processo civilizacional radicalizado da modernidade no seu atual estágio de desenvolvimento e de configuração sócio-histórica. Por outro lado, quanto à sua negatividade, nos diz Freud (2011): “a liberdade individual não é um bem cultural”. E isto significa dizer que por mais que se tenha ampliado os espaços de autodeterminação dos indivíduos na contemporaneidade, o valor sociocultural da liberdade individual ainda assim é fonte de profundas sensações de mal-estar. Continua assim Sigmund Freud (2011), se referindo à liberdade individual enquanto ilusão da cultura moderna:

Ela era maior antes de qualquer civilização, mas geralmente era sem valor, porque o indivíduo mal tinha condições de defendê-la [...], é impossível não ver em que medida a civilização é construída sobre a renúncia instintual, o quanto ela pressupõe justamente a não satisfação (suspensão, repressão, ou o quê mais?) de instintos poderosos. Essa ‘frustração cultural’ domina o largo âmbito dos vínculos sociais entre os homens; [...] não é fácil compreender como se torna possível privar um instinto de satisfação. É algo que têm seus perigos; se não for compensado economicamente, podem esperar graves distúrbios (p. 41-43).

Dois são os problemas significativos aos nossos interesses investigativos que são encontrados nessas breves passagens de Sigmund Freud, quais sejam: o primeiro, diz respeito à falácia ideológica da visão utopista concernente ao valor da liberdade individual sustentado pelo discurso oficial e dominante da ideologia neoliberal e que também se encontra corporificado no novo espírito do capitalismo, sendo expresso em verbalizações tais como

“autossuficiência dos indivíduos”, “auto-empendedorismo” e “mérito pessoal”³⁸. O segundo, ao menos já aludido anteriormente, se refere aos meios compensatórios e à busca por novas formas e modos de objetivações valorativas, de ânimo e de reconhecimento psicossocial ante as profundas sensações de mal-estar e para os quais, a religiosidade ressignificada se apresenta enquanto um fecundo e expressivo indicador, apreendido em termos de busca por um sentido comum de existência em sociedades complexas.

Assim sendo, ocorre que as esferas sócio-individuais dos mundos da vida passam a se configurarem de modo cada vez mais ambivalente e paradoxal na modernidade na medida em que o peso das forças sociais modernas, por suas peculiares características heteronômicas, impõem os indivíduos forçosamente à ação e à mobilidade, ainda que limitadamente possibilitando-os a plena realização de uma moral autônoma. Ao mesmo tempo em que, no entanto, também comporte e carregue consigo um valor conteudístico desejável, pois os indivíduos filhos da liberdade que compõe a base da estrutura social brasileira internalizaram o senso do cálculo, desejam e aspiram por mobilidade social, autorealização pessoal e profissional, da vontade de gozarem das voláteis sensações de prazer e de felicidade propiciadas pelo consumo de massa, mesmo que, para tanto, também tenham de se alienarem e coisificarem-se, a ponto de instrumentalizarem seu próprio corpo e vida. Aqui, portanto, já se torna possível de ser encontrado o gérmen do caráter precário que passa a assumir o valor da liberdade na modernidade³⁹.

Ademais, tanto a indiferença em relação ao valor da dignidade humana dos diversos outros “estranhos”, os vazios substanciais do “eu” e a ausência de reconhecimento psicossocial, são os efeitos resultantes de uma forma ou modo de vida orientada eminentemente pela objetividade e pelo aspecto instrumental de condução da vida. Ou seja, o que se constata de modo radical contemporaneamente, é o caráter cada vez mais acentuado da

³⁸ Tal como será demonstrado por este trabalho, a seguir, quando estabelecida as imputações causais de tal discurso hegemônico com as profundas sensações de mal-estar, dor e sofrimento, vazios e ausência de reconhecimento psicossocial sentidos e vividos por milhares de homens e mulheres de carne, sangue e espírito em uma cotidianidade difícil.

³⁹ Como é de conhecimento geral e que será objeto de análise e de interpretação do próximo capítulo deste trabalho, para a parcela dos indivíduos que compõe o quadro dos membros fiéis e, ou, de virtuais adeptos dos segmentos religiosos evangélicos neopentecostais – uma religiosidade popular de caráter majoritariamente urbano – e que correspondem àquela imensa maioria de homens e mulheres incluídos de modo marcadamente excludente aos valores e modos de comportamento, pensamento e ação eminentemente modernos pelos peculiares processos anômalos e patológicos de modernização nacional brasileiro, o caráter restritivo à autonomia da vontade se agrava pelo fato de terem que carregar nos ombros o fardo de uma imensa pobreza de experiência histórica e valorativa, com todo o peso das contradições socioeconômicas pretéritas não resolvidas de modo satisfatório pelos avanços e impulsos modernizadores nacionais, desigualdades e injustiças do passado. E sendo que, não obstante, são acrescidos dos novos constrangimentos, desigualdades e contradições sociais de um tempo presente em que o processo de individualização tem se tornado uma fatalidade e não uma escolha.

perda e fragilidade da identidade pessoal na medida em que as ações sociais e individuais passam pelo crivo dos juízos avaliativos balizados pela lógica da eficácia, da eficiência e da funcionalidade que regem predominantemente a categoria do entendimento e do intelecto no plano dos valores da cultura objetiva da modernidade, a ponto de impelirem forçosamente os indivíduos à ação, sob as duras penas de sofrerem com as coações e sanções materiais presentes e futuras:

O espírito moderno tornou-se mais em um espírito contábil [...]. Somente a economia monetária preencheu o dia de tantos seres humanos com comparações, cálculos, determinações numéricas, redução de valores qualitativos a valores quantitativos (SIMMEL, 2005, p. 580).

A amplitude do raio de alcance dos possíveis efeitos nefastos e corrosivos das subjetividades humanas presentes no diagnóstico realizado pela sociologia de Georg Simmel (sobretudo no que diz respeito às patologias sociais da modernidade, da patologia da razão e do caráter cada vez mais acentuado de uma concepção instrumentalizada da vida) encontram ecos possíveis de ser identificado na tese sustentada pelo filósofo italiano Roberto Esposito (2009). Tanto naquilo que se refere à coisificação e degradação da natureza biológica e corpórea do próprio indivíduo (de um processo de auto-despersonalização), assim como do processo de construção social da não pessoa dos diversos outros “estranhos” que passam a comporem a categoria dos “dispensáveis”, “indesejáveis” e “inválidos”. Tendendo, com efeito, ao agravamento dos mecanismos socioculturais e políticos de indiferença, segregação, exclusão e da naturalização das desigualdades, contradições e injustiças sociais. Assim nos provoca Esposito: “nenhum direito está tão desatendido como o da vida para milhões de seres humanos, condenados a uma morte segura por fome, enfermidade, guerra. Como pode produzir-se semelhante resultado em uma situação na qual se pensa o ser humano como pessoa?” (2009, p. 110).

Ao interrogar-se sobre a atual discrepância que se verifica entre o direito e a vida na contemporaneidade, mesmo quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 reivindica o caráter incondicional da dignidade e do respeito ao valor da pessoa humana, Esposito (2009) sustenta a tese de que o distanciamento entre a pessoa e o homem (este apreendido enquanto totalidade integral da junção entre *bios* e *zoé*), se deve ao próprio núcleo

substancial intrinsecamente excludente que a noção de pessoa possui em sua raiz léxica. A noção de pessoa para Esposito, portanto, corresponde a uma construção social que embora fosse se ressignificando no decorrer do processo histórico da humanidade, sempre carregou consigo a existência de um soberano ou senhor que efetua a política de imunização entre aqueles por ele designados como pessoas e aqueles que, por sua vez, são relegados à condição degradante de não-pessoa. Soberano este que, contemporaneamente, pode ser identificado e traduzido, em nosso entender, pelo domínio hegemônico da ideologia neoliberal do mercado e da lógica imperativa do capital financeiro, seguindo-se, daí, pelos modos cada vez mais instrumentalizados e coisificados de se conduzir a própria vida.

A despeito das distinções teóricas que referenciam os respectivos trabalhos de Roberto Esposito (2009) e o de Axel Honneth (2003), considera-se ser possível de se identificar pontos de tangência no que diz respeito aos temas e problemas que se referem à degradação, ao rebaixamento e à violação dos valores da dignidade humana. Sobretudo quando os sujeitos passam a serem julgados, tão somente, em termos de sistemas referenciais valorativos por meio dos quais se é mensurado o “valor” da estima social e ao ter-se como base e critério de juízo, certas propriedades socialmente acordadas e valoradas positivamente. Assim nos diz Honneth:

[...] no ‘reconhecimento jurídico’, [...] se expressa que todo ser humano deve ser considerado, sem distinção, um ‘fim em si’, ao passo que o ‘respeito social’ salienta o ‘valor’ de um indivíduo, na medida em que este se mede intersubjetivamente pelos critérios da relevância social. No primeiro caso, como revela o uso da fórmula kantiana, temos de lidar com um respeito universal pela ‘liberdade da vontade da pessoa’; no segundo caso, ao contrário, com o reconhecimento de realizações individuais, cujo valor se mede pelo grau em que são conhecidos por uma sociedade como relevantes (2003, p. 184).

Ambas não são excludentes e sendo, na realidade, necessárias para com o estabelecimento de relações intersubjetivas de reconhecimento recíproco fundadas no autorespeito e na autoestima dos sujeitos modernos em sociedades modernas complexas e diferenciadas. Em especial quando se assiste a um intenso processo contemporâneo de ampliação dos espaços de autodeterminação dos indivíduos. Todavia, ocorre que, tal como é

detectável na tese de Roberto Esposito (2009), uma vez a lógica soberana da ideologia neoliberal do mercado e do capital financeiro tendo ascendido ao *status* ontológico superior, objetivo e quase que absoluto na contemporaneidade, também em Axel Honneth (2003), considero ser possível de se constatar que os sentidos de autossuficiência dos indivíduos e do mérito pessoal, uma vez sendo valorados positivamente nas sociedades modernas complexas contemporâneas, não são passíveis à constituição de relações sociais de reconhecimento jurídico efetivos. Pois, ao tomar-se como meio avaliativo e sistema referencial valorativo tão somente o prestígio social de suas propriedades e capacidades eminentemente individuais, reduzindo-as a um mero “quanto”, “remete, ao menos, implicitamente, a um critério com base no qual deve ser determinado seu ‘mais’ ou ‘menos’” (HONNETH, 2003, p. 185).

Porém, não obstante a isso, ainda há outro grave problema social que se suscita na contemporaneidade, sobretudo no que diz respeito aos nexos de sentido identificáveis entre o discurso oficial e dominante da ideologia neoliberal e o acirramento dos conflitos sociais. Uma vez que as subjetividades humanas passam a serem colonizadas por valores de ordem tais como o do mérito individual como causa única e exclusiva para o sucesso e o fracasso na vida social, pessoal e profissional, cria-se não só a ilusão nos poderes sobre e meta humanos dos próprios indivíduos, mas também ampliam-se os graus das expectativas ideais do “eu” por demandas legítimas de reconhecimento jurídico, por autorespeito e por estima social ante a autoconscientização do merecimento pessoal pelos inúmeros esforços dispendidos. Dai advém-se, portanto, que as inevitáveis frustrações das expectativas ideais do “ego”, em tempos de modernidade radicalizada e globalizada podem ser também acompanhadas pelo ressentimento, pelo rebaixamento psicossocial da identidade dos próprios sujeitos e pela propensão ainda maior às projeções do ódio reprimido.

Assim sendo, ainda que seja interpretada em seu sentido laico e eminentemente moderno, a noção de pessoa e sua semântica apresenta uma raiz estrutural léxica a ser encontrada na tradição judaico-cristã da divina trindade. Por conseguinte, a reivindicação por autodeterminação dos indivíduos, uma vez estabelecida e promulgada com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, logo após a realização extrema do processo de construção social da não pessoa efetuada pela *thanatos* política do Estado totalitário nazista – desde que, é claro, operada nos limites permitidos pela razão –, corresponde a algo que, outrora, pertencia à soberania divina, “uma vez que Deus tem um direito soberano sobre as criaturas e não tem obrigações morais com relação a elas” (ESPOSITO, 2009, p. 109).

Por outro lado, não obstante à existência de um soberano e senhor que determina e estabelece quem é, ou não, pessoa, o corpo e a natureza biológica sempre foram apreendidos como algo impuro, matéria vil e degradada, como sendo algo distinto e separado da pessoa e devendo ser, por isso mesmo, domesticado pelo espírito e pelo intelecto sendo que, ao fazê-lo, atesta-se sobre as qualidades morais dos sujeitos. Na tradição judaico-cristã da divina trindade, portanto, o atributo da pessoa vai adquirindo uma crescente espiritualização que, uma vez designada por deus, acentua a distinção entre “uma dimensão individual de caráter moral-racional e outra, impessoal, de natureza animal” (ESPOSITO, 2009, p. 113).

Nesse sentido, tem-se que desde a sua origem léxica fundada na tradição judaico-cristã e que, posteriormente, irá se acentuar com o advento e desenvolvimento da modernidade e da cultura moderna (quando o indivíduo, portador de razão e de livre vontade, se torna em senhor e juiz de si), a “pessoa caracteriza aquilo que o homem é distinto de seu corpo e está mais além deste (...), longe de identificá-lo como integridade ao ser vivente em que, sem embargo, se inscreve, ela guarda correspondência com a diferença irreduzível que o separa de si mesmo” (ESPOSITO, 2009, p. 113). Dai advém-se, portanto, que a noção de direitos humanos implica em uma íntima conexão que se estabelece entre a noção de pessoa como ser de direitos, devendo ser apreendida no sentido de autodeterminação deste para dispor-se enquanto senhor e juiz de si, embora somente na medida em que o Estado o considere apto à realização desse exercício.

Em outros termos, a noção de pessoa não coincide com aquilo que é seu próprio ser natural e biológico, se apresentando como sendo uma categoria artificial construída por um senhor ou soberano – deus, na tradição judaico-cristã, o direito na tradição objetivista do direito romano e, posteriormente, o Estado de direito na modernidade – e que se sobrepõe à de humano. Ocorre que, no entanto, após a trágica e nefasta experiência concreta da política arianista do Estado nazista, tornou-se imperativo a necessidade de se restabelecer a categoria e condição social de pessoa aos indivíduos, no intuito de se restituir os componentes racionais e espirituais do homem, enquanto sujeito de livre vontade e escolha, porque dotado de racionalidade.

Porém, uma vez que o homem somente se torna em pessoa quando manifesta as condições de governar e de dominar sua animalidade instintiva e suas paixões destrutivas, tal concepção, por sua vez inserida no interior da cultura liberal moderna e estando, portanto, intimamente associada à noção de indivíduo moderno – que, contemporaneamente, se encontra em uma posição frágil e vulnerável ao domínio ideológico do discurso oficial e

dominante da ideologia neoliberal do mercado e do novo espírito do capitalismo -, tornar-se pessoa também significa estar suscetível aos modos cada vez mais acentuados de condução instrumental da vida, da “administração produtiva da vida” (ESPOSITO, 2009, p. 133).

No limite, isso significa dizer que o corpo e a natureza biológica passam a assumir um caráter secundário, estando a serviço da utilidade, da lógica da funcionalidade, da eficácia e da eficiência e sendo, portanto, cada vez mais colonizado por aquela lógica da essência contábil do dinheiro da qual nos fala Georg Simmel (2009). Ou seja, “isso significa que o dispositivo da pessoa, dentro do próprio indivíduo, funciona como sentido de personalização – enquanto sua parte racional – e no sentido de despersonalização, enquanto a parte animal, isto é, corpórea” (ESPOSITO, 2009, p. 135).

Nesse sentido, ao contrário do que se supôs ao condicionarem-se os direitos humanos à noção de pessoa, tal conexão não solucionou o problema referente ao distanciamento e à sobreposição existente entre a vida biológica e corpórea, como *zoé*, e a vida do intelecto e do espírito, governado e regido pela razão, pela vontade e pela moral, como *bios*, e, por conseguinte, não deixando de estar suscetível à separação do corpo e da alma, do homem e do animal:

E não logrou [...] pelo simples motivo de que essa linguagem e o que produzia, na medida em que, não identificando um núcleo extracorporal – definido em termos de vontade e razão – dentro do homem, não podia senão terminar empurrando ao corpo uma dimensão animal e vegetal, demarcando-a como esfera de coisa (ESPOSITO, 2009, p. 134).

A rigor, portanto, o que se intenta demonstrar é que a necessidade, tanto imposta como autoimposta ao e, pelo próprio indivíduo, por meio da internalização de uma cultura do “eu” em sociedades modernas complexas que avançam e sendo eles desafiados e impelidos a terem que lutarem e a enfrentarem o cotidiano da vida de modo autobiográfico a fim de que possam, inclusive, assegurarem e garantirem, por si próprios, as condições sociais de suas respectivas existências física, material e espiritual, os estimula à condução de uma vida atravessada por inúmeros e extraordinários esforços e sacrifícios pessoais. Aliás, como muito bem é lembrado por Simmel, “não é de modo algum necessário que a liberdade do ser humano se reflita em uma vida sentimental como um sentir-se bem” (2005, p. 585), haja vista que,

Na medida em que o dinheiro compensa de modo igual toda pluralidade das coisas; exprime todas as distinções qualitativas entre elas mediante distinções do quanto; na medida em que o dinheiro, com sua ausência de cor e indiferença, se alça a denominador comum de todos os valores, ele se torna o mais terrível nivelador, ele corrói irremediavelmente o núcleo das coisas, sua peculiaridade, seu valor específico, sua incomparabilidade [...]. Mediante a mera intensificação quantitativa das mesmas condições, esse resultado se inverte em seu contrário, nesse fenômeno peculiar de adaptação que é o caráter *blasé*, em que os nervos descobrem sua derradeira possibilidade de se acomodar aos conteúdos e à forma da vida na cidade grande, renunciando a reagir a ela – a autoconservação de certas naturezas, sob o preço de desvalorizar todo o mundo objetivo, o que, no final das contas degrada irremediavelmente a própria personalidade em um sentimento de igual depreciação. Enquanto o sujeito se ajusta inteiramente por conta própria a essa forma de existência, a sua autoconservação frente à cidade grande exige-lhe um comportamento não menos negativo de natureza social (SIMMEL, 2005, p. 581-582).

Assim como será demonstrado a seguir, trata-se da constatação presente na realidade social brasileira, ao modo como ela se configura no limiar do século XXI, da existência de um intenso processo de auto-despersonalização do corpo e da vida do próprio sujeito agente, sendo que no transcorrer e desenrolar de sua ação social, este vai progressivamente se transformando em matéria e objeto coisificado e colonizado pela lógica imperativa da utilidade e da instrumentalidade. Nesse sentido, para os fins investigativos deste trabalho, tanto a tese de Roberto Esposito como quanto o diagnóstico realizado pela sociologia de Georg Simmel, são significativos para se interrogar sobre quais tipos de formas de vida possíveis que os valores hegemônicos da modernidade produzem na era da globalização econômica, do individualismo institucionalizado e dos fluxos que geram o aumento da imprevisibilidade e da incerteza, do medo e da insegurança.

O atual processo civilizatório que avança na sociedade brasileira no primeiro decênio do atual século, reserva aos milhares de homens e mulheres filhos da liberdade que compõe a base da estrutura social do país, o irreversível e irrefreável processo institucionalizado de individualização, não sendo este imune a essa crescente tendência de acentuação dos processos de construção social da não pessoa. Isto é, tanto em termos de despersonalização de si próprios como quanto da indiferenciação em relação aos diversos “outros”. Sendo que, uma vez sendo acrescidos da exacerbação dos temores difusos, das sensações de incerteza e de insegurança, dos vazios substanciais do “eu” e da ausência de reconhecimento psicossocial

ante as frustrações das expectativas ideais de um “ego” mais ambicioso e quase que totalmente absorvido pela ideologia neoliberal do mercado e pelo novo espírito do capitalismo, tornam habitat profícuo à proliferação e exacerbação dos conflitos sociais.

Abandonados a uma luta solitária e autobiográfica para a qual a imensa maioria de nós, “não conta com os recursos necessários para executá-la sozinho” (BAUMAN, 2008, p. 13), em um estágio de desenvolvimento da modernidade que cada vez mais tem ampliado os espaços de autodeterminação dos indivíduos, ao mesmo tempo em que se assiste ao declínio de garantias e direitos de proteção e de seguridade social efetivo e estável, atestam-nos sobre o grau de latência dos conflitos sociais que se suscitam contemporaneamente na sociedade brasileira.

3.2 – Sobre o dilema do anacronismo histórico brasileiro: o sentido duplo do valor precário da liberdade individual na contemporaneidade

Se as patologias sociais geradas pela cultura moderna durante a primeira modernidade, puderam ser inteligivelmente apreendidas por Sigmund Freud (2011) como sendo oriundas da prevalência de um excesso de princípio de realidade sobre o princípio do prazer – em termos de ordem e de segurança sociopolítica –, seguindo-se daí pelas constantes frustrações culturais sobre a livre vontade de manifestação dos desejos dos indivíduos modernos ⁴⁰, pode-se dizer, que contemporaneamente, em sociedades modernas complexas tal como a brasileira, o agravamento das sensações de mal-estar também advêm, sobretudo dos excessos de “ganhos” de liberdade, contudo de liberdades precárias. Precárias em um duplo sentido quando

⁴⁰ Em seu clássico ensaio *O mal-estar na civilização*, ao definir a especificidade das patologias sociais da cultura moderna, simultaneamente sociais e psíquicas, Freud nos diz: “a patologia nos apresenta um grande número de estados em que a delimitação do Eu ante o mundo externo se torna problemática, ou os limites são traçados incorretamente; casos em que parte do próprio corpo, e comportamento da própria vida psíquica, percepções, pensamentos, afetos, nos surgem como alheios a não pertencentes ao Eu” (2011, p. 9). Mais adiante, no curso de sua obra, encontramos a sugestiva, poderosa e lúcida frieza do realismo de Freud: “Se a cultura impõe tais sacrifícios não apenas à sexualidade, mas também ao pendor agressivo do homem, compreendemos melhor porque para ele é difícil ser feliz nela. De fato, o homem primitivo estava melhor, pois não conhecia restrições ao instinto. Em compensação, era mínima a segurança de desfrutar essa felicidade por muito tempo. O homem civilizado trocou um tanto de liberdade por um tanto de segurança” (p. 61). Entretanto, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, ao tratar da especificidade do mal-estar em sociedades modernas complexas, promove a inversão da equação de Freud: “Dentro da estrutura de uma civilização concentrada na segurança, mais liberdade significa menos mal-estar [...]. Nossa hora, contudo, é a da desregulamentação [...], você ganha alguma coisa e, em troca, perde alguma coisa: a antiga norma mantém-se hoje tão verdadeira quanto o era então. Só que os ganhos e as perdas mudaram de lugar: os homens e as mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança, por um quinhão de felicidade” (BAUMAN, 1998, p. 9-10).

apreendidas no interior de uma realidade social complexa e com experiências e vivências históricas singulares como a brasileira (sendo que, talvez, seja menos incorreto de se dizer, da existência de mais vivências do que experiência para se usar adequadamente as considerações de Walter Benjamin acerca da noção de pobreza de experiência).

Assim nos diz Walter Benjamin:

Está claro que as ações da experiência estão em baixa, e isso numa geração que entre 1914 e 1918 viveu numa das mais terríveis experiências da história [...]. Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltados silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. [...] uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem. A angustiante riqueza de ideias que se difundiu entre, ou melhor, sobre as pessoas, com a renovação da astrologia e da ioga, da Christian Science e da quiromancia, vegetarianismo e da gnose, da escolástica e do espiritualismo, é o reverso dessa miséria (BENJAMIN, 1994, p. 114-115).

A nova miséria à qual se refere Benjamin (1994) corresponde àquela que surge diante de situações nas quais se expressam a desilusão e o ocaso das esperanças, podendo ser traduzida pelo desafio imposto aos próprios indivíduos de terem que lidar com a pobreza socialmente produzida, simultaneamente material e espiritual. Oprimido, posto à margem e em condição de subalternidade no transcorrer dos processos de modernização nacional brasileiro, encontra-se o povo brasileiro. Podendo este ser apreendido, enquanto coletividade humana que se encontra em situação análoga ao “frágil e minúsculo corpo humano” do indivíduo burguês, analisado por Benjamin.

Isto é, àquele que fora tragado pela força imponderável e impiedosa de uma realidade histórico-social estranha, porque alheia à sua vontade. Pois, foram-lhes socialmente negada uma vida digna e a capacidade subjetiva necessária para vivenciar o autorespeito enquanto sujeitos dotados de vontades, sonhos, ideias e que, por isso mesmo, são também portadores de direitos de objetivações. Resulta-se da pobreza de experiência histórica e valorativa, nos termos aqui aludidos, a busca por novas formas e modos de objetivações de tais valores a serem encontrados e realizados pela via da religiosidade.

Basta mencionar-se que com o advento do processo de Independência brasileiro, em 1822, não se resultou a abolição do regime de trabalho escravo, a Proclamação da República e

no efetivo estabelecimento de garantias democráticas, visto que “o que prevaleceu foi o passado, a continuidade da colônia, o escravismo, o absolutismo” (IANNI, 2004a, p. 14). Com a implantação da Primeira República, em 1890, esta já se inicia com a marca de uma aliança político-econômica entre um liberalismo econômico nas relações exteriores que, no entanto, coexistia com o prevalecimento do patrimonialismo em relações e assuntos internos.

Trata-se do que Bosi (1992) denominou como “síndrome do liberalismo oligárquico brasileiro”, posto que para o período compreendido entre 1836 a 1850, o liberalismo brasileiro representou nada mais do que a variante pragmática dos interesses dos liberais moderados, compostos majoritariamente por uma burguesia agroexportadora favorável à instituição escrava e a grandes latifúndios. Daí se advindo o fato de a abolição jurídica do trabalho escravo ter sido realizada por decreto somente em 1888, quando “a imigração do trabalhador europeu já se fizera um processo vigoroso em São Paulo e nas províncias do Sul” (BOSI, 1992, p. 199). Predominou-se, portanto, a combinação do “moderno material com o autoritário mando e desmando” (IANNI, 2004a, p. 37). Aquilo que se anunciava como prenúncio do Brasil moderno, ainda esbarrava-se em pesadas heranças do escravismo, do autoritarismo, do coronelismo e do clientelismo, ao passo que o povo, “continuava a ser uma ficção política” (IANNI, 2004a, p. 33) ⁴¹.

Simultaneamente à sucessão dos ciclos econômicos e dos surtos de povoamento e de urbanização, conviviam-se com um nível de subsistência no mundo rural e com condições miseráveis de marginalidade urbana. Depois de 1930, os anos de 1945, 1964 e 1985, são marcos históricos que simbolizam rupturas, retrocessos e avanços nos processos de modernização nacional brasileiro ⁴². A sociedade brasileira continuou a se modificar em termos sociais, econômicos, políticos e culturais, tendo-se o destaque da diversificação da indústria e o avanço do capitalismo sobre o campo, seguida pela correlata urbanização acelerada.

⁴¹ Deve ser ressaltado que, é somente durante a transição do século XIX para o XX, que o tema referente à educação popular passa a se constituir na pauta das preocupações e dos debates políticos, sendo norteados pela “crença” de que, por meio dela, se sucederiam as transformações sociais, econômicas e políticas tão necessárias à modernização do país (SOUZA, 2008).

⁴² Com a Revolução de 1930, a educação, por exemplo, passa a ganhar maior centralidade no âmbito nacional, sendo o governo começa a tratá-la como um direito de todos na Constituição de 1934, devendo ser ministrada pelas famílias e pelos poderes governamentais. Destaca-se ainda a criação do Ministério da Educação em novembro de 1930, com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública. Vinculado às propostas de desenvolvimento do capitalismo nacional, sugere-se a criação de diferentes tipos de ensino. Na zona urbana o técnico-profissional, enquanto que, no interior do país, o ensino rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Todavia, segundo Paiva (1987), embora o momento tivesse a marca do movimento de reconstrução educacional, a difusão do ensino básico com o respectivo auxílio da União aos Estados, somente se efetivaria no final do Estado Novo. Ademais, soma-se a isso o fato de que o índice brasileiro de matrícula e frequência escolar apresentava-se como sendo um dos menores da América-Latina (ALVES, 1941).

Desde os anos 1930 e, mais especificamente a partir da década de 1950, verificou-se um intensivo investimento governamental em prol de expansão e da diversificação da economia nacional, mobilização de recursos para os transportes, geração e fornecimento de energia, comunicações, serviços de infraestrutura urbana e etc.⁴³. Cresce-se a urbanização e a industrialização, assim como as exportações de produtos manufaturados e de matérias-primas e, contudo, convive-se com uma distribuição de renda que permanece marcadamente desigual. O cenário brasileiro que se apresentava, dava a impressão da coexistência de “duas sociedades superpostas, mescladas, mas diversas” (IANNI, 2004a, p. 90)⁴⁴.

A despeito do progresso econômico da sociedade brasileira – em termos de modernização econômica do país – durante o período concernente ao regime militar, a própria sociedade civil pouco se moderniza. O golpe de 1964, estando assentado sobre o lema “segurança e desenvolvimento”, conviveu com amplos setores da população brasileira, tanto no campo como nas cidades, que “não entraram no exercício de direitos políticos, foram rechaçados, postos à margem das decisões e das próprias representações” (IANNI, 2004a, p. 149). Tal modelo de desenvolvimento econômico que é posto em marcha com o golpe militar de 1964 também se caracterizou pela “concentração de renda, crescimento do parque industrial, criação de um mercado interno que se contrapõe a um mercado exportador, desenvolvimento desigual das regiões, concentração da população em grandes centros urbanos” (ORTIZ, 2006, p. 81)⁴⁵.

A Nova República brasileira, de 1985, trouxe consigo uma situação social herdada de tempos passados do militarismo. Durante o processo de redemocratização do país, caracterizado pela “abertura lenta, gradual e segura”, por exemplo, tem-se que, às vésperas de assumir o governo federal em 1985, Tancredo Neves se via diante de uma sociedade civil na

⁴³ Em sua fase de expansão na década de 1950, o modelo de projeto desenvolvimentista do capitalismo nacional brasileiro perpassa pela criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) e do Banco do Nordeste do Brasil (BND) em 1952 e a criação da Petrobrás em 1953. Durante o governo de Juscelino Kubitschek, verifica-se a expansão do Estado desenvolvimentista e a internacionalização da economia brasileira; tratava-se dos indícios de uma “segunda revolução industrial no Brasil” (ORTIZ, 2006, p. 80). Durante o governo de Café Filho, que durou apenas alguns meses entre 1955-1956, se promulgou a Instrução 113, da SUMOC, favorecendo a entrada de maquinaria do exterior e criava outras facilidades para o capital estrangeiro, assim como a criação da SUDENE em 1959 (IANNI, 2004c).

⁴⁴ Em 1950, a população total do país correspondia a 51.944.397 habitantes, sendo que destes, 27.316.826 habitavam a zona rural e 24.627.570, a zona urbana. No decorrer da década de 1950, o número de unidades escolares na zona rural mais que duplicou, passando de 24.080 unidades em 1944, para 55.300 em 1955, o que equivale em dizer que mais crianças e jovens passaram a frequentar a escola. Todavia, a população adulta da zona rural continuava apresentando elevados índices de analfabetismo: dentre os que não sabiam ler e escrever tinha-se 19.763.782 (72%), e dentre os que sabiam 7.556.007 (28%) (BARREIRO, 1989).

⁴⁵ Esclarece-se que, por se tratar de um contexto histórico-social imprescindível e fecundo ao surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus, em 1977, este será objeto de análise e de interpretação mais rigorosa no próximo capítulo deste trabalho.

qual a grande maioria não se sentia legitimamente representada pelo poder estatal, haja vista que “estados e regiões, grupos raciais e classes sociais, na cidade e no campo, se sentiam divorciados das orientações do Estado” (IANNI, 2004a, p. 165).

Nesse sentido, vão se tornando compreensíveis os impactos e efeitos psicossociais para essa parcela expressiva da população brasileira quando se intensificam os processos de modernização e dos modos de vida urbanos desencadeados pelo processo de globalização contemporânea do capitalismo nas duas décadas posteriores. São milhares de homens e mulheres que migram para os grandes centros urbanos. E tendo sido subintegrados aos valores modernos prometidos pelo projeto de modernidade, careciam, inclusive, de condições sociais básicas de infraestrutura urbana, condições dignas de moradia, habitação, assim como de acesso a postos formais de trabalho – os quais, por sua vez talvez se possa dizer que, nunca antes visto na história da modernidade, se tornaram em bens tão escassos.

Aqui nos trópicos, portanto, o caráter precário dos mundos da vida e do valor da liberdade individual internalizada – da via sempre aberta às frustrações e aos fracassos que se seguem de mãos dadas com a ampliação de uma cultura do individualismo e com o projeto de construção autobiográfico da vida – é traduzido pela coexistência simbiótica complexa dos riscos, incertezas, inseguranças e indeterminações provenientes das dinâmicas da globalização e que, por sua vez, são acrescidos das contradições do passado. Isto é, do peso da herança histórica e social dos nossos peculiares processos de modernização anômalos e patológicos de acesso ao moderno e que incorporaram de modo marcadamente excludente aos valores e demais formas de comportamento, pensamento e ação eminentemente modernos, amplos e vastos segmentos populacionais que contemporaneamente compõe-se aquilo que é convencionalmente designado como sendo à base da estrutura social do país ⁴⁶. De um lado, tem-se o fato de que “toda metafísica e transcendência, toda necessidade e certeza estão sendo substituídas pela habilidade pessoal” (BECK, 2003a, p. 38). Ao passo que, de outro, para o caso brasileiro, tem-se o “agravamento de uma precariedade preexistente e que já atravessou muitas gerações” (SELIGMAN-SILVA, 2011, p. 469).

⁴⁶ Para essa parcela significativa de homens e mulheres, equivalentes a 2/3 do total da população do país e, por sua vez, sendo distribuídos e alocados entre as seguintes categorias sociais ideal-típicas: a “ralé” (FRANCO, 1997 e SOUZA, 2003), os “batalhadores” (SOUZA, 2010) ou “homens simples” (MARTINS, 2011), a “subclasse” (IANNI, 2011) e, ou, os “supertrabalhadores” (POCHMANN, 2012), o direito à autodeterminação biográfica e à liberdade individual, traz consigo o peso das contradições, desigualdades e injustiças sociais pretéritas que são reiteradas e acrescidas de novas contradições, desigualdades e constrangimentos sociais contemporâneos de ordem sistêmicas no tempo presente. Configurando, portanto, uma tessitura social simbiótica complexa em que muitas escolhas já se tornam em eleições pré-escolhidas pelas necessidades e constrangimentos sociais do tempo presente, sobretudo àquelas que se concernem às necessidades de sobrevivência.

O sentido duplo da precariedade, portanto, se deve ao fato de que, no atual estágio de configuração sócio-estrutural da modernização nacional brasileira, todo esforço por definição imposto e autoimposto ao e, simultaneamente, pelo próprio indivíduo moderno, deve ser buscado por esses próprios homens e mulheres que lutam cotidianamente com seus próprios recursos e esforços. Porém, destituídos de quaisquer garantias e certezas de sucesso pessoal e profissional estável, bem como de ascensão social e de prosperidade material futura. Mesmo que, no entanto, tenham também de fazê-lo de modo desigual, pois têm de carregar sobre os ombros todo o fardo passado histórico referentes aos legados anômalos e patológicos nacionais de acesso ao moderno, ainda que pese toda sua pobreza de experiência histórica e valorativa.

Não obstante a isso, são impelidos e desafiados a viverem e a conviverem com os constrangimentos sociais contemporâneos, assim como com as profundas sensações de insegurança e de incerteza, com os “altos” e “baixos” da vida, com os potenciais de riscos e de ameaças civilizacionais globais de um mundo sociopolítico e econômico imprevisível e vulnerável, porque interconectado globalmente. Desafiados a terem de viverem e a agirem com valores que lhes são estranhos e que se emergem com a pressão civilizacional de uma cultura moderna que se radicalizou e que se globalizou, têm de conviverem com uma nova configuração sócio-estrutural de realidade social que surpreende e choca por sua estranheza.

Pois, enquanto forma objetiva de uma realidade social que também se impõe ao constrangê-los exige-se deles cada vez mais uma forma de vida que lhes foram negadas no passado pelas diversas figuras representantes do mandonismo, do patriarcalismo e patrimonialismo, uma vez que em contraste ao que normalmente ocorre com os herdeiros das classes médias tradicionais e altas brasileiras, são muitos os que ainda enfrentam problemas graves de abandono social e político, em termos de segurança e de saúde pública, violência doméstica e desestruturação familiar, problemas sociais referentes à educação e à escola pública e etc.

Para o caso peculiar da atual configuração sócio-estrutural da realidade social brasileira – apreendida em termos de composição da estrutura social do país tal como ela se encontra configurada no primeiro decênio do atual século –, é possível de se identificar três grandes categorias de composição social ideal-típicas, a saber: a) a classe alta, caracterizada pela apropriação diferenciada do capital econômico; b) a classe média tradicional, que se referem àqueles que detêm de modo diferenciado o capital cultural, nas modalidades de conhecimento técnico-científico e escolar; c) as classes baixas ou convencionalmente

denominadas como sendo à base da estrutura social do país, sendo caracterizados, no geral, por indivíduos que foram e, em certa medida ainda o são, colocados em situações de abandono secular social e político⁴⁷. São exatamente para esses novos filhos da liberdade, portanto, que o senso valorativo das liberdades individuais internalizadas acentuados a partir do início do século XXI, passa a adquirir um sentido duplo de precariedade, assim como constituem aquilo que poderíamos designar como sendo a base social de composição dos membros, crentes, fiéis e/ou, de virtuais adeptos dos segmentos religiosos evangélicos neopentecostais – e com ele, no seu bojo, a própria Igreja Universal do Reino de Deus, uma religiosidade de base sociopopular e majoritariamente urbana⁴⁸.

⁴⁷ No limite, pode-se dizer que, salvo suas nuances e metamorfoses recentes desencadeadas com o processo de mobilidade social ascendente na primeira década do atual século, se referem à “ralé” estrutural brasileira; termo provocativamente empregado por Souza (2003) e Franco (1997), e que se refere a uma imensa parcela de indivíduos desprovidos de pré-condições morais, cognitivo-culturais e materiais que lhes permitiriam apropriarem-se de maneira semelhante às demais classes sociais brasileiras, a alta e a média tradicional, do acesso ao capital econômico e cognitivo cultural disponível no país. Sua sóciogênese estrutural se remete ao desenvolvimento e ao modo singular de organização socioeconômica marcadamente excludente em tempos de escravidão e de Brasil colônia, cujas consequências e implicações sociais foram responsáveis pela origem *sui generis* de homens formalmente livres e expropriados que não foram integrados ao modelo de produção mercantil. Formando-se, portanto, uma “ralé” brasileira, “que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade” (FRANCO, 1997, p. 14). É justamente desse núcleo duro da pobreza que vão sair os novos filhos da liberdade que compõe a base da estrutura social brasileira e que, ao internalizarem o senso de uma cultura do “eu”, da busca pelo desejo e vontade de autorealização pessoal e profissional, assim como de aspirações por mobilidade social, puderam sair do pântano da desesperança através da realização de extraordinários e surpreendentes esforços e sacrifícios pessoais, passando a comporem o quadro da nova classe trabalhadora brasileira.

⁴⁸ De acordo com os dados do último Censo Demográfico de 2010, do IBGE (2012), é possível de se constatar que a população de baixa renda corresponde à grande maioria entre os evangélicos no país, sobretudo para o caso dos pentecostais e, por conseguinte, nele se insere a própria Igreja Universal do Reino de Deus. Em linhas gerais, se tomado como parâmetro de observação os índices percentuais do perfil religioso nacional brasileiro com relação à renda (tendo-se como princípio comparativo e de composição estatística, o valor do salário mínimo brasileiro como referencial, o de R\$ 510,00), tem-se que, entre os evangélicos pentecostais, aproximadamente 67,3% dos crentes fiéis e/ou virtuais adeptos estão inseridos na faixa de renda compreendida no intervalo de 0 a 1 salários mínimos *per capita*, ao passo que 28% se afiguram no intervalo de 1 a 3 salários mínimos *per capita* e, apenas 4,2% do total de pessoas entrevistadas que se autodeclararam como sendo fiéis evangélicos pentecostais, possuem rendimentos médios mensais *per capita* que variam entre 3 a 10 salários mínimos. Mais detalhadamente, de um total de 20.760.977 evangélicos pentecostais abarcados pelo Censo de 2010 do IBGE, 6.521.203 possuem rendimento médio mensal *per capita*, até 1/2 salários mínimos, enquanto 6.711.713 pessoas, se encontram na posição que oscila de 1/2 a 1 salários mínimos, ao passo que 4.677.934 se inserem na faixa de renda compreendida no intervalo de 1 a 2 salários mínimos como rendimento médio mensal *per capita*, e, 1.141.736 na faixa de rendimentos médios mensais de 2 a 3 salários mínimos. Já no que diz respeito às posições e ocupações profissionais e laborativas no mercado de trabalho brasileiro, ainda para o caso referente aos evangélicos pentecostais no país, os dados do último Censo Demográfico do IBGE nos fornece os seguintes subsídios gerais quanto à sua distribuição e composição: de um total de 10.304.504 entrevistados, 7.534.904 são empregados assalariados, sendo que, deste total, 4.844.772 são trabalhadores com carteira assinada, ao passo que 2.265.505 são trabalhadores assalariados que não possuem carteira de trabalho assinada; enquanto que 2.152.514 são trabalhadores autônomos (por conta própria); e, apenas 120.460, empregadores (ou seja, pequenos empreendedores e donos de seus próprios negócios). Por sua vez, no que diz respeito aos níveis de instrução e de escolaridade entre as pessoas entrevistadas e que se autodeclararam como sendo pertencentes ao segmento religioso evangélico pentecostal, a mesma base de dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, assim constatou: de um total de 13.699.927 entrevistados, o maior número de pessoas se concentram entre os que possuem, no máximo, o ensino fundamental incompleto, totalizando 7.414.036 pessoas; ao passo que 3.300.552 pessoas entrevistadas, se encontram inseridas entre os que possuem os níveis médio completo e superior

A base da estrutura social brasileira contemporânea, portanto, inclui aquela nova classe trabalhadora que se assistiu ascender a novos patamares de renda e de consumo no país durante o primeiro decênio do atual século: os “batalhadores” (SOUZA, 2010), ou os “homens simples” de Martins (2011), e que Pochmann (2012) simplesmente denomina como sendo à base da estrutura social do país ou “supertrabalhadores”, ao passo que Souza e Lamounier (2010), os concebem equivocadamente como sendo uma “nova classe média” brasileira.

Todavia, em correlato ao modo como se configura o atual processo de modernização nacional brasileiro – sobretudo, em termos de modernização econômica –, essa nova classe trabalhadora brasileira têm de conviver cotidianamente com o fantasma do desemprego que se encontra na “zona cinzenta do vai e vem” e com o temor da “nova pobreza” em sociedades modernas complexas, globalizadas e diferenciadas. Ou seja, ambos não mais tão somente estruturais (embora também possam vir a sê-los), mas sendo agora, também, caracterizados pela existência de indivíduos cada vez mais suscetíveis às vivências sazonais das condições socioeconômicas de pobreza e de desemprego (BECK, 2010).

O fantasma do desemprego e da vivência do novo tipo de pobreza em sociedades modernas complexas, nos termos aqui aludidos, comporta a especificidade de que estes se distribuem de acordo com as fases da vida e pelo aspecto de que, contemporaneamente, quase nenhum grupo social de qualificação profissional pode mais oferecer proteção em relação ao desemprego em sociedades mundiais interconectadas globalmente. E, nesse sentido, uma vez estando suscetíveis aos potenciais de riscos, flutuações e de mutações da dinâmica econômica global, a unidade referencial do desemprego não mais se restringe tão somente ao coletivo, ao grupo e/ou à classe social, mas também, ao indivíduo de mercado em suas condições e circunstâncias sociais específicas – efeito colateral e, portanto, imprevistamente gerado com a acentuação dos processos de individualização, especialização das atividades e ocupações profissionais, bem como da diversificação dos currículos. Sendo que, no entanto, “os afetados têm de arcar por conta própria com algo para o que a experiência da pobreza e os contextos da vida definidos pela classe ofereciam e remanejavam contra-interpretações de consolo e formas de defesa e proteção” (BECK, 2010, p. 134).

Não obstante a isso, tem-se ainda o aspecto de que esse imenso grupo de homens e de mulheres que formam a nova classe trabalhadora brasileira emergente, são aqueles que no curso dos processos de modernização anômalos e patológicos brasileiros foram postos à

incompleto; e, apenas 659.458 pessoas, o nível superior completo.

margem e em condição de subalternidade. Sendo subintegrados às instituições socioeconômicas, políticas e culturais outrora prometidas pelo projeto de modernidade. Assim sendo, correspondem a um imenso grupo social formado por indivíduos cujo “estilo de vida” é, em larga medida, distinto ao da classe média tradicional brasileira:

Na classe média, [...] ao contrário da classe alta, se reproduz pela transmissão afetiva, invisível, imperceptível porque cotidiana e dentro do universo privado da casa, das condições que irão permitir aos filhos dessa classe competir com chances de sucesso, na aquisição e reprodução de capital cultural [...]. O filho ou a filha da classe média se acostuma, desde tenra idade, a ver o pai lendo jornal, a mãe lendo um romance, o tio falando inglês fluente, o irmão mais velho ensinando os segredos do computador brincando com jogos. O processo de identificação afetiva – imitar aquilo ou a quem se ama – se dá de modo ‘natural’ e ‘pré-reflexivo’, sem a mediação da consciência, como quem respira ou anda, e é isso que o torna tanto invisível quanto, extremamente eficaz como legitimação do privilégio. Apesar de invisível, esse processo de identificação emocional e afetiva já envolve uma extraordinária vantagem na competição social, seja na escola, seja no mercado de trabalho, em relação às classes desfavorecidas (SOUZA, 2010, p. 24).

Para os herdeiros da classe média tradicional brasileira, portanto, distintamente com o que ocorre com as camadas populares menos favorecidas do país e que estão saindo do núcleo duro da pobreza, o processo de interiorização, internalização e incorporação dos valores socioculturais da liberdade individual e de uma cultura do “eu”, são sentidos e vividos também de um modo desigual e diferenciado entre os membros das classes sociais aqui consideradas. Pois, aos indivíduos que compõe a categoria social ideal-típica dos filhos da liberdade alocados na base da estrutura social do país, estes também enfrentam inúmeras carências de ordem sócio-afetivas (de problemas relacionados à desestruturação familiar), cognitivo-culturais (insipientes e médios níveis de educação escolar e de qualificação técnico-profissional), de saúde e de segurança pública, violência doméstica, privações de tempo para o lazer e qualidade de vida. Ao mesmo tempo em que, no entanto, se encontram obstinados à realização de extraordinários e surpreendentes esforços e sacrifícios pessoais para poderem, solitária e autobiograficamente, compensarem o “déficit” de distribuição e apropriação desigual das pré-condições cognitivo-culturais e materiais necessárias à luta concorrencial

pelo espaço vital na contemporaneidade, a fim de que possam, inclusive, conquistarem suas próprias aspirações por autorealização pessoal e profissional.

No limite, ocorre que, apreenderem-se os impactos e efeitos colaterais de um processo de modernização econômica que avança na sociedade brasileira do século XXI, sobretudo naquilo que diz respeito à acentuação progressiva dos processos sócio-estruturais de individualização, também equivale em apreenderem-se os horizontes de desdobramentos sociopolíticos e subjetivos possíveis que se abrem ao manifestarem-se no plano biopsicossocial humano em seus respectivos mundos da vida cotidiana. Isto é, em termos de emoções, dores e sofrimentos, vazios e lesões psicossociais afins às relações sociais de reconhecimento recíproco, sonhos e esperanças, pois “o que importa, portanto, é penetrar do ‘drama’ humano e cotidiano que produz sofrimento, dores, alegria e esperança” (SOUZA, 2010, p. 19).

Considera-se, por fim, que dois são os aspectos fundamentais que devem ser ressaltados antes de se adentrar no próximo problema a ser analisado e interpretado pelo presente trabalho, a saber: o primeiro, no sentido de que existia, de fato, um processo sócio-estrutural de individualização adormecido na sociedade brasileira e que começa a se acentuar no primeiro decênio do século XXI e sendo caracterizado, sobretudo, pela existência de milhares de indivíduos dispostos à realização de uma ética do “trabalho duro” de todo o tipo, ainda que em condições extremamente precárias e atravessadas por inúmeros constrangimentos sociais, como meio de ascender pessoal, profissional e socialmente (na medida em que este se torna em um fenômeno social de massa e que, ao generalizar-se a todos, passa a não ser mais um privilégio restrito a poucos bem nascidos e esclarecidos). Interiorizando, portanto, o senso do cálculo, da lógica da funcionalidade, da eficiência e da técnica, assim como de aspirações por autorealização pessoal, profissional e de mobilidade social. Já o segundo, se refere à constatação de que diante de condições sociais básicas oferecidas pelo Estado, milhares de indivíduos puderam sair do pântano da desesperança, ascendendo a novos patamares de renda e de consumo no país.

Porém, esses processos de impulsos libertadores em direção à cultura do individualismo, são apenas a ponta do *iceberg*, pois, agora, os filhos da liberdade que compõe a base da estrutura social brasileira, têm de haverem-se consigo próprios e com os efeitos e consequências biopsicossociais que se seguem de mãos dadas aos modos autobiográficos de se conduzir a própria vida em tempos de modernização complexa, globalizada e radicalizada: inseguranças, incertezas, vazios substanciais do “eu” e solidão narcísica, além das lesões

psicossociais de reconhecimento recíproco ante as inevitáveis frustrações das expectativas ideais do “ego”.

3.3 – Sobre a acentuação dos processos institucionalizados de individualização na sociedade brasileira do século XXI e o mal-estar da liberdade

A sociedade brasileira do primeiro decênio do atual século assistiu a um surpreendente processo de mobilidade social ascendente de aproximadamente 30 milhões de brasileiros que adentraram ⁴⁹ no rol de novos patamares de renda e de consumo no país por meio da realização de extraordinários esforços próprios.

Essa nova classe social de trabalhadores emergentes no país, que lutam cotidianamente ainda que sob o ônus de inúmeros esforços e sacrifícios pessoais meta e sobre humanos (e, reiterando-se, desprovidos tanto do estilo de vida, bem como de precondições sociais, cognitivo-culturais e econômicas semelhantes à da classe média tradicional brasileira), “está incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços valorizados, ou, como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégios das classes média e alta” (SOUZA, 2010, p. 26) ⁵⁰. Os efeitos sociais resultantes do retorno do crescimento econômico brasileiro na primeira década deste século podem também ser expressos pela expansão do setor de serviços, o qual fora responsável pela difusão de nove em

⁴⁹ No que se refere à composição e distribuição desses trinta milhões de brasileiros inseridos na base da estrutura social brasileira, é importante que seja ressaltado o seguinte dado: para o período compreendido entre 2005-2008, constata-se que 11,7 milhões de brasileiros abandonaram a condição de menor renda no país (até R\$ 188,00 mensais), enquanto 7 milhões de indivíduos ingressaram no estado intermediário de renda (com rendimento médio que varia entre R\$ 189,00 a R\$ 465,00 mensais), ao passo que 11,5 milhões de indivíduos transitaram para o estrato superior de renda ainda contido nos limites concernentes à base da estrutura social do país, de até 1,5 salários mínimos (com rendimento médio mensal acima de R\$ 565,00) (POCHMANN, 2010).

⁵⁰ Ao analisar o processo de formação e expansão de um mercado de bens simbólicos e culturais no Brasil, Renato Ortiz (2001) demonstra que os efeitos resultantes das profundas desigualdades sociais geradas pela especificidade dos encontros e desencontros característicos dos processos de modernização anômalos e patológicos nacionais brasileiros, desenvolveram uma tessitura social ambígua; pois, ao mesmo tempo em que seria propícia à expansão de uma cultura de massa (e, com efeito, entravando o desenvolvimento daquilo que seria uma suposta cultura “erudita”), a própria dinamização de uma indústria cultural, isto é, no sentido de mercantilização de uma cultura de massa, também se esbarrava no insipiente poder aquisitivo da imensa maioria da população brasileira. Mesmo com o desenvolvimento econômico que se assistiu após o golpe de 1964 e do correlato desenvolvimento de um surpreendente “mercado de bens simbólicos que diz respeito à área da cultura” (ORTIZ, 2006, p. 81). Embora de caráter autoritário e seletivamente controlado pelo Estado, sua expansão se manteve restrita aos grandes centros urbanos, à mercê da marginalização econômica e cultural de imensas parcelas das classes populares subalternas.

cada dez ocupações criadas com remuneração de até, no máximo, 1,5 salários mínimos (POCHMANN, 2010).

Em outros termos, o que se observou foi o crescimento dos empregos de baixa remuneração que, em movimento concomitante à elevação real dos salários e da ampliação dos programas e políticas sociais compensatórias de transferência de renda realizada pelo Estado brasileiro, promoveu-se o fortalecimento da inserção mercadológica das classes populares do país, na medida em que ascenderam a novos patamares de renda e de consumo. A rigor, isso significa que seja pelo baixo nível de rendimento ou, pelo tipo de ocupação (regra geral, são postos de trabalho precários e terceirizados)⁵¹, ou pelo estilo de vida e atributos pessoais (haja vista que, no geral, também se tem verificado um processo de consumismo exacerbado, endividamento das famílias e da inadimplência), essa imensa parcela de indivíduos que saíram da zona de extrema pobreza, se encontram ainda “distante de qualquer configuração que não a da classe trabalhadora” (POCHMANN, 2012, p. 10).

Com a relativa retomada do estado brasileiro ao posto de agente modernizador nacional nos anos 2000⁵², torna-se observável uma cadeia de efeitos colaterais socialmente significativos que acompanharam esse processo de modernização econômica na sociedade brasileira. Pois é, sobretudo a partir dessa década em questão, que o cenário religioso brasileiro começa a passar por um processo social radicalmente significativo de transformações, metamorfoses e de ressignificações socioculturais aceleradas e em nada desprezíveis, tal como o primeiro grande recuo e declínio histórico no número de fiéis ligados à Igreja Universal do Reino de Deus (uma vez que este processo de ressignificação dos modos e estilos de vida deve ser apreendido em termos de metamorfoses dos valores socioculturais entre o tradicional e o moderno no país, assim como das relações e vínculos sócio-institucionais de dominação, regulação, controle e tutela sociopolítica).

O crescimento das chamadas políticas sociais compensatórias – ainda que sejam largamente insuficientes no que diz respeito à erradicação das profundas desigualdades sócio-

⁵¹ O processo de terceirização está fundamentalmente associado às necessidades de redução dos custos com a contratação de trabalhadores. No caso brasileiro, a passagem para o século XXI também foi demarcada pela expansão do trabalho terceirizado, a ponto de, nos dias de hoje, o trabalho terceirizado responder cada vez mais por uma parcela maior do total de ocupações no Brasil e sendo, não obstante, postos de trabalho de baixa remuneração que absorvem mão-de-obra de salário base: “no período subsequente (1996-2010), [...] o universo de trabalhadores terceirizados elevou-se de 11,1% ao ano, em média” (POCHMANN, 2012, p. 111-112).

⁵² Deve ser ressaltado que, o sentido do Estado apreendido enquanto agente modernizador e integrador das camadas populares subalternas em relação aos valores da cultura moderna, não se referem àqueles presentes, tanto no modelo do Estado Novo, bem como ao ideologizado pelo ISEB na década de 1950 e em pleno momento de euforia quanto ao impulso de modernização econômica do governo de Juscelino Kubitschek e, tampouco, com fortes ingredientes de conteúdos fascistas e autoritários que permearam o golpe militar de 1964 no Brasil, ancorados sobre a Ideologia da Segurança Nacional.

estruturais presentes no país – foram fundamentais para a dinamização do mercado interno brasileiro e para os significativos processos de mobilidade social ascendente a cerca de trinta milhões de novos filhos da liberdade que compõe a base da estrutura social brasileira. Sendo que, mesmo que ínfimas, ainda assim deve-se ressaltar que “o pouco que foi feito – com intensa campanha contrária de diversos setores – obteve resultados inegáveis pela decisão de se usar uma pequena parte dos recursos do Estado em benefício dos setores populares” (SOUZA, 2010, p. 315), haja vista que a livre ação dos mercados, como é sabida, tende a beneficiar, tão somente, os já privilegiados.

O papel do Estado brasileiro, enquanto agente de modernização nacional e “elemento integrador” das camadas populares subalternas do país aos valores da cultura moderna, durante o Estado Novo, direcionava-se para o problema da “integração nacional”, sendo balizada pela proposta do uso de meios e de mecanismos de ação política cujo fim, seria galvanizar o grande público e apresentando, portanto, um forte conteúdo autoritário e fascista:

É dentro desta perspectiva que Capanema idealiza um departamento de propaganda com o objetivo de ‘atingir a todas as camadas populares’, instrumento que deveria ‘ser um aparelho vivaz de grande alcance, dotado de forte poder de irradiação e inflamação, tendo por função o esclarecimento, o preparo, a orientação, a edificação numa palavra, a cultura de massas’. Inspirado numa ideologia de cunho fascista, esta proposta se materializa em 1939 no DIP, que buscou interferir diretamente nos meios de grande alcance como o cinema e o rádio (ORTIZ, 2001, p. 51) ⁵³.

Após o golpe militar de 1964, o Estado aprofundou as medidas econômicas já tomadas durante o governo de Juscelino nos anos 50, permitindo-se consolidar no Brasil uma espécie de “capitalismo tardio” (ORTIZ, 2001, p. 114). Em termos socioculturais e, em especial, no que se refere à esfera dos valores, esse processo de reorientação econômica trouxe um conjunto de consequências até então inéditas para o país, no sentido de que, simultaneamente ao crescimento econômico e do parque industrial, bem como do mercado de bens materiais, fortaleceu-se também a produção de cultura e de um mercado de bens culturais, ainda que se esbarrasse no insipiente poder aquisitivo da imensa maioria da população brasileira.

⁵³ Conforme Ortiz (2001), mesmo em se tratando de propostas diferenciadas, tanto no Estado Novo, assim como no ISEB, partia-se do princípio de que era necessário edificar uma realidade ainda inexistente no país, sendo o Estado, portanto, o espaço no interior do qual se realizaria o projeto de integração das partes da nação.

Aquilo que nos interessa nas considerações de Ortiz (2001), é exatamente aquele papel do Estado enquanto agente de modernização nacional e do processo correlato de ressignificação dos modos e estilos de vida, das condutas e dos comportamentos sociais. Devendo ser ressaltado que, para o período considerado, o que a Ideologia da Segurança Nacional se propunha fazer era, sobretudo, substituir o papel que, outrora, era representado pelas religiões clássicas em sociedades consideradas “tradicionais”, procurando-se “garantir a integridade da Nação na base de um discurso repressivo que elimina as disfunções, isto é, as práticas dissidentes, organizando-as em torno de objetivos pressupostos como comuns e desejados por todos” (ORTIZ, 2001, p. 115).

No transcorrer do primeiro decênio do atual século, assistiu-se a uma relativa retomada do papel do Estado de importantes funções de desenvolvimento e de crescimento econômico, apreendido em termos de retomada dos níveis de crescimento econômico que há tempos não eram alcançados no país, assim como da geração de novos postos de ocupações laborativas que, sendo acrescidos pela ampliação das políticas sociais compensatórias de distribuição de renda – da transferência monetária direta -, tornou-se possível com que milhares de brasileiros pudessem sair de condições sociais de extrema pobreza e miséria no país ⁵⁴. Porém, tal como muito bem é apreendido por Fiori (1997), “a simples defesa de políticas sociais compensatórias não chega a caracterizar a existência de posição neoliberal” (p. 203) ⁵⁵.

A identificação básica do Estado brasileiro como agente de modernização nacional na contemporaneidade não implicou, necessariamente, na reprodução integral de traços do antigo modelo nacional desenvolvimentista vigente nas décadas anteriores. Sendo possível de se constatar alguns aspectos singulares no que diz respeito à reorientação de sua inserção internacional, uma vez que também se constatou a passagem da situação brasileira de país devedor para a posição de credor de organismos multilaterais, tais como, por exemplo, para o

⁵⁴ No período compreendido entre os anos 1960-1980, observa-se um forte crescimento da taxa de ocupação de mão-de-obra, da formalização do emprego e da redução da pobreza, a participação do trabalho na renda nacional caiu 11,7%, enquanto que o grau de desigualdade na distribuição de renda cresceu quase 21,9% entre 1960 e 1980. Já para o período compreendido entre 1981 a 2003, se constata a regressão da situação geral do trabalho, em razão da elevação do desemprego aberto e da proliferação de postos de trabalho de reduzida remuneração e elevada informalidade, a ponto de a participação do rendimento do trabalho na renda nacional, decair 23% entre 1981 a 2003. A partir de 2004, por sua vez, é possível de se observar um movimento de crescimento da renda *per capita* média anual de 3,3%, enquanto que a participação do trabalho na renda nacional aumentou 14,8% e o grau de desigualdade na distribuição pessoal de renda reduziu-se em 10,7%, sendo indicadores que nos atestam, em linhas gerais, sobre a especificidade dos avanços de modernização econômica recentes na sociedade brasileira (POCHMANN, 2012).

⁵⁵ Para uma análise estrutural em termos de continuidades e afinidades às medidas político-econômicas neoliberais nos governos Collor, FHC e Lula, ver ANTUNES (2005).

caso de sua posição em relação ao Fundo Monetário Internacional, e pelo redirecionamento estratégico das relações de comércio exterior da concepção técnica para o âmbito das relações comerciais entre países do eixo Sul-Sul. Considera-se, no entanto, que esta reorientação estratégica do papel do Estado brasileiro no limiar do século XXI mereça um destaque especial, a fim de que se possa evitar incorrer-se a certos desvios interpretativos à luz de uma relativa euforia de modernização econômica e de dinamização do mercado interno brasileiro.

No que diz respeito à reorientação estratégica da política internacional brasileira destaca-se, de acordo com os dados apresentados por Pochmann (2010) que, desde 2003, o governo brasileiro tem adotado enquanto meio afim ao intento de amenizar o grau de sua vulnerabilidade externa face à turbulência da dinâmica global dos mercados mundiais, as seguintes medidas: a) promover-se a diversificação dos parceiros comerciais e, com efeito, reduzindo-se o volume das exportações para os países centrais da economia capitalista (de 2/3, em 2002, para menos de 50% em 2009), priorizando as relações comerciais entre os países do eixo Sul-Sul (sendo que a China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil, posto anteriormente ocupado pelos Estados Unidos); b) destaca-se a passagem do Brasil para a situação de credor (sendo o FMI, por exemplo, devedor do Brasil), através da resolução da dívida externa do setor público; c) a criação do fundo soberano e a ampliação das reservas internacionais (de US\$ 37,8 bilhões, em 2002, para US\$ 206 bilhões em 2009).

Não obstante a isso, simultaneamente às reorientações do posicionamento estratégico brasileiro no que diz respeito à política internacional, também se torna possível de detectar-se uma maior preocupação com a defesa da produção e ocupação nacional, realizada por meio da elevação dos investimentos públicos em infraestrutura e energia (com os chamados Planos de Aceleração do Crescimento) e o reforço dos bancos e empresas estatais (haja vista que o crédito cresceu de 24,2% do PIB, em 2002, para 45,9%, em 2009).

Entretanto, mesmo tentando atenuar o grau dos riscos em face da vulnerabilidade da dinâmica global dos mercados mundiais, a atual crise europeia na zona do euro vem ecoando indiretamente no Brasil: a) em julho de 2012, o Banco Central do Brasil reduziu a projeção do crescimento econômico do país de 3,3% para 2,01% no ano de 2012; b) a projeção do Banco Central para a inflação no final do ano de 2012 também foi alterada, passando a ser estimada de 4,4% para 4,7%, estando acima da meta outrora prevista; c) o saldo da balança comercial brasileira caiu de 45,9% na média em relação ao mesmo período de 2011, sendo que o resultado de 2012 para o primeiro semestre é o menor desde 2002.

Isso significa que a turbulência da crise que está ocorrendo na zona do euro se faz sentir sobre a sociedade brasileira por diversos meios, ainda que o Estado, no intuito de tentar refrear a desaceleração da economia brasileira, tenha adotado sistematicamente uma série de pacotes e medidas governamentais para incentivar a produção e o consumo interno. Tais como, por exemplo, a redução de IPI para a compra de automóveis e demais produtos eletrodomésticos da chamada “linha branca”, de fornecimento maior de linhas de créditos para investimentos e para o consumo e endividamento das famílias, do incentivo à produção da indústria nacional por meio da realização de um pacote de compras governamentais de produtos referentes às empresas nacionais, de aproximadamente R\$ 6,6 bilhões e etc. Mesmo assim, no entanto, a Abimaq; Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos declarou que o processo de “desindustrialização silenciosa” que está afetando a indústria de transformação no Brasil, já cortou aproximadamente 5.400 empregos desde outubro de 2011.

Nesse sentido, a despeito da vulnerabilidade da economia brasileira ante aos potenciais de riscos e de ameaças civilizacionais globais, estamos muito distantes de um modelo de Estado que não seja o neoliberal. Ainda que este apresente certos traços neodesenvolvimentistas, haja vista que “o poder do Estado tem sido usado com frequência para resgatar empresas ou evitar fracassos financeiros” (HARVEY, 2011, p. 83), bem como da realização de incentivos à expansão do consumo de massa, facilitados pela redução das taxas de juros para a contração das várias linhas de crédito pelas famílias, de empréstimos a financiamentos diversos.

Simultaneamente, também se constatou a ampliação dos chamados “gastos” sociais do governo federal, de 19% para 22% do PIB, seguidos pela inclusão de mais de um terço da população brasileira em programas de “garantias” mensais de renda – exatamente para aquela parcela da população brasileira situada entre os 20% mais pobres do país. Não obstante a isso, no primeiro decênio do atual século, também se assistiu ao declínio na taxa de pobreza para bem menos de um terço da população brasileira, assim como na desigualdade social em termos de renda relacionada ao trabalho. Para o período compreendido entre 1995-2002, o rendimento médio familiar *per capita* mensal dos 10% mais pobres do país, cresceu 1,8% enquanto média anual, ao passo que para os 10% mais ricos houve um decréscimo anual de 0,4% na média. Já para o período referente ao intervalo de 2003 a 2008, o rendimento médio familiar *per capita* cresceu, em termos reais, principalmente para o segmento populacional que se encontrava na base da estrutura social brasileira, sendo que para os 10% mais ricos, o aumento anual correspondeu a uma média de 1,6%. Acrescente-se a isso, mais os dados de

que, entre 1997 e 2004, o segmento de baixa renda representava quase 34% da população nacional total, sendo que, em 2008, caiu para 26% do total de brasileiros (POCHMANN, 2010) ⁵⁶.

Com relação aos efeitos que se fizeram sentir sobre o mercado de trabalho brasileiro, destaca-se que para o período compreendido entre 2008 a 2010, o saldo referente à quantidade de empregos gerados chegou próximo à casa dos 7,5 milhões de novas ocupações, enquanto que entre 1995 a 2002, o montante quantitativo de novos postos de ocupação laborativa expandiu-se somente 796,9 (POCHMANN, 2010).

Ademais, no que diz respeito às políticas e programas sociais entre o período de 2003 a 2010, estas se desenvolveram sobre três grandes modalidades, a saber: a) política social de recomposição do salário mínimo nacional, sendo caracterizada por um aumento real (haja vista que as taxas anuais de inflação durante este período considerado, passaram a se apresentar como sendo uma das menores já registradas desde a implantação do plano real, em 1994, bem como ao fato de que as taxas de desemprego também se declinaram de 11,7%, em 2002, para 7,9% em 2009) e, assim, “por força do aumento do salário mínimo, (...) cerca de R\$ 1 trilhão foram colocados nas mãos dos trabalhadores de salário de base somente no período de 2003 a 2010” (POCHMANN, 2010, p. 46); b) políticas sociais de apoio à transferência de renda (também favorecida pelo crescimento e, ao relativo avanço na formalização do mercado de trabalho), sendo que, em relação à Previdência Social – que, por sua vez, contou com a incorporação adicional de quase 5 milhões de novos beneficiários entre os anos de 2002 a 2008 -, constata-se o crescimento do valor monetário adicional de R\$ 138,2 bilhões, ao passo que, com relação ao seguro-desemprego e ao abono salarial – restritos aos empregos formais de até dois salários mínimos -, o montante adicional foi de R\$ 13,8 bilhões, enquanto que aproximadamente R\$ 8 bilhões foram agregados ao Programa Bolsa Família (que aumentou o valor do benefício de R\$ 1,7 bilhão em 2002, para mais de R\$ 11 bilhões em 2009, assim como também aumentou a quantidade de famílias atendidas e que, atualmente, chegam a mais de 12 milhões de famílias); c) políticas orientadas à expansão das linhas de crédito às pessoas físicas (entre 2002 a 2008, o volume de recursos alocados por operações de crédito, passou de R\$ 90,5 bilhões, para R\$ 444,1 bilhões), havendo, portanto, uma maior

⁵⁶ Ainda no que se concerne à queda absoluta e relativa da pobreza no Brasil para a primeira década deste século, destaca-se que entre março de 2002 a julho de 2009, a taxa de pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do país caiu 28%, sendo reduzida em 4,3 milhões de pessoas; passando de 18,5 milhões, em março de 2002, para 14,2 milhões, em julho de 2009 (POCHMANN, 2010).

disponibilização de recursos para o endividamento das famílias e, também, para a dinamização do consumo do mercado interno no Brasil.

Uma vez tendo-se realizado esta breve descrição do fenômeno social concernente às principais medidas singulares do processo de modernização nacional brasileiro, sobretudo em termos econômicos e tal como ele o é observável no primeiro decênio do atual século, coloquemo-nos sob o exame analítico e interpretativo. Considera-se, de início, que o avanço dos novos processos de modernização e de urbanização da sociedade brasileira identificáveis no século XXI é acompanhado, em larga medida, tanto pela radicalização das patologias psicossociais da modernidade, assim como de um intenso processo de privação e denegação de direitos. Sobretudo àqueles referentes ao valor da dignidade da pessoa humana, sendo que para a realização de seu diagnóstico, o referencial teórico proposto pela sociologia reflexiva de Ulrich Beck nos fornece fecundo subsídio à sua interpretação. Em especial quanto ao seu teorema referente da cultura do individualismo, isto é, do individualismo institucionalizado.

Em contraste à valoração positiva e ideológica pregada pelo discurso oficial e dominante do neoliberalismo, o processo de individualização deve ser apreendido como sendo uma imposição, constrangimento social, necessidade, desafio e tarefa que impele forçosamente os indivíduos à ação e à mobilidade. Trata-se de uma “arquitetura histórico-social [...], uma forma histórica de subjetividade” (BECK, 2009, p. 101), a ponto de ela ter se condensado e se cristalizada enquanto uma “moral institucionalizada, poderosa e eficiente sob a qual estão assentados os fundamentos do mundo moderno” (BECK, 2009, p. 101).

Assim sendo, individualismo institucionalizado representa um profundo fenômeno e processo social macro-histórico e macrosociológico e, por conseguinte, não se trata de apreendê-lo como sendo derivado exclusivamente da eleição autônoma e consciente, ou de uma preferência individual, pois “de fato, é a individualização, resultado da larga história das instituições modernas, que se impõe aos indivíduos” (BECK, 2009, p. 102). Nesse sentido, apreende-se que são as próprias estruturas sociais em seu atual estágio de desenvolvimento das sociedades modernas complexas que desafiam os sujeitos a se auto-individualizarem, a projetarem sua própria biografia e à valoração do cultivo do arbítrio próprio:

A economia neoliberal descansa na imagem de um eu humano autárquico. Pressupõem que os indivíduos podem dominar, eles sozinhos, a totalidade de suas vidas, e que obtêm e renovam sua capacidade de ação de seu próprio interior. Isto é o que ilustra a perfeição do discurso sobre o “eu

empreendedor”. Sem embargo, dita ideologia choca-se frontalmente com a experiência cotidiana (e com os estudos sociológicos) do mundo do trabalho, da família e da comunidade local, onde vemos que o indivíduo não é monádico, senão autoinsuficiente e cada vez mais ligado aos demais, inclusive ao nível das redes e instituições globais. A noção ideológica do indivíduo autossuficiente implica, em última instância, no desaparecimento de qualquer obrigação mútua, razão pela qual o neoliberalismo constitui inevitavelmente uma séria ameaça para o Estado do bem-estar (BECK, 2003a, p. 29).

Assim sendo, individualismo institucionalizado não se refere à noção ideológica neoliberal de indivíduo, autárquico e autossuficiente, que norteia e fundamenta o “novo espírito do capitalismo”, ainda que se deva reconhecer que “a cultura da liberdade corre o perigo de ver-se destruída pelo capitalismo” (BECK, 2003a, p. 32). Entretanto, também não implica necessariamente em dizer-se que estaríamos presenciando a derrocada plena, completa e absoluta de qualquer tipo de obrigação e de compromisso mútuo, pois o que está ocorrendo é que as relações e vínculos de solidariedade social estão se ressignificando.

O crescente e surpreendente processo de reavivamento religioso ressignificado que se assiste contemporaneamente na sociedade brasileira traduz não só esse paradoxal e ambivalente processo de continuidades e rupturas operadas pelas profundas e radicais alterações que se seguem ao avanço dos processos de modernização na sociedade brasileira, assim como de uma nítida visão básica da incompletude do “eu”, de seus vazios substanciais, da ausência de ânimo e de demandas por reconhecimento psicossociais. A disposição voluntária em servir-se a uma força transcendente, também nos revela sobre a dimensão do mal-estar oriundo da falácia daquele utopismo do sonho de liberdade sustentado pela ideologia neoliberal. Pois, ao contrário da dor, em que a subjetividade se manifesta de maneira fundamentalmente narcísica, não se revelando e se abrindo para com o outro sob a forma de apelo, o sofrimento corresponde a uma experiência que se efetua com o outro, isto é, na alteridade: “isso porque a subjetividade reconhece aqui que não é autossuficiente como na dor” (BIRMAN, 2006, p. 192) ⁵⁷.

Portanto, com o avanço dos processos de modernização em sociedades modernas complexas, as instituições chaves e centrais da modernidade estão cada vez mais se orientando não mais tão somente aos grandes grupos sociais, mas sim aos indivíduos – direitos civis, políticos e sociais básicos, assim como o emprego remunerado, a formação

⁵⁷ Conforme Birman (2006), na dor, “as insuficiências não podem existir, já que estas desqualificam a subjetividade, que deve ser auto-suficiente” (p. 192).

escolar e à correlata mobilidade que estas oferecem e demandam. Por conseguinte, antes a uma mera realidade exclusivamente eletiva, o processo de individualização está se convertendo em uma estrutura social das próprias sociedades modernas complexas:

Em curso, na sociedade ocidental as pressões institucionais tendem mais bem a terem a forma de ofertas de serviços, ou de incentivos para a ação, como, por exemplo, o Estado de bem-estar, com seus subsídios para o trabalho, suas bolsas de estudo aos estudantes e suas ajudas para pagar a hipoteca. [...] Para as prerrogativas sociais modernas, em mudança, mais que ‘nascer’, devemos fazer algo, fazer um esforço ativo, temos que ganhar, temos que saber autoafirmarmo-nos na concorrência por recursos limitados, e isso não de uma vez por todas, senão dia-a-dia. [...] A maior parte dos direitos que o Estado de bem-estar tem de garantir estão concebidos mais para os indivíduos que para as famílias. Em muitos casos, pressupõe ter um emprego (ou, no caso dos desempregados, a vontade de trabalhar). O emprego, por sua vez, implica educação, e ambas as coisas pressupõem mobilidade e vontade de mover-se [...]. O Estado de bem-estar é, nesse sentido, um aparato experimental para fomentar estilos de vida relacionados com o ego (BECK, 2003a, p. 40-41).

Retornando-se à realidade social brasileira, sobretudo em termos de configurações sócio-estruturais do mercado de trabalho aos moldes como ele se encontra no atual século, constata-se que a base das ocupações e postos de trabalho tendem a se concentrarem no setor terciário da economia, em especial naquilo que está sendo convencionalmente denominado como “trabalho imaterial”. E que, no geral, se referem a atividades laborativas e de serviços cada vez mais informatizados e cujo trabalho pode ser realizado em qualquer lugar e horário. Não precisando mais necessariamente de um espaço físico determinado. Em sua grande maioria, o que se verificou no transcorrer do primeiro decênio do atual século foi que, os postos de trabalho gerados no setor terciário durante toda a década de 2000 se concentraram na base da estrutura social do país, uma vez que, de acordo com Pochmann (2012), aproximadamente 95% das vagas que foram abertas tinham como remuneração máxima mensal até, 1,5 salários mínimo.

Por conseguinte, isso tende a demandar a adoção de um tipo de ação afim a um exercício permanente de maior exigência e pressão social por níveis mais elevados de qualificação profissional e educacional. Não obstante a isso, ocorre que esse tipo peculiar de jornada de trabalho que fundamenta o assim chamado “trabalho imaterial”, não só está se tornando cada vez mais intenso tão somente no local de sua realização, como quanto também está se levando para casa novas demandas informacionais de trabalho. E, desse modo, tais

atividades laborativas estão exigindo novas demandas laborativas por aquilo que poderia se denominar de supertrabalhadores. Sendo, portanto, um processo sócio-estrutural cada vez mais acentuado e afim à lógica instrumental de coisificação e quantificação da vida que caminha de mãos dadas com o valor ideológico e dominante do “novo espírito do capitalismo” e da liberdade individual tal como ela é professada pela ideologia neoliberal.

Por outro lado, no que diz respeito aos direitos de proteção e de garantias sociais, ao mesmo tempo em que se acentua a lógica imperativa da instrumentalização da vida e que se segue aos “ganhos” de produtividade que tal “autonomia” individual pode oferecer às organizações empresariais, tem-se que o atual sistema de proteção e de regulamentação das relações de trabalho é insatisfatório quanto à capacidade de garantirem e assegurarem não somente os níveis de proteção social, mas, também, de qualidade de vida a essa categoria de supertrabalhadores, haja vista que “a CLT procura dar conta do trabalho material” (POCHMANN, 2010, p. 65). Não obstante a isso, para o caso peculiar dos filhos da liberdade que compõe a base da estrutura social do país, ainda que se tenha elevado os níveis de trabalhadores com baixa remuneração, a maior parte desses permanece à margem dos sindicatos. Ou seja, dos meios sócio-institucionais de proteção social. E, por conseguinte, o declínio das taxas de sindicalização opera de modo acelerado entre as classes populares do país:

Se forem considerados somente os assalariados com carteira assinada, a taxa de sindicalização alcança quase um terço dos trabalhadores, mas, se for tomado como referência o conjunto das ocupações, a taxa de sindicalização não passa dos 13%. Entre os anos 1990 e a década de 2000, a taxa de sindicalização não se alterou profundamente, [...] entre os assalariados com carteira, a taxa de sindicalização caiu de 32,9% para 29,7%, ao passo que no total dos ocupados subiu levemente de 12,2% para 13,1% (POCHMANN, 2012, p. 45).

Ademais, os registros oficiais no Brasil têm revelado durante o transcorrer da última década, a elevação no número de acidentes de trabalho e, sobretudo a partir de 2007, também dos distúrbios psíquicos – o que também é consubstanciado pela emergência de novas demandas de reivindicações de direitos que se impõe ao Sistema Único de Saúde no país:

A estatística brasileira de acidentes de trabalho é reveladora. Conforme publicações do Observatório Social, durante o ano de 2007, foram registradas no INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) cerca de 650 mil acidentes de trabalho no Brasil. Se comparado com 2006, o número de acidentes aumentou 27,5%. Na mesma publicação, médicos do trabalho e dirigentes sindicais entrevistados revelam que a inquietação determinada pelas demissões previstas na crise está por trás do aumento mais recente de acidentes (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 470).

Constata-se, portanto, que a instabilidade no psiquismo, desencadeadas pelas profundas sensações de medo, insegurança e de incertezas vividos pelos trabalhadores assalariados brasileiros, podem ser fecundas mediações no processo de conexões causais de tais acidentes. Ademais, em relação à elevação dos quadros depressivos, estes se tornam inteligíveis quando conectados às pressões e constrangimentos sócio-estruturais impostos e autoimpostos, assim como às limitações e às múltiplas perdas de autoestima, de ânimo e das frustrações e desilusões em relação às expectativas ideais de um “ego” socioculturalmente mais ambicioso, porque quase que totalmente absorvido pela lógica corrosiva da essência contábil do dinheiro ⁵⁸.

Ao se acentuar o temor em relação ao desemprego e à sobrecarga de trabalho, constatou-se também o crescimento do medo de “não dar conta” das atividades de trabalho, elevando-se enormemente na última década o uso de tranquilizantes e de estimulantes no país (desde psicotrópicos a bebidas alcoólicas e/ou de drogas mais pesadas), bem como dos níveis de consumo dos chamados produtos e alimentos energéticos (SELIGMANN-SILVA, 2011). Em outros termos, devido à própria configuração sócio-estrutural das atuais condições do mercado de trabalho brasileiro, constata-se que cada vez mais se impõe como desafio e de necessidade, a vinculação necessária da educação escolar e dos níveis mais elevados de qualificação técnica-profissional para toda a vida, já que no atual estágio de modernização da

⁵⁸ Em face dos riscos, incertezas e insegurança no atual estágio de configuração sócio-estrutural da modernidade, “a subjetividade fica impotente em face dos acontecimentos irruptivos” (BIRMAN, 2006, p. 186). Quando incapacitada de regular as relações entre si e o mundo exterior – e, por isso mesmo, estando destituída de sensações de seguridades sócio-psíquicas –, “a subjetividade é possuída pelo sentimento de horror” (p. 186); daí resultando-se, em larga medida, o pânico, o estresse e a depressão. Trata-se do reflexo concernente ao atrofiamento da capacidade do “eu” em agir sobre uma base bem fundada, certa e segura; haja vista que, “a despossessão de si anuncia assim como uma problemática crucial no mal-estar contemporâneo” (p. 186).

sociedade brasileira no século XXI, a expansão dos postos de trabalho mais importantes do país e de elevada remuneração, estão ligados ao chamado trabalho imaterial ⁵⁹.

Tal processo de configuração sócio-estrutural do mercado de trabalho brasileiro tende, em nosso entender, a acentuar os processos de individualização às camadas populares no país, posto que o acirramento da luta concorrencial travada por bens limitados e do correlato escopo de conquista pelos melhores e mais bem remunerados postos de ocupação e de trabalho no país, exige uma demanda educacional orientada para um processo de qualificação permanente. E, por conseguinte, tem-se que “a biografia normal se converte, assim, em ‘biografia eletiva’, em ‘biografia reflexiva’, em biografia do ‘faça-lo você mesmo’” (BECK, 2003a, p. 40).

Todavia, é inegável que os efeitos referentes à distribuição desse processo sócio-estrutural de pressão objetiva e de constrangimentos sociais afins à cultura do individualismo, se faz ecoar e sentir de modo desigual em relação aos membros das classes que compõe a base da estrutura social do país, apreendido em termos de desigual distribuição entre os filhos da liberdade que compõe as classes alta e média tradicional brasileira em relação àqueles que se afiguram na situação de classes baixas e populares no país ⁶⁰.

⁵⁹ Sobre o trabalho imaterial, nos diz Pochmann: “o trabalho imaterial que resulta do esforço humano não se transforma em algo concreto, palpável ou tangível. Além disso, pode ser realizado cada vez mais em qualquer lugar, tendo em vista os avanços das tecnologias de informação e comunicação. Sem depender do esforço físico, em parte responsável pela enorme desigualdade de remuneração entre gênero, faixa etária e raça, o trabalho imaterial tem no conhecimento o seu principal ativo” (2010, p. 66-67).

⁶⁰ Cabe ser ressaltado que, distintamente com o que ocorre com os herdeiros das classes alta e média tradicional brasileira; os quais, em sua grande maioria, podem postergar o ingresso ao mercado de trabalho para depois dos 20 anos de idade (POCHMANN, 2010), os filhos da liberdade que compõe a base da estrutura social brasileira, são socialmente constrangidos a ingressarem mais cedo no mercado de trabalho e, com efeito, tem se como consequência direta tanto os baixos níveis de escolaridade, bem como a possibilidade sempre aberta em virem a ocupar os piores postos de trabalho disponíveis no país, fazendo com que o funcionamento do mercado de trabalho tenda a reproduzir as desigualdades existentes entre ricos e pobres. Aquela categoria social a qual Souza (2010) denomina como “batalhadores”, correspondem a uma categoria social ideal-típica caracterizada por: a) são indivíduos destituídos do mesmo acesso privilegiado ao capital cognitivo-cultural e econômico que possuem os membros das classes média tradicional e alta brasileira, respectivamente; b) são indivíduos que, no geral, acumulam mais de um emprego em turnos variados; c) são indivíduos que acumulam uma dupla jornada entre estudos e trabalho; d) são indivíduos que aprenderam a encontrar uma surpreendente crença e confiança em si próprios e em suas ações cotidianas de trabalho, ainda que permeada por inúmeros constrangimentos sociais, esforços e sacrifícios pessoais; e) são indivíduos, para os quais, prevalece-se a valoração positiva de uma ética do trabalho duro e continuado, mesmo em meio a condições socioeconômicas adversas e de perspectivas de futuro cada vez mais incertas, assim como de uma vida atravessada por inúmeras privações sócio-indivuais. Ou seja, “os batalhadores, na sua esmagadora maioria, não possuem o privilégio de terem vivido uma etapa importante da vida dividida entre brincadeiras e estudo. A necessidade do trabalho se impõe desde cedo, paralelamente ao estudo, o qual deixa de ser percebido como atividade principal e única responsabilidade dos mais jovens como na ‘verdadeira’ e privilegiada classe média. Este fato é fundamental porque o aguilhão da necessidade de sobrevivência se impõe como fulcro da vida de toda essa classe de indivíduos. Como consequência, toda a vida posterior e todas as escolhas – a maior parte delas, na verdade, escolhas ‘pré-escolhidas’ pela situação e pelo contexto – passam a receber a marca dessa necessidade primária fundamental” (SOUZA, 2010, p. 51).

Nesse sentido, também é desigual a distribuição das patologias psicossociais radicalizadas da modernidade e da privação e denegação de direitos referentes ao valor da dignidade da pessoa humana enquanto potência subjetivamente individuada que entra na luta concorrencial por estima psicossocial nas relações intersubjetivas por reconhecimento (HONNETH, 2003). Assim como também o é desigual e distinto os meios compensatórios ante ao aprofundamento das sensações de mal-estares geradas pelos constrangimentos advindos do peso das forças sociais modernas e da denegação de direitos – podendo, inclusive, não raro, serem acompanhados pela expansão de demandas por ordem e segurança política, assim como, no limite, pela proliferação e exacerbação dos conflitos sociais.

Consequências psicossociais potencialmente patogênicas podem ser desencadeadas ante a atual configuração sócio-estrutural do mercado de trabalho brasileiro, no qual se constata o acirramento da competitividade individual e da luta socioindividual por bens escassos ⁶¹. Pois, sendo norteados basicamente pelo temor em relação ao desemprego e, por extensão, constrangendo os indivíduos filhos da liberdade à ação, a tornarem-se móveis, ainda que em meio à realização de inúmeros malabarismos, instaura-se a emergência de mecanismos psicossociais complexos nos quais atuam, de um lado, as inventivas à competitividade intersubjetiva que se desencadeiam em uma busca por garantias de vantagens obtidas a qualquer preço, ao mesmo tempo em que, por outro lado, os indivíduos procuram conjurar o medo de se tornarem um perdedor, derrotado e fracassado.

Uma vez que o direito de ser dono de si próprio na contemporaneidade não é imune ao domínio colonizador do valor da liberdade individual, tal como ela é sustentada pela lógica nefasta e corrosiva da ideologia neoliberal, da crença no poder de autossuficiência quase que absoluta do indivíduo (sobretudo no que diz respeito à introjeção da concepção do mérito como sendo algo resultante, única e exclusivamente, das ações eminentemente individuais), quando abruptamente acometidos por situações nas quais se vivenciam as frustrações de suas respectivas expectativas ideais de “eu”, podem-se suscitar profundos sentimentos de autculpabilidade individual e de vergonha. Levando-os à acusação de si próprios pelos “baixos da vida” e demais saldos negativos da guerra travada em meio a uma cotidianidade difícil. Esse processo também tende a acentuar o declínio da autoconfiança e da degradação

⁶¹ Refiro-me aos postos de ocupações formais disponíveis no mercado de trabalho com relativas garantias de estabilidade e de seguridade. Em diversas pesquisas empíricas compiladas por Seligmann-Silva (2011), constata-se que em situações nas quais tendem a se acentuar o temor em relação ao desemprego; tanto real e/ou socialmente construído e fabricado enquanto política do medo, elevaram-se as condutas e comportamentos antissociais e de autoconservação, pois importava cada vez mais “escapar do ‘facão’ nem que seja prejudicando o outro” (p. 442).

de sua própria autoestima, do ânimo e da própria identidade pessoal, assim como à objetivação e projeção da ira e do ódio reprimido ante as expectativas dos comportamentos sociais frustradas e que, por sua vez, são pressupostas como válidas e corretas ao êxito sócio-individual (HONNETH, 2003).

Nesse sentido, a essa altura do desenvolvimento deste trabalho, vai-se tornando inteligível a sugestiva hipótese de Ulrich Beck (2002) ao dizer que, contemporaneamente “sofremos de liberdade, e não de crises” (p. 10). Isso equivale a dizer que, para o caso peculiar da base social que compõe o quadro dos membros fiéis e/ou virtuais adeptos das comunidades religiosas evangélicas neopentecostais (e, com ela, no seu bojo, a própria Igreja Universal do Reino de Deus), as profundas sensações de mal-estares, dor e sofrimento, vazios substanciais do “eu”, incertezas e inseguranças, além das lesões intersubjetivas que norteiam as relações sociais de reconhecimento recíproco ante aos inúmeros direitos a eles privados, declinados e/ou denegados que se segue ao projeto autobiográfico de se conduzir a própria vida, se dramatizam, paradoxalmente, tanto no íterim de uma nova realidade sociocultural e econômica em que se assiste a um processo de acentuação das valorações positivas acerca do valor da liberdade individual e da correlata ampliação dos espaços de autodeterminação dos indivíduos, bem como da elevação nos níveis de renda e de consumo de massa.

Por certo, as novas formas de organização e de produção pelas quais vem se configurando a dinamização da economia brasileira no atual século, se encontra cada vez mais atrelada à exigência de novas demandas por níveis de qualificação técnico-profissionais e educacionais mais elevadas. Embora, também não se deva deixar-se iludir acerca da existência de um matrimônio ideal e perfeito entre os graus de formação educacional escolar para com as garantias de segurança e de certezas ao gozo de situações de pleno emprego. Mas ocorre que, inevitavelmente, com níveis de qualificação e de especialização técnica e de formação escolar inferiores e/ou insipientes, tais ideais de garantias tendem a se afastarem ainda mais dos horizontes possíveis de realização ⁶².

⁶² De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE (Apud SOUZA e LAMOUNIER, 2010), constata-se que o número médio de anos de estudo das pessoas com faixa etária de 10 anos ou mais saltou de 5,2 em 1995 para 6,9 em 2007. Sendo que o aumento da escolaridade foi ainda maior e mais acentuado na faixa etária compreendida entre 20 a 24 anos de idade, uma vez que, em 1995, a média era de 6,5 anos de estudo, ao passo que, em 2007, era de 9,3. Ainda tendo-se como base o mesmo estudo realizado por Souza e Lamounier (2010), torna-se possível de se identificar que a educação é concebida, para e entre os próprios entrevistados que pertencem a essa nova categoria da classe trabalhadora emergente no país, como sendo um dos principais fatores de ascensão e mobilidade social, haja vista que para 97% dos entrevistados, uma boa formação e níveis mais elevados de educação escolar, são considerados como sendo fatores ora, “essencial” e/ou “muito importante” para que possam “vencer na vida”; atentando-nos exatamente sobre o senso do valor conferido às fortes disposições individuais internalizadas, bem como da disposição à mobilidade de ação sócio-individual em curso que elas demandam. Ademais, de posse dos dados apresentados por Pochmann (2012), é

O senso da liberdade individual internalizada, no sentido de valoração positiva, desejável e normalizada em relação aos modos autobiográficos de conduzir a própria vida, é traduzido por formas e modos de vida e ações sócio-individuais cotidianas realizadas por indivíduos que lutam para abrirem, manterem e/ou expandirem seus próprios negócios, assim como aos que anseiam e buscam a obtenção de suas respectivas autorealizações pessoais e profissionais dentro das empresas em que trabalham. Ou, então, elegendo outras prioridades de ação dentre as opções disponíveis e que, além da sujeição a longas e exaustivas jornadas de trabalho duro em postos e atividades laborativas precárias que lhes oferecem poucas garantias de certezas quanto à estabilidade futura, como quanto de precárias condições de trabalho, saúde biopsicossocial e de qualidade de vida, também estudam durante a noite a fim de que possam obter melhores condições de qualificação e de especialização técnica e profissional ⁶³.

No geral, observa-se que a nova classe trabalhadora do país é composta por milhares de homens e de mulheres que saíram do meio pobre e do núcleo duro da pobreza, sendo assalariados relativamente estáveis e qualificados, ou pequenos empreendedores. Não raro, possuem mais de um emprego ou ocupação profissional, podendo trabalhar como “faxineiros durante o dia e vigias à noite [...], lutam, ativamente, com energia e empenho para escapar da ralé e entrar no rol da pequena burguesia empreendedora e emergente” (SOUZA, 2010, p. 10).

possível de constatar-se que desde a década de 1990, no Brasil, têm-se reduzido as vagas ocupadas por trabalhadores sem estudo e, conseqüentemente, cresceu-se a geração de postos de trabalho para os que possuem maior grau de escolaridade. Em termos comparativos entre as décadas de 1990 e a de 2000, as vagas abertas aos trabalhadores de salário base de até 1,5 salários mínimos, elevou-se para 85% do total de vagas abertas no país: “Na década de 2000, o Brasil gerou 14,7 milhões de ocupações para trabalhadores de salário base acima de 9 anos de estudos, contra 3,7 milhões na década de 1980, [...]. Em 2009, 43% dos ocupados possuíam mais de 9 anos de escolaridade, em comparação com apenas 9% em 1979, 15,1% em 1989 e 23,2% em 1999” (p. 40). Todavia, ainda assim, torna-se possível também de se contatar que não é incomum a convivência cotidiana com as sensações de insegurança e de incertezas em relação às perspectivas de futuro. O trabalho de Souza e Lamounier (2010) nos fornece um dado significativo a esse respeito, pois “mirado os próximos 12 meses, cerca de metade dos entrevistados declara estar ‘muito’ preocupada com perder o padrão de vida que tem hoje (50%); ficar sem trabalho, perder o emprego ou ter de fechar o seu negócio (48%); e não ter dinheiro suficiente para se aposentar (47%)” (p. 48). Assim sendo, embora valorizem os níveis mais elevados de formação escolar e de qualificação técnico-profissional como meio e instrumentos de ascensão social, os participantes da pesquisa realizada por Souza e Lamounier (2010), também manifestaram, por sua vez, certo descrédito quanto à sua utilidade prática imediata: “Vejo um monte de doutores trabalhando em cargos sem qualquer ligação com o que estudaram: garis, secretárias, bancários” (p. 63).

⁶³ Para o caso peculiar dos pequenos empreendedores e donos de seus próprios negócios que foram entrevistados pela pesquisa empírica realizada e coordenada por Jessé de Souza (2010), constata-se não ser em nada incomum que esses processos sócio-estruturais de impulsos libertadores rumo ao individualismo institucionalizado e à cultura experimental do individualismo, sejam acompanhados por profundas sensações de isolamento social e demais sentimentos de incompletude do “eu”, bem como pela vivência de uma vida repleta de privações e denegações de direitos fundamentais e, não obstante, juridicamente sancionados, haja vista que o tempo para o lazer, por exemplo, se apresenta como sendo mais um “privilégio” do que propriamente um direito para a imensa maioria dos indivíduos que compõem a base da estrutura social do país. Como nos diz o relato de um dos entrevistados pela pesquisa por ele compilada, ao se referir sobre a educação de suas filhas: “o lazer é algo que as meninas aprenderam, desde cedo, a sacrificar em favor de uma estabilidade futura” (SOUZA, 2010, p. 130).

Essa nova classe trabalhadora brasileira, retrata a geração herdeira dos novos processos de individualização contemporâneos no país.

São aqueles filhos da liberdade que puderam escapar do pântano da desesperança, ainda que enfrentando carências e inúmeras privações e/ou denegações de direitos sociais básicos e fundamentais. Porém, por alguma combinação de forte disposição e vontade individual de aspirações por mobilidade social, reagiram e foram à luta. São também indivíduos que internalizaram o senso do cálculo, valorizam o mérito individual e a competição, são indivíduos que consomem mais do que a geração de seus pais, mas, em larga medida, o fazem frequentemente à custa de endividamentos em longo prazo⁶⁴.

Não obstante à ascensão a novos patamares de renda e de consumo conquistados por essa nova classe trabalhadora brasileira, agora, uma vez também cativados pelo poder de mobilidade social que a lógica corrosiva da essência contábil do dinheiro possui, produz e oferece aos indivíduos modernos, eles acabam por estarem sujeitos à maior propensão da perda e da corrosão do significado substancial profundo do valor de sua própria dignidade pessoal, alienando-se ao se converterem em uma mera coisa, regidas pelo desejo e pela vontade indistinta, ávida, ambiciosa e desenfreada do mero *quantum*. Promovendo-se, inclusive, aquele processo de instrumentalização e de coisificação do próprio corpo e da vida, e vendo se distanciarem ainda mais do direito à vida. Sobretudo quando esta passa a ser rebaixada, denegada e corroída ante aos constrangimentos sociais que se seguem à radicalização das patologias sociais da modernidade⁶⁵.

⁶⁴ De posse do trabalho realizado por Souza e Lamounier (2010), nota-se que a autopercepção do que seria pertencer-se à classe média, remete-se às práticas cotidianas nas quais se consubstanciam o valor internalizado de uma ética do trabalho duro e da luta pelo sucesso sócio-individual, ainda que o senso internalizado de uma cultura do “eu” que valoriza a competição e o mérito individual se faça em meio a situações socioeconômicas frequentemente desfavoráveis e adversas. Assim diz um dos entrevistados de tal pesquisa: “Eu sei que classe alta não sou, que baixa também não, mas também acho que classe média são pessoas acima do meu padrão. Mas tem horas que me sinto classe média igual a elas no meu modo de agir, de pensar, de valorizar o trabalho” (SOUZA ; LAMOUNIER, 2010, p. 29).

⁶⁵ Sobre a acentuação dos vazios substanciais do “eu”; isto é, do atrofiamento das relações intersubjetivas de identificação pessoal com o mundo do trabalho enquanto fonte de sentido e de significação profunda de autorealização pessoal nos dizia Simmel (1998): “A recusa completa da divisão do trabalho é assim tanto causa como sintoma da relação existente entre a totalidade da obra, em si conclusa, e a unidade anímica. Ao contrário, onde predomina a divisão do trabalho, tem-se como efeito uma incomensurabilidade da realização com o realizador. Este não se vê mais no seu feito, que apresenta uma forma distinta daquela pessoal-anímica e aparece apenas como parcialidade de nossa essência toda unilateralmente desenvolvida. Parcialidade esta que é indiferente à totalidade unitária desta mesma essência. A produção realizada com base numa profunda divisão do trabalho – que adquire consciência desta característica – já penetra por si na categoria da objetividade. A percepção – assim como a atuação – dela como algo puramente objetivo e anônimo torna-se cada vez mais plausível, mesmo ao próprio trabalhador, que não a sente mais como algo ligado à raiz de seu sistema integral de vida” (p. 53). Nesse sentido, portanto, tem-se que o processo crescente de especialização que se segue à progressiva divisão do trabalho, assim como à radicalização da quantificação do tempo, do imperativo da lógica instrumental e contábil que impera como força e valor objetivo quase que hegemônico no seio das atividades laborativas contemporâneas – haja vista que são fundamentais às necessidades crescentes em relação à

Tais considerações interpretativas encontram respaldo nas seguintes constatações empíricas. De acordo com os diversos estudos e pesquisas empíricas compiladas por Seligmann-Silva (2011), naquilo que se refere ao mundo do trabalho na sociedade brasileira contemporânea, constata-se que os indivíduos e suas respectivas ações sócio-individuais no âmbito fabril, passam a serem valorizados mais como agentes contábeis, sendo eles reduzidos a um mero instrumento quantificador. Monetizando-se, inclusive, os próprios trabalhadores, seu tempo, suas ações e sua própria *psique*, a ponto de que o que passa a “valer” não é mais tanto aquilo que se faz, bem como o esforço dispendido e a inventabilidade individual – seus potenciais e faculdades humanas inventivas e criativas que os possibilitariam serem reconhecidos e se auto-conceberem enquanto sujeitos dotados de valor pessoal, merecedor de respeito e de estima psicossocial legítima, ambos fundamentais às bem-sucedidas relações psicossociais intersubjetivas de reconhecimento e afins à constituição do *autorespeito* e da *autoestima*, tal como veremos com Honneth (2003) no próximo capítulo deste trabalho. Mas sim, quase que tão somente, os resultados em termos de dinheiro por eles gerados enquanto valor agregado às mercadorias produzidas e também àqueles obtidos pelos trabalhadores sob a forma de salários.

Nesse sentido, uma vez que as subjetividades humanas passam a serem colonizados por tal mecanismo ideológico de dominação social ⁶⁶, muitos trabalhadores acabam por aceitarem que as condições de insalubridade, os riscos de vida (periculosidade) e a própria penosidade do trabalho, sejam pagas em dinheiro, ao revés de exigir-se e reivindicar-se por melhorias e transformações das condições de trabalho. Em outros termos, isso equivale em dizer que os adicionais de insalubridade, periculosidade e os ganhos por horas extras são, inclusive, muito bem aceitos e *desejados* por muitas categorias de trabalhadores assalariados (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Por outro lado, o trabalho realizado por Souza e Lamounier (2010) atesta que, concomitantemente à elevação dos gastos e endividamentos que se seguiram à expansão do consumo de massa no Brasil da última década, aproximadamente 44% dos entrevistados encontraram algum tipo de dificuldade para pagarem as compras a crédito. Sendo que 38% destes tiveram que buscar algum tipo de trabalho extra para poderem aumentar seus

maximização dos índices de produtividade e de lucratividade empresariais organizadas e estruturadas sob os moldes do paradigma de acumulação flexível – tendem a conduzir os indivíduos modernos a um movimento de não identificação pessoal com as atividades laborativas realizadas e que, em larga medida, são constrangidos a executarem sob as duras penas, inclusive, de sofrerem com as sanções e coações materiais presentes e futuras.

⁶⁶ Sendo também necessário reiterar-se que, tal processo de dominação social é, em larga medida, facilitado pelas inúmeras carências socioeconômicas do tempo presente, sendo estas capazes de tornarem muitas das escolhas como sendo quase que, invariavelmente, pré-escolhidas pelas necessidades de sobrevivência.

rendimentos, ao passo que cerca de um terço precisou contrair novas dívidas, pela via dos financiamentos, para poderem cobrir suas despesas (32%), e, aproximadamente 16% tiveram dificuldades para pagarem o aluguel ou a prestação da casa própria.

A rigor, uma vez colonizados e servos da monetarização do mundo e da vida, o senso de felicidade passa a se vincular cada vez mais à mera posse das coisas, de uma mera e *vazia* aventura quantificada da vida:

É interessante observar como essa interrupção psicológica da série teleológica se não manifesta apenas na explícita avidez de dinheiro e na avareza, mas também no seu aparente contrário, no prazer do simples gastar, por último, na alegria de possuir o maior número possível de coisas, não para tirar vantagem de sua específica utilidade, para a qual são produzidas, mas só porque se deseja tê-las; [...]. Por causa da necessidade, presente na maior parte da vida, de ter diante dos olhos como objetivo mais próximo o ganhar dinheiro, pode surgir a convicção de que toda a felicidade e satisfação definitiva da existência esteja ligada à posse de uma certa soma, [...]. Se pelo contrário, o seu caráter de fim ficou aquém deste ponto de cristalização, sobrevém o fenômeno do tédio moral e da desilusão que, com tanta frequência, se pode observar nos homens de negócios quando, depois de terem posto de lado uma certa soma, se retiram para viver dos rendimentos; [...] a maioria dos homens experimenta por isso, bem depressa, um insuportável vazio e uma ausência de sentido da existência, assim também se vinga o desconhecimento do caráter puramente relativo e condicional do dinheiro, o erro que o sistema mercantil mostrou, por assim dizer, ‘em letras garrafais’ (SIMMEL, 2009, p. 25-26).

Porém, ao mesmo tempo em que tal ação socioindividual constrange e impele os filhos da liberdade que compõe a base da estrutura social brasileira à ação, tem-se que as oportunidades de autorealização pessoal e profissional, bem como de aspirações por mobilidade social e a ascensão a novos patamares de renda e de consumo, há tempos privilégios restritos e exclusivos aos membros das classes média tradicional e alta no país, também são acompanhadas por profundas sensações de vazios substanciais do “eu” e de uma quase que insuportável ausência de auto-identificação psicossocial profunda com seu próprio “eu” e com o mundo exterior ⁶⁷.

⁶⁷ Assim nos diz Georg Simmel (2009): “[...] a sua semelhança psicológica com a representação do dinheiro é clara. O *tertium comparationis* é o sentimento de paz e de segurança, que a posse do dinheiro justamente garante, em contraste com todas as outras formas de posse, e que, de um ponto de vista psicológico, corresponde àquilo que o homem devoto encontra no seu Deus; em ambos os casos, a elevação acima do singular por não encontrada no objeto desejado, a confiança na onnipotência do princípio supremo, é que nos oferecem em cada

O trabalho de José de Souza Martins (2011) nos fornece o substrato empírico para a nossa proposição analítica e interpretativa. Em seu trabalho interpretativo de cento e oitenta sonhos recolhidos na região metropolitana da cidade de São Paulo com pessoas pertencentes à chamada “nova classe média” brasileira, as experiências sócio-individuais cotidianas que são mediatizadas por Martins (2011), nos atestam sobre a presença de um dado significativo aos interesses investigativos deste trabalho, qual seja: os sonhos narrados são predominantemente relatos de profundas sensações mal-estares.

Ou seja, nota-se que mesmo com o avanço dos processos de modernização na sociedade brasileira, seguidos de perto pela intensificação dos processos de individualização e o correlato excesso de “ganhos” de liberdade, além da ascensão a novos patamares de renda e de consumo conquistados pelos filhos da liberdade que compõe a base da estrutura social brasileira, convive-se com profundas sensações de insegurança, incertezas, medos e de vazios substancias de um “eu” cada vez mais individualizado e que, não obstante, progressivamente vai se desvincilhando dos pretéritos vínculos e laços de solidariedade sócio-afetivos de tipo personalistas. Dentre os principais traços reiterados dos sonhos, destacam-se aqueles nos quais,

As pessoas falam da sensação de estar caindo, de estar voando ou flutuando; paredes que se contraem sobre o corpo do sonhador; paredes que subitamente se tornam transparentes ou desaparecem, revelando a nudez de quem sonha e deixando-o desprotegido e constrangido; pessoas que se sentem aprisionadas ou que aprisionam os outros; súbito aparecimento de alguém ou de algo estranho que persegue o sonhador; sonhador que tenta escapar, mas não consegue mover-se; assaltos e assassinatos em que o sonhador ou alguém muito próximo é vítima; casos em que o sonho é medo de ser morto, mas em que o sonhador mata (MARTINS, 2011, p. 64) ⁶⁸.

Significativo aos nossos interesses investigativos se refere ao modo como a vida cotidiana das pessoas por ele entrevistadas se apresenta como sendo algo estranho e incógnito.

De uma cotidianidade permeada e atravessada por ameaças ou perigos, por vários medos e

momento esta coisa singular e mais humilde e nos permitem, por assim dizer, transferir-nos para ela. Tal como Deus na forma da fé, também o dinheiro, na forma do concreto, é a máxima abstracção a que se alçou a razão prática” (p. 39).

⁶⁸ É significativo de ser ressaltado que os sonhos, “são documentos sobre as mediações que nos roubam a autenticidade do viver; que nos fazem parecer, aos nossos próprios olhos, aquilo que não somos (...). A coragem da nossa noite põe diante dos nossos olhos e da nossa consciência a coragem que nos falta durante o dia em face do que nos conforma e nos obriga” (MARTINS, 2011, p. 59-60). No sentido aludido por Martins, o sonho traduz aquilo que nos choca ao se revelar como estranho, porque também exaustivo e difícil de ser compreendido e de ser explicado, embora carregue consigo o senso do dever de ser cumprido. De acordo com a psicanálise freudiana, os sonhos refletem e traduzem o alívio das pressões e constrangimentos aos quais os indivíduos são submetidos durante a dureza do peso da vida cotidiana do dia-a-dia.

temores, tais como a presença de “demônios, humanos deformados e fantásticos, pessoas mortas ou pessoas vivas sem identificação” (MARTINS, 2011, p. 65), que os tentam capturar. Tal quadro, por sua vez, traduz não só a existência de um desencontro e descompasso entre o tradicional e um moderno que se impõe enquanto forma e modo de uma cultura objetiva radicalizada e em processo de avanço (e, por conseguinte, da permanência no imaginário popular brasileiro dos referenciais tradicionais, apreendidos em termos de um mundo da segurança plausível e almejado pelos indivíduos). Assim como também expressa, a existência de uma vivência perpassada por vazios e por inúmeras lesões e fraturas nas relações intersubjetivas de reconhecimento recíproco.

Todavia, a despeito das profundas e potencialmente patogênicas sensações de vazio que seguem à transmutação do dinheiro e da razão prática instrumental em um fim quase que absoluto e que passam a exercerem o caráter semelhante a uma autoridade metafísica, pois, “tal como Deus na forma da fé, também o dinheiro, na forma de concreto, é a máxima abstracção a que se alçou a razão prática” (SIMMEL, 2009, p. 39), agora, considera-se que o problema de maior gravidade a ser analisado e interpretado pelo presente trabalho e que se segue à ampliação dos espaços de autodeterminação dos indivíduos na contemporaneidade, é justamente o potencial explosivo do acirramento e exacerbação dos conflitos sociais. Sobretudo, porque em tempos de globalização, em que se torna cada vez mais tênue e frágil a existência das garantias de direitos de proteção e de seguridade sócio-material e da saúde em sua dimensão biopsicossocial humana, o potencial de suscetibilidade aos riscos de fracassos sócio-individuais está se convertendo em um temor que não mais se furta à inevitabilidade real e concreta a ser vivida e enfrentada no tempo presente e, com eles, segue-se a onerosa frustração das expectativas ideais de um “eu” mais ambicioso, porque quase que totalmente absorvido pelo “novo espírito do capitalismo” e pela ideologia neoliberal ⁶⁹.

⁶⁹ É exatamente isso o que se apreende da fala de um dos jovens entrevistados pela pesquisa coordenada por Jessé de Souza (2010), quando este, ao fazer referência à sua trajetória de vida, concebe seu “fracasso” – sendo o fracasso apreendido em termos de uma profunda desilusão ante as frustrações de suas expectativas ideais quanto à ascensão na carreira e dos planos e projetos de vida e das quais, por sua vez, nota-se, claramente, as influências socioculturais dos valores hegemônicos da ideologia neoliberal no que diz respeito aos poderes sobre e meta humanos da liberdade dos indivíduos e de sua autossuficiência – como oriundo de uma “falha” ou culpabilidade eminentemente individual, a ponto de ser acometido por um sentimento de vergonha e de rebaixamento do valor de sua própria identidade pessoal, acompanhado pelo declínio de sua autoestima e pelo *desânimo*: “Foi mais questão de preguiça mesmo, de falta de vontade mesmo. Não foi dificuldade nenhuma não. Tinha que correr atrás mesmo. E eu não corri tanto. Não me empenhei mesmo estudando” (p. 73).

4 – SOBRE O SENTIDO SOCIOCULTURAL DA LUTA SOCIAL CONTRA A FIGURA DO DIABO NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO SOCIAL A SEGURANÇA E DA CERTEZA, A REVITAIZAÇÃO DO ÂNIMO E AS DEMANDAS POR RECONHECIMENTO

Talvez seja possível de se dizer que não haja um fenômeno social contemporâneo tão significativo capaz de traduzir as profundas sensações de mal-estar, insegurança e incerteza,

assim como dos vazios substanciais do “eu” e das lesões intersubjetivas que permeiam as fraturas existentes nas relações sociais de reconhecimento recíproco do que a religiosidade. Sendo que o processo de reavivamento ressignificado da religiosidade e da fé, assim como do surgimento de novas formas de institucionalização religiosa na sociedade brasileira contemporânea deve ser aprendido, portanto, tal como é proposto por este trabalho, como sendo um retrato da dor e do sofrimento que se seguem aos constrangimentos sociais uma vez canalizados à busca por um sentido comum de existência em sociedades modernas complexas.

Nesse sentido, a eleição da religiosidade e da suscetibilidade dos indivíduos às novas formas e modos de servidão voluntária se apresenta como um fecundo indício capaz de retratar os efeitos psicossociais que se seguem ao avanço dos processos de modernização na sociedade brasileira contemporânea e da radicalização das patologias sociais da própria modernidade. Estas, por sua vez vividas por largas sessões de homens e de mulheres em meio a uma cotidianidade difícil em seus respectivos mundos da vida ⁷⁰.

Tenho por mim a hipótese de que o processo contemporâneo de reavivamento da religiosidade na sociedade brasileira traduz um comportamento social de autoconservação dos indivíduos diante dos constrangimentos sociais e demais obrigações impostas e autoimpostas à luta pelo espaço vital, assim como às obrigações e deveres que se lutar de modo autobiográfico e quase que destituídos de garantias e certezas de seguridade social e de prosperidade material futura. Como muito bem é lembrado por Simmel (2005), o ser humano “não se esgota no limite de seu corpo” (p. 586). E, com efeito, a religiosidade floresce como meio de o indivíduo resguardar para si “alguma autoestima e preencher um lugar na consciência” (p. 587).

No limite, trata-se da raiz profunda do ânimo, da revitalização da esperança que se expressa na desejável busca por novas formas de objetivações valorativas. Isto é, da transferência das vontades, carências e necessidades humanas frustradas para outros objetos e símbolos ante ao contemporâneo processo de radicalização das patologias sociais da modernidade na contemporaneidade.

⁷⁰ Sobre a noção de mundo da vida atravessado por uma cotidianidade difícil, esta se instaura quando os indivíduos são forçosamente desafiados à coação e a terem que agir diante de um mundo e uma realidade social cujos procedimentos lhes escapam do controle cognitivo de livre ação autônoma. A previsibilidade e o reconhecimento consciente das forças sociais modernas já não mais lhes pertencem e, tampouco, se encontram sobre seus domínios: “A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e as relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de explicá-las [...], quando o resultado do que se faz não é necessariamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito. [...] O sujeito não tem como se reconhecer nas relações sociais de todos os dias senão [...] como ser social; não mais pessoa inteira, singular, como senhor de uma unidade pensamento-ação-consequência” (MARTINS, 2011, p. 71-72).

Ora, tal como já fora apresentado nos capítulos anteriores e mediante ao auxílio das diversas pesquisas empíricas relacionadas à saúde mental do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea nas duas últimas décadas, é possível de se constatar que a perda do controle subjetivo dos indivíduos em relação às atividades laborais executadas (sobretudo em momentos de crise, instabilidade e de recessão econômica e, portanto, do temor em relação ao desemprego), foi quase que invariavelmente acompanhadas pelo agravamento de distúrbios e demais patologias ligadas à maximização dos esforços biopsicossociais humanos, da elevação dos quadros de ansiedade, da frequência cardíaca e da pressão arterial ⁷¹.

Ademais, quando submetidos a condições socioeconômicas de marginalidade e de exclusão social, fora também identificado que o “isolamento social era uma alteração crucial, que ia se intensificando ao longo do desemprego, articuladamente a alterações de ânimo e das expectativas quanto ao futuro” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 406). A rigor, ocorre que o afastamento forçado da vida laboral para os que vivem do próprio trabalho, não deixa de ser acompanhado por profundas lesões relacionais e psicossociais, balizadas pela proliferação das sensações de temores e de insegurança quanto ao futuro. As quais tenderão a serem maiores quanto menores forem as perspectivas de se conseguir outro emprego, assim como quanto menores também forem as garantias de apoio socioeconômico, inclusive àquelas a serem asseguradas pelo Estado.

Os inúmeros estudos realizados e compilados por Seligmann-Silva (2011) demonstram que mesmo quando a carência material é mantida dentro de certos limites toleráveis e não sendo acompanhado pelo completo isolamento social dos indivíduos submetidos a situações de desemprego, o processo de exclusão social e de rebaixamento de seu próprio valor enquanto sujeito não se completa plenamente. Assim sendo, tem-se que a preservação do pertencimento que norteiam os laços comuns de solidariedade social está muito associada às sensações de autopreservação, do autorespeito e auto-reconhecimento do próprio valor. Assumindo, portanto, um importante papel enquanto suporte protetor contra o desânimo e demais transtornos psicossociais que se seguem à desestabilização da própria identidade subjetiva dos indivíduos afetados.

A exacerbação do isolamento social diante de períodos prolongados de frustrações das expectativas ideais do “eu”, quando destituídas de vínculos e laços de pertencimento e de

⁷¹ De acordo com Seligmann-Silva (2011), a intensificação das jornadas de trabalho e da aceleração dos ritmos de trabalho tende a elevar os níveis de adrenalina, de neuroadrenalina e de 11-hidrocorticosteróides urinários, além de aumentarem significativamente a frequência cardíaca e a pressão arterial.

solidariedade social, podem culminar em graves transtornos advindos dos fortes sentimentos de vergonha e de auto-exclusão, no sentido de retraimento vinculado à resignação:

Na política social voltada para a inserção ou reinserção social de desempregados, a questão da sociabilidade tem se revelado um dos pontos cruciais. Pois, além de sentimentos de retraimento de origem psicológica – como os sentimentos de fracasso e desânimo – inúmeros impedimentos de ordem econômica são muito concretos e contribuem para o isolamento social: a falta de dinheiro para transporte; a falta de roupa ou calçado para deslocar-se, participar de cursos de qualificação ou reuniões; que, além de serem originados pela ausência de renda, também estão associados ao sentimento de vergonha pelo estado de carência (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 423).

É justamente por proporcionarem aos indivíduos crentes e fiéis um conjunto de interpretações morais e práticas da vida social e individual, que o valor religioso se apresenta como que uma espécie de mundo da segurança, no sentido de seguridade ontológica ⁷²:

A religião é um meio organizador de confiança de mais de uma maneira. Não só as deidades e forças religiosas favorecem apoio providencial seguro: funcionários religiosos também o fazem. E o que é mais importante, as crenças religiosas tipicamente injetam fidedignidade na vivência de eventos e situações e formam uma estrutura em termos da qual eles podem ser explicados e respondidos (GIDDENS, 1991, p. 93).

Referindo-se ao sentido das religiões, nos diz Remo Bodei (2001): “a religião constitui uma grande tentativa do homem de encontrar um horizonte completo de sentido, uma resposta a questões profundas sobre o que é característico da esperança em todos os tempos” (p. 21). O trato com relação às questões do sofrimento – isto é, à teodiceia do sofrimento – corresponde a um dos elementos estruturais básicos das grandes religiões éticas interpretadas por Max Weber (2010). Sendo que esta temática, no entanto, adquiri uma particularidade significativa nas religiões de salvação oriundas das tradições judaico-cristãs, em especial no que diz

⁷² Sobre a noção de seguridade ontológica, tal como ela é aqui empregada, nos diz Giddens: “[...] a segurança ontológica é uma forma, mas uma forma muito importante, de sentimentos de segurança no sentido amplo [...]. A expressão se refere à crença que a maioria dos seres humanos têm na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes. Uma sensação da fragilidade de pessoas e coisas, tão central à noção de confiança, é básica nos sentimentos de seguridade ontológica” (1991, p. 84).

respeito á valoração positiva do sofrimento. E, assim sendo, a interpretação religiosa do sofrimento satisfaz do ponto de vista sociopsicológico uma necessidade humana legítima, pois “a felicidade quer ser, pois, uma felicidade legítima” (WEBER, 2010, p. 14).

A força das religiões que se ramificaram do cristianismo encontra fecundas raízes assentadas sobre o princípio da negação da morte. Possibilitando com que os indivíduos crentes e fiéis tomassem consciência de que a morte ou, também, o fracasso e demais injustiças vividas neste mundo, não se furtam dos horizontes possíveis que se seguem às ações sócio-individuais. A ponto de poderem depositar no senhor, portanto, a esperança de poderem retornar à vida ⁷³: “a morte é a grande aposta, o lugar do qual não se retorna. [...] na tradição religiosa, Cristo retorna da morte depois de três dias no inferno” (BODEI, 2001, p. 29).

Por outro lado, de acordo com a tradição judaico-cristã, por mais que inexistam respostas plausíveis em relação ao sofrimento injusto e não justificado que afligem os indivíduos, há ainda o diferencial de que a “incompreensibilidade do mundo a nós” convive com a “perfeita compreensibilidade e justiça do ponto de vista de Deus” (BODEI, 2001, p. 32). Pois, se deus é um ser onipotente e onisciente, os sofrimentos advindos dos constrangimentos e demais condições sociais adversas que acometem os crentes e fiéis, representam um propósito divino, mesmo que ainda sejam incompreensíveis àqueles. Isso significa dizer que, no cristianismo, esta “cruz” da existência humana não implica necessariamente razão para se negar Deus, senão que, também, a probabilidade de “uma ocasião para afirma-lo”, sendo “próprio do exagero da Cruz – como disse São Paulo - que os impelem a procurarem por qualquer coisa que não possamos encontrar” (BODEI, 2001, p. 33).

A temática dos infortúnios e demais injustiças imerecidas que acometem os indivíduos crentes e fiéis, também é muito bem trabalhada pelo principal líder da Igreja Universal do Reino de Deus; o bispo Edir Macedo. Em especial no que diz respeito às promessas de

⁷³ De acordo com a referência bíblica da primeira carta aos coríntios (15:13-17 e 15:19, 32, 35-36), tem-se que a ressurreição de Cristo é o centro de toda a mensagem do evangelho cristão. Sendo que, por ter ressuscitado e vencido a morte, os crentes também sabem que serão ressuscitados: “E, se não há ressurreição dos mortos, também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, logo é vã a nossa pregação, e também é vã a nossa fé. E assim somos também considerados como falsas testemunhas de Deus, pois testificamos de Deus, que ressuscitou a Cristo, ao qual, porém, não ressuscitou, se, na verdade, os mortos não ressuscitam. Porque se os mortos não ressuscitam, também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, é vã a vossa fé, e ainda permanecéis nos vossos pecados. [...] Se esperamos em Cristo só nesta vida, somos os mais miseráveis de todos os homens. [...] Se, como homem, combati em Efêso contra as bestas, que me aproveita isso, se os mortos não ressuscitam? Comamos e bebamos, que amanhã morreremos. [...] Mas alguém dirá: como ressuscitarão os mortos? E com que corpo virão? Insensato! O que tu semeias não é vivificado, se primeiro não morrer” (BÍBLIA, Coríntios, 2010, p. 1605-1606).

bênçãos e de prosperidade materiais futura, tão largamente difundidos pelos acentuados discursos imediatistas de afirmação do mundo que fundamentam a teologia da prosperidade. Porém, também é possível de se dizer que se trata de um engenhoso discurso orientado a manter ou restabelecer a legitimidade da confiança abalada de seu carisma institucional ante ao movimento de mobilidade e trânsito de fiéis que estão migrando para outras instituições religiosas. Assim como ante as inevitáveis frustrações das expectativas ideais do “ego”, cujos padrões de comportamento pressupostos como válidos e seguros ao êxito e sucesso pessoal, são também arquitetados pela crença e convicção em um valor religioso imediatista e pragmático, característicos de seu ascetismo intramundano de afirmação do mundo. E, por extensão, também se trata de um discurso que visa manter a hierarquia piramidal e centralizadora que norteiam as relações sociais de dominação existentes entre o corpo de funcionários religiosos e o seu rebanho de fiéis.

Na edição de nº 1077, de 25 de novembro de 2012, do jornal *Folha Universal*, assim nos diz a mensagem do bispo Edir Macedo:

Deus, em Sua infinita misericórdia e compaixão, permite que nós enfrentemos os problemas familiares para que saibamos como Ele se sente diante dos nossos erros e injustiças. Porque o aborrecimento que nós temos e por cona das injustiças que sofremos. [...] do ponto de vista de Saúde, você é curado na hora. *Mas, do ponto de vista das bênçãos materiais, elas vêm de acordo com sua prática de obediência. Quando você tiver maturidade suficiente, então Deus vai abençoando a sua vida. Dia após dia* (p. 3i – grifo nosso).

Devido à própria constituição da psique humana, em termos de espécie ⁷⁴, esta se encontra condenada a uma vida de muitos esforços e poucas sensações de felicidade:

A vida tal como nos coube, é muito difícil para nós, trazem demasiadas dores, decepções, tarefas insolúveis. Para suportá-la não podemos dispensar paliativos [...]. Existem três desses recursos, talvez: poderosas diversões, que

⁷⁴ Apreendido enquanto espécie, o homem é o resultado composto de uma simbiose complexa entre filogênese (zoé) e ontogênese (bios). Sendo ambas, portanto, jamais excludentes, mas que constituem e conferem ao ser uma disposição anímica.

permitem nos fazer pouco de nossa miséria, gratificações substantivas, que a diminuem, e substâncias inebriantes, que nos tornam insensíveis a ela. Algo desse gênero é imprescindível. É para as distrações que aponta Voltaire, ao terminar seu cômico com a sugestão de cada qual cultivar o seu jardim; uma tal distração é também a atividade científica. As gratificações substitutivas, tal como a arte oferece, são ilusões face à realidade, nem por isso eficazes psicologicamente, graças ao papel que tem a fantasia na vida mental. Os entorpecentes influem sobre o nosso corpo, mudam a sua química [...]. Aquilo a que chamamos 'felicidade', no sentido mais estrito, vem da satisfação repentina de necessidades altamente represadas, e por sua natureza é possível apenas como um fenômeno episódico (FREUD, 2011, p. 18-20).

Dentre as principais fontes do sofrimento humano, Freud (2011) indica que estas provêm tanto do poder superior da natureza, assim como da fragilidade dos corpos e, sobretudo, da inadequação do indivíduo em relação às regras feitas para regular a convivência humana no interior da família, no Estado e na sociedade ⁷⁵. No limite, trata-se do medo em relação às forças do destino para Freud e que, por sua vez, nos tempos de modernidade radicalizada e globalizada, talvez seja mais correto e apropriado substituí-lo pelo conceito de risco. Isto é, pelo maior grau de probabilidade e de suscetibilidade individual aos potenciais de fracassos socio-individuais de um "eu" que, mesmo tendo obtido maior acesso cumulativo à informação, à educação e aos conhecimentos técnico-científicos na sociedade brasileira nas duas últimas décadas, ainda assim têm de conviverem com profundas sensações de insegurança e incerteza em relação ao futuro:

Os mundos sociais e naturais atuais estão plenamente impregnados de conhecimento humano reflexivo; mas isso não conduz a uma situação em que, coletivamente, sejamos donos de nosso destino. Ao contrário: como em nenhum outro momento anterior, o futuro se parece cada vez menos com o passado, e em certos aspectos básicos, tornou-se muito ameaçador (BECK, 1997, p. 10).

⁷⁵ Segundo Freud (2011), "o sofrer nos ameaça a partir de três lados: o próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos" (p. 20).

Em outros termos, o conceito de risco, tal como ele o é desenvolvido pela sociologia reflexiva de Ulrich Beck, designa uma fase de desenvolvimento alcançada pelas sociedades modernas em que os potenciais de riscos e de ameaças socioeconômicas e políticas tendem a escapar do controle e domínio dos atores e agentes sociais, quer sejam estes as instituições sociais ou os próprios indivíduos: “no contexto da teoria social e do diagnóstico cultural, o conceito de sociedade de risco designa uma fase da modernidade na qual as ameaças que foram se produzindo com o desenvolvimento da sociedade industrial começam a predominar” (BECK, 1997, p. 19).

A rigor, isso significa que, em tempos de globalização, tanto as oportunidades assim como as ameaças e incertezas biográficas que outrora eram possíveis de serem compensadas e atenuadas no grupo familiar – em seu modelo clássico de família nuclear -, ou recorrendo-se à classe social, ou ao Estado, hoje têm de ser continuamente percebido, interpretado e manejado pelos próprios indivíduos. Porém, a dimensão do problema ainda não se finda, pois devido a complexidade e ao dinamismo das sociedades modernas globalizadas, de um mundo marcado por rápidas e ininterruptas modificações, a vulnerabilidade dos indivíduos se reflete na complexidade e dificuldade de se dominar todas as oportunidades arriscadas disponíveis sobre uma base cognitiva de pensamento e ação bem fundada, certa e segura.

Assim sendo, o indivíduo moderno contemporâneo “deve viver, está obrigado a viver, em um ambiente de risco no qual o conhecimento e as mudanças vitais são precárias” (BECK, 2003, p. 13). Trata-se, portanto, do retorno acentuado da incerteza, de um conhecimento incerto e ambivalente, por meio do qual se vislumbra um horizonte normativo de certezas perdidas e de confiança abalada e violada:

Na sociedade industrial, a ordem civil, o estado do bem-estar e o estado assistencial estão sujeitos à exigência de fazer as situações da vida humana controláveis pela racionalidade instrumental, disponíveis (individual e legalmente) explicáveis. Por outro lado, na sociedade de risco o imprevisível e os efeitos derivados desta demanda de controle conduzem, ao que se havia considerado superado: o âmbito da incerteza, da ambivalência, em uma palavra, da alienação (BECK, 1997, p. 24).

Tal como já fora abordado nos capítulos anteriores, portanto, intenta-se demonstrar ser exatamente diante da singularidade histórica do tempo presente do processo de modernização

nacional brasileiro que será possível de identificarem-se as dimensões sócio-estruturais afins às conexões de sentido referentes à especificidade do reavivamento religioso ressignificado contemporâneo, das novas formas emergentes de institucionalidade religiosa e da nova semântica sociocultural que passa a assumir o espírito combativo da guerra expresso na luta social contra a figura do diabo.

Os meios para se compensar e minimizar o teor do sofrimento e das sensações de mal-estar produzidos pela própria cultura moderna, somente podem ser obtidos através do uso de medidas paliativas que sejam capazes de alivia-las. Oferecendo aos indivíduos alguma sensação de conforto, proteção e segurança que, quando apreendidas no interior da singularidade da experiência histórica brasileira, possuem também fecundas raízes que se remetem ao peso da tradição, ainda que se trate de tradições ressignificadas. Refiro-me ao papel desempenhado pela presença da figura paterna e protetora do patriarca que ainda subsiste no imaginário popular brasileiro.

Falar em termos de impactos e efeitos colaterais desencadeados com o avanço dos processos de modernização em tempos de globalização contemporânea sobre a sociedade brasileira, portanto, não equivale ao mesmo que dizer-se que as manifestações e os demais resquícios tradicionais, em termos de mentalidades e formas de sociabilidade pretéritas, tenham desaparecido por completo ⁷⁶. Assim também se apreende das considerações de Ianni (2011b):

Os horizontes abertos pela globalização iluminam o presente e recriam o passado. Grande parte do passado conhecido e desconhecido é recriado pelo presente. Uma ruptura histórica excepcional como a globalização em curso no limiar do século XXI, institui todo um novo parâmetro para a inteligência e a invenção do passado. É como se o presente fosse longe, em busca de suas origens, raízes. Ao mesmo tempo em que se nega ou recria o passado reconhecido, busca-se o primordial escondido (p. 298).

Deve-se ter claro, no entanto, que é da própria constituição da psique humana a busca por medidas compensatórias às frustrações das expectativas ideais do “eu”, aos

⁷⁶ Como muito bem é lembrado por Giddens (1991), a tradição se apresenta como uma espécie de substrato oculto da modernidade. Assim sendo, deve-se ter em mente que a tradição não representa necessariamente um elemento característico de condições pré-modernas: “a orientação para o passado que é característica da tradição não difere da perspectiva da modernidade apenas em ser voltada para trás ao invés de para frente; esta é de fato uma maneira muito rudimentar de expressar o contraste. Pelo contrário, nem o ‘passado’ nem o ‘futuro’ são um fenômeno discreto, separado do ‘presente contínuo’, como no caso da perspectiva moderna. O tempo passado é incorporado às práticas presentes” (p. 95). Portanto, os valores tradicionais ressignificados no tempo histórico presente, assumem uma relativa importância do ponto de vista da seguridade ontológica, pois “a tradição é rotina [...] mas ela é rotina que é intrinsecamente significativa, ao invés de um hábito por amor ao hábito, meramente vazio” (GIDDENS, 1991, p. 95).

constrangimentos sociais, aos vazios e demais sensações de desamparo e de mal-estar. Ademais, também é intrinsecamente inerente à espécie humana, a tentativa de se dominar e controlar as forças incógnitas e superiores do “destino” e do “acaso”, a fim de que possam obter sensações de conforto, proteção, segurança e certeza. Para o caso de uma sociedade que pode ser apreendida como sendo uma sociedade de “modernidade frágil”, isto é, de “uma sociedade dividida de muitos modos, marcada pela diversidade de tempos que se adiantam e que se atrasam, negando-se, por isso, na falta de coerência, ainda que, aparente, que é tão característico das sociedades propriamente modernas” (MARTINS, 2011, p. 10), as respectivas esferas dos mundos da vida dos filhos da liberdade que compõe a base da estrutura social brasileira, se caracterizam pela luta cotidiana para se viver uma vida que perpassa pela dificuldade de se “compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido” (MARTINS, 2011, p. 10).

Nesse sentido, é possível de se dizer que a figura paterna e protetora ainda subsiste no imaginário popular brasileiro como sendo aquele a quem se recorre em tempos difíceis e ante às demais circunstâncias socioeconômicas adversas. Ainda que, no entanto, não mais se mantenha com ele um laço ou vínculo de compromisso absoluto, unívoco e irrevogável de lealdade e de sujeição servil. Tal como fora apreendido por Freud (2011), a religião carrega consigo exatamente a presença dessa figura paterna e protetora, sendo um meio compensatório de defesa e de autoproteção em relação ao desamparo que os indivíduos não deixam de perceberem em si mesmos em seus respectivos sentimentos de vulnerabilidade ante ao curso errático da vida:

Quanto às necessidades religiosas, parece-me irrefutável a sua derivação do desamparo infantil e da nostalgia do pai despertada por ele, tanto mais que este sentimento não se prolonga simplesmente desde a época infantil, mas é duradouramente conservado pelo medo ante ao poder superior do destino, apresenta-se-nos como uma tentativa inicial de consolação religiosa, como um outro caminho para negar o perigo que o Eu percebe ameaça-lo do mundo exterior (FREUD, 2011, p. 16).

Contemporaneamente, portanto, essa parcela significativa de indivíduos que foram subintegrados aos valores e modos de comportamento, pensamento e ação eminentemente modernos, travam uma árdua luta cotidiana quase que destituídos de garantias, certezas e

perspectivas claras em relação ao futuro, constituindo-se em uma vida na qual “tudo parece falso e falsificado, até mesmo a esperança, porque só o fastio e o medo parecem autênticos” (MARTINS, 2011, p. 10). Porém, ainda assim são obstinados em seus próprios propósitos de mudarem de vida e de fazerem sua própria história, pois vivem, convivem, desejam e aspiram por mobilidade social e autorealização pessoal. Internalizaram o senso do cálculo baseado nas relações entre meios e fins e lutam para saírem do pântano da desesperança. Isto posto, passemos à análise na nova semântica sociocultural da luta social travada contra a figura do diabo na Igreja Universal do Reino de Deus.

4.1 – A expansão pentecostal no Brasil ante aos encontros e desencontros dos processos de modernização nacional

A religião, tal como já fora abordada por Bodei (2004), não deixa de representar um valor em relação ao futuro, baseado no tempo de espera, da vigília, da redenção e da iminência no reino de deus. Porém, o segmento religioso evangélico pentecostal e, posteriormente, sua variante e ramificação neopentecostal, se expande em correlata sintonia com as formas modernas de exclusão, denegação e violação de direitos engendrados pela própria dinâmica da sociedade moderna capitalista.

Ademais, por mais que o pentecostalismo tenha sofrido mudanças e alterações ao longo do século XX, passando pelas já classicamente conhecidas três ondas ou fases de expansão e chegando até o neopentecostalismo, este não deixou de trilhar aquela que seria sua vocação inicial: a de atender as demandas das classes e camadas sociais compostas por indivíduos subintegrados à sociedade moderna no transcorrer dos processos de modernização nacional brasileiro ⁷⁷. E procurando-se construir, assim, um espaço social em que amplos e expressivos segmentos populacionais pudessem atenuar os efeitos colaterais da pressão civilizacional moderna, assim como dos demais mecanismos sócio-institucionais que os segregaram: “no caso da América Latina e especialmente no brasileiro, o pentecostalismo foi capaz de atender as demandas de uma nova periferia urbana que se formava em virtude de uma maciça migração do campo para a cidade” (ARENARI; TORRES, 2010, p. 276).

⁷⁷ Sobre esse assunto é significativo ver o trabalho de Brand Arenari e Roberto Torres: *Os batalhadores e o pentecostalismo: um encontro entre classe e religião*, p. 271-308. In: SOUZA (2010). Assim como também é significativo ver: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

Seguindo-se por essa mesma via de interpretação, também encontraremos as considerações de Prandi (1996), ao tratar do processo de reencantamento do mundo por meio da revalorização da magia na sociedade brasileira, assim como também é possível de se apreender das considerações de Mariano (2010.):

Com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento e esperança diante de situação tão desesperadora, os estratos mais pobres, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os mais marginalizados – distantes do catolicismo oficial, alheios de sindicatos, desconfiados de partidos e abandonados à própria sorte pelos poderes públicos -, têm optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais. Nelas, encontram receptividade, apoio terapêutico-espiritual e, em alguns casos, solidariedade material (p. 12).

No começo do século XX, o pentecostalismo originário do protestantismo começa a se singularizar, dentre outros aspectos, pelo desenvolvimento de um caráter mais sectário em relação ao protestantismo histórico. Fazendo da dissidência religiosa um dos processos recorrentes para a solução de divergências internas entre as várias interpretações bíblicas e ascensão de novas lideranças carismáticas (ALMEIDA, 2009) ⁷⁸. Desde suas origens em solo

⁷⁸ De acordo com Júnior (1995), as origens do pentecostalismo remetem-se aos Estados Unidos. A origem da palavra advém de pentecostes. Evento caracterizado pela efusão do Espírito Santo cinquenta dias após a ascensão de Cristo, e cuja narrativa bíblica pode ser encontrada no livro de Atos, capítulo segundo, quando os apóstolos se encontram em Jerusalém. Embora tenha surgido por volta de 1901, o autor atenta-se para o aspecto de que “pode-se considerar que a semente do pentecostalismo já estava plantada no protestantismo norte-americano através dos movimentos avivalistas dos séculos XVIII e XIX”, haja vista que os pregadores itinerantes já reconheciam a crença quanto às promessas do “derramamento do Espírito Santo” (JÚNIOR, 1995, p. 20-21). Com relação às origens doutrinárias, destaca-se a influência exercida pelos trabalhos do metodista John Wesley, sobretudo no que diz respeito ao dever dos homens em dedicar-se à santificação. Posteriormente, já em meados do século XIX, ainda nos Estados Unidos, a separação com os metodistas carismáticos é acompanhada pelo surgimento dos movimentos religiosos de santificação, sendo que a cisão doutrinária é devida à distinção entre as noções de conversão e a de santificação. . Em relação ao batismo do Espírito santo, este se remete ao sinal característico da *glossolalia* – falar em línguas “estranhas”. Sendo que, segundo Junior (1995), a primeira experiência histórica documentada de tal ação, se fez no ano de 1901, durante a vigília de Agnez Ozman (uma das alunas de Parham, fundador do Lar de Curas de Betel, em 1898, e do Colégio Bíblico de Betel, em 1900, ambos na cidade de Topekas, Kansas). Entretanto, tal como nos é apresentado por Almeida (2009), o início do reavivamento pentecostal dataria de 1906, na Rua Azuza, em Los Angeles, Estados Unidos. O evento teria se realizado logo após a pregação em que W. J. Seymour afirmava a necessidade de se recuperar a experiência da *glossolalia* ou falar em línguas. Sendo que esta ação seria uma espécie de evidência externa de que uma pessoa haveria sido batizada com o Espírito Santo. Ademais, Mariano (2010), também ressalta que o pentecostalismo é herdeiro do metodismo wesleyano, assim como do movimento “*holiness*” norte-americano. Distinguindo-se do protestantismo histórico, grosso modo, por ter como base doutrinária a ênfase sobre os dons do Espírito Santo; com destaque especial para os dons de falar em línguas (*glossolalia*), curas espirituais e o discernimento dos espíritos. Ou seja, os pentecostais concebem que a divindade, por intermédio do Espírito

brasileiro, o pentecostalismo já se singularizava pela sua base sociopopular. A Congregação Cristã do Brasil foi à primeira igreja pentecostal a chegar ao Brasil; em 1910, junto com o imigrante italiano Luigi Francescon, que trouxe o pentecostalismo dos Estados Unidos, após ter atuado como um dos fundadores da igreja presbiteriana italiana em Chicago. Após dirigir-se primeiramente à Argentina em 1909, juntamente com seu irmão G. Lombardi, chega ao Brasil (em Santo Antônio da Platina, no Estado do Paraná, e depois em São Paulo, ao pregar na igreja presbiteriana do Brás, gerando um cisma entre os presbiterianos).

Com novos adeptos, sendo a grande maioria composta por imigrantes italianos, Francescon fundou a Congregação Cristã do Brasil ⁷⁹. Pouco tempo depois, em 1911, a missão pentecostal sueca introduz, no Pará, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus. E, assim sendo, se inicia o pentecostalismo brasileiro, com a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil.

Assim sendo, já é possível de se notar que o próprio conteúdo moral valorativo presente no pentecostalismo o torna, também, afim à adesão por parte de uma base sociopopular. Pois promoveu a recuperação de uma dimensão do cristianismo do primeiro século e que esteve ausente tanto no catolicismo romano como no protestantismo histórico, qual seja: os “dons” do Espírito Santo, manifesto no êxtase religioso vivenciado pelos discípulos de Cristo logo após sua ascensão aos céus.

Desde o início do século XX, tanto a Assembleia de Deus assim como a Congregação Cristã do Brasil se singularizaram pelo forte espiritualismo e a necessidade de afastamento do mundo ⁸⁰, sobretudo com relação às questões de ordem política. Embora não significando em total indiferença às questões mundanas, haja vista de durante o regime militar pós-64, tem se verificado uma postura de maior convivência com o *status quo* e à ordem constituída (ALMEIDA, 2009).

Santo e em nome de Jesus Cristo, age de maneira semelhante à sua forma no cristianismo primitivo, por meio da cura de enfermos, exorcismos de entidades malignas, distribuição de bênçãos e dons espirituais, realização de milagres e etc.

⁷⁹ Segundo Almeida (2009), são nove os dons do Espírito Santo que configuram aquilo que se denomina como doutrina pentecostal, e cuja referência bíblica se encontra na primeira epístola do apóstolo aos Coríntios (12, 4-11): “Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo; diversos modos de ação, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. A um espírito da a mensagem de sabedoria; a outro, a palavra de ciência segundo o mesmo Espírito; a outro, o mesmo Espírito dá a fé; a outro ainda o único e mesmo Espírito concede o dom das curas; a outro, o poder de fazer milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento de espíritos; a outro, o dom de falar em línguas; a outro ainda, o dom de as interpretar. Mas é o único e mesmo Espírito, que isso tudo realiza, distribuindo a cada um dos seus dons, conforme lhe apraz” (p. 26).

⁸⁰ Tal como nos diz Mariano (2004), “[...] de início, na condição de grupos religiosos minoritários em terreno ‘hostil’, ambas as igrejas se caracterizavam pelo anticatolicismo, por radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo” (p. 123).

Todavia, por quase três décadas, a Congregação Cristã do Brasil teve seu público alvo restrito aos imigrantes italianos, fazendo, inclusive, pregações na língua italiana. Mantendo-se, portanto, à parte do restante da população brasileira. Ademais, esta denominação religiosa, até então, nunca havia se utilizado do rádio, da televisão, da literatura e de campanhas de evangelização para a realização de seu proselitismo religioso. Segundo Almeida (2009), tal postura é devido ao legado calvinista da doutrina da predestinação, posto que os indivíduos já tendo a convicção de serem um dos escolhidos como eleitos pelos desígnios divinos, não haveria a necessidade do uso de uma evangelização mais ofensiva ⁸¹. Conduzida esta exatamente contrária à realizada pela Assembleia de Deus que, desde o início, assumiu de imediato o proselitismo religioso e a preocupação em se arrebanhar novos fiéis (MARIANO, 2004).

Já em meados da década de 1950, dá-se início ao processo convencionalmente denominado de segunda fase do pentecostalismo brasileiro, em que se destaca a expansão e a diversificação de suas instituições religiosas. Nela já se torna observável um movimento de maior flexibilização e liberalização de tradicionais modos de vida, comportamentos sociais e costumes em relação ao pentecostalismo clássico do início do século. Com a chegada do missionário norte-americano Harold Williams ao Brasil, em 1951, funda-se a Igreja do Evangelho Quadrangular; ainda que sua fundação oficial se date de 1953 (ALMEIDA, 2009) ⁸².

A peculiaridade da Igreja do Evangelho Quadrangular em relação às suas precedentes se deve ao curioso fato de ela ter sido idealizada e fundada por uma mulher; a canadense Aimeé Semple MacPherson. Esta denominação religiosa evangélica, ao contrário das demais instituições cristãs que se debatem sobre o pastorado feminino, não reprime o surgimento de lideranças carismáticas femininas, pois concebem que o “carisma do Espírito Santo é distribuído indiferenciadamente no âmbito da igreja”. (ALMEIDA, 2009, p. 32). Ainda que, paradoxalmente, pregue uma “doutrina na qual a mulher ocupa, na esfera familiar, uma posição de submissão em relação ao homem” (ALMEIDA, 2009, p. 32). Ademais, deve-se também mencionar que a Igreja do Evangelho Quadrangular acentuou ainda mais a dimensão das “curas divinas”:

⁸¹ De acordo com Almeida (2009), a doutrina calvinista da predestinação estaria presente apenas nessa denominação religiosa pentecostal brasileira, devido à origem italiana de seu fundador.

⁸² Trata-se da primeira denominação religiosa evangélica pentecostal de origem norte-americana a se instalar no Brasil. Assim como a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil, as duas denominações que iniciaram o pentecostalismo brasileiro, a Igreja do Evangelho Quadrangular é oriunda do movimento de dissidência no interior de outra igreja protestante histórica.

Liderando a ‘Cruzada Nacional de Evangelização’, o Evangelho Quadrangular imprimiu, nos primeiros anos de atividade, uma forte prática evangelista, na qual a cura e os milagres eram o atrativo principal. Tudo isso podia ser visto em grandes tendas improvisadas como templos. Com elas, foi possível levar a mensagem pentecostal a inúmeras cidades do país. Além disso, pastores de outras igrejas já estabelecidas no país aderiram à ‘Cruzada’(...), engrossando ainda mais o número dos que proclamavam a fé pentecostal. (ALMEIDA, 2009, p. 32-33).

Assim sendo, por meio da “Cruzada Nacional de Evangelização”, deu-se início ao evangelismo focado na pregação da cura divina, “seguindo o bem-sucedido movimento de cura pregado nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial” (MARIANO, 2004, p. 123). Da dissidência em relação à Igreja do Evangelho Quadrangular, o pastor Manuel de Mello (que também já havia passado pela Assembleia de Deus), funda em 1956, a igreja o Brasil para Cristo. Sendo que, nos anos de 1960, esta deu origem a duas outras denominações pentecostais: a Deus é Amor, fundada pelo missionário David Miranda, em 1962; e a Casa da bênção, de Daniel Oliveira, fundada em 1964 (MARIANO, 2010) ⁸³.

A despeito das distintas terminações para se referir ao pentecostalismo no Brasil, é possível de se identificar alguns pontos de convergência entre as suas variadas abordagens. É consensual entre os teóricos e pesquisadores da área de sociologia da religião no Brasil, mencionarem Paul Freston (1993) como sendo o primeiro pesquisador brasileiro a formular uma periodização sobre o movimento de expansão pentecostal brasileiro. Ao investigar o desempenho e a atuação dos evangélicos durante a Assembleia Nacional Constituinte, Freston (1993) demonstra que a expansão pentecostal no Brasil se deu por meio de três ondas, a saber: a) de 1910 a 1950, como sendo o período de formação e de enraizamento das igrejas pentecostais; b) de 1950 a 1980, como sendo um momento caracterizado pela fragmentação e diversificação das igrejas pentecostais; e, c) de 1980 até o tempo presente, que seria o momento no qual se acentua a presença de tais instituições religiosas na esfera pública política, nos meios de comunicação de massa, assim como dos conflitos religiosos diante do acirramento concorrencial interinstitucional.

⁸³ Com relação à Igreja Pentecostal Deus é Amor, fundada pelo migrante paranaense Davis Miranda, esta inicia seus trabalhos de evangelismo eletrônico logo após a aquisição da Rádio Tupi de São Paulo no momento em que se inicia o declínio do famoso “império” Chateaubriand. Desse modo, suas mensagens religiosas passaram a ser vinculadas à cidade de São Paulo e retransmitidas para o restante do território nacional. Porém, deve ser ressaltado que, de acordo com Júnior (1995), até meados da década de 1960, o uso da televisão era concebido majoritariamente pelos pentecostais como sendo “uma coisa mundana e do Diabo” (p. 43).

Entretanto, Ricardo Mariano (2010), atenta-se para o processo de mudança e de ressignificação dos perfis do pentecostalismo brasileiro ao apreender aquela terceira onda pentecostal proposta por Freston (1993), como sendo neopentecostal ou neopentecostalismo. Grosso modo, a primeira onda proposta por Freston (1993) é concebida por Mariano (2010) como pentecostalismo clássico, ao passo que a segunda onda pentecostal de Freston (1993) é concebida como sendo deuteropentecostalismo por Mariano (2010). Enquanto que, por fim, ao que Freston (1993) denomina de terceira onda pentecostal, Mariano (2010) a concebe como neopentecostalismo.

Segundo Mariano (2010), o pentecostalismo clássico se refere às primeiras igrejas pentecostais que se estabeleceram no Brasil; a Congregação Cristã e a Assembleia de Deus. Sendo que a designação terminológica clássica se remete mais à ideia de pioneirismo histórico. Em termos de conteúdos, retrata a institucionalização do campo religioso através da transformação das comunidades religiosas sectárias em instituições (igreja), assim como à correlata rotinização do carisma por meio da criação de um corpo de funcionários religiosos especializados, a fim de se conter as manifestações carismáticas de demais movimentos dissidentes.

No que diz respeito aos valores e princípios teológicos e doutrinários básicos, destaca-se a ênfase sobre os dons de se falar em línguas, comportamento radical sectário e ascetismo de rejeição do mundo, ainda que para o caso da Assembleia de Deus, porém, nota-se o quanto esta instituição religiosa se mostrou mais flexível às ressignificações dos modos e estilos de vida, condutas e comportamentos sociais que se seguiram no transcorrer dos processos de modernização nacional brasileiro, tais como o ingresso na política partidária, o uso do rádio enquanto meio de difusão de suas mensagens evangélicas após a década de 1950 e da televisão, na busca por poder e maior visibilidade pública.

Já o deuteropentecostalismo, que se inicia na década de 1950 em São Paulo com a igreja do Evangelho Quadrangular à frente da “Cruzada Nacional de Evangelização”, centra-se sobre as mensagens da “cura divina” difundida por meio do rádio, do evangelismo itinerante em tendas de lona, grandes concentrações de pessoas em praças públicas, estádios de futebol e ginásios. Tendo como base a ênfase sobre as “curas divinas”, surgem a Igreja Pentecostal o Brasil para Cristo, a Igreja pentecostal Deus é Amor, a Casa da Bênção, dentre outras. Com relação às distinções teológicas e princípios doutrinários básicos existentes entre essas duas primeiras “ondas pentecostais”, destaca-se a ênfase sobre os distintos dons do

Espírito Santo. Isto é, na primeira sobressai o dom de falar em línguas, ao passo que, na segunda, têm-se a ênfase sobre o discurso das “curas divinas”.

Nesse sentido, tendo-se como base a classificação proposta por Mariano (2010), o neopentecostalismo corresponde a um movimento religioso derivado do fracionamento pentecostal que se inicia por volta da segunda metade dos anos 1970. Tendo na Igreja de Nova Vida; fundada pelo pastor canadense Robert McAlister, a matriz originária das seguintes igrejas: Universal do Reino de Deus (1977), Internacional da Graça de Deus (1980) e Cristo Vive (1986). As principais características peculiares ao neopentecostalismo são: a) exacerbação da guerra espiritual contra o diabo; b) pregação da teologia da prosperidade; e, c) liberalização de tradicionais usos e costumes.

Em outros termos, pode-se dizer que o pentecostalismo em sua nova forma que se inicia a partir da década de 1980, passa a se singularizar não somente pela acentuação de uma participação mais ativa em diversos setores da sociedade brasileira (tais como o uso dos grandes meios de comunicação de massa e da esfera política partidária), mas também, pela sua maior facilidade de flexibilização aos novos modos e estilos de vida. Carregando consigo, portanto, traços de maior facilidade adaptativa a uma sociedade que se encontrava em franco processo de urbanização acelerada desde meados da década de 1950.

O processo expansionista das instituições religiosas evangélicas pentecostais e neopentecostais não deixam de surpreender pelo seu acelerado crescimento após, sobretudo, a década de 1970. De acordo com os dados compilados e apresentados por Almeida (2009), o censo institucional evangélico de 1992, constatou a existência de 52 igrejas evangélicas, sendo 37 delas pentecostais. Entre estas, vinte surgiram depois de 1970, ao passo que somente cinco foram fundadas no período de 1910 a 1940 e doze entre 1950 e 1967. Para o período compreendido entre 2002 a 2003, em levantamento realizado somente no município de São Paulo por Almeida (2009), por exemplo, foi constatada a existência de 3.351 templos de 26 denominações evangélicas (protestantes históricas e carismáticas, pentecostais e neopentecostais). Sendo que entre as denominações evangélicas neopentecostais, a Igreja Universal do Reino de Deus sai na frente com um total de 198 templos situados somente na cidade de São Paulo.

Ademais, de acordo com os dados dos Censos Demográficos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – analisados por Mariano (2004) e Pierucci (2004) até os anos 2000, é possível de se constatar que os evangélicos na década de 1940 perfaziam apenas 2,6% da população brasileira. Já em 1950, avançaram para 3,4%, ao passo que em 1960 foram

para 4%, 5,2% em 1970, 6,6% em 1980, 9% em 1991 e 15% em 2000 (ano este em que somavam 26.184.941 milhões de pessoas, apresentando uma taxa de crescimento médio anual de 7,9% do conjunto total dos evangélicos entre 1991 e 2000). Deste montante, os principais responsáveis por tal sucesso proselitista foram os pentecostais, que cresceram 8,9% anualmente, enquanto que os protestantes históricos atingiram a cifra de 5,2%, sendo que os pentecostais perfazem dois terços do total de evangélicos no país.

Por outro lado, também é conveniente de ser mencionado que, apesar do elevado número de denominações pentecostais existentes no país, a Assembleia de Deus, a Congregação Cristã do Brasil e a Igreja Universal do Reino de Deus, juntas, concentram aproximadamente 75% dos pentecostais no Brasil. Já para o caso do último Censo de 2010, realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, os evangélicos alcançaram a marca de 19,2%, passando de 26.184.941 milhões de pessoas em 2000, para 42.275.440 milhões de pessoas em 2010.

4.2 – O caso da Igreja Universal do Reino de Deus

A separação entre Estado e igreja no Brasil ocorreu com o advento do regime republicano, tendo como resultado, ao menos em termos jurídicos ⁸⁴, a garantia legal de liberdade e pluralidade religiosa, e a defesa da tolerância religiosa. Promovendo, assim, uma ruptura com o monopólio católico e o acirramento da concorrência interinstitucional. Porém, a situação concorrencial em meio a um contexto religioso pluralista no Brasil, consolidou-se efetivamente somente na segunda metade do século XX, sendo que daí por diante:

[...] várias igrejas pentecostais, no afã de superar a concorrência religiosa e de atingir metas evangelísticas as mais ambiciosas, [...] vêm fazendo de um modelo de organização e gestão denominacional de molde empresarial, cujo efeito é acentuar ainda mais a concentração e verticalização do poder eclesiástico e a centralização administrativa e financeira (MARIANO, 2003, p. 115).

⁸⁴ Digo ao menos juridicamente porque, na prática, de acordo com o trabalho de Mariano (2003), também é possível de se verificar os persistentes traços de conservadorismo sociopolítico presentes na sociedade brasileira diante da “longa via-crúcis percorrida pela liberdade religiosa no país” (p. 112-113), haja vista que as perseguições policiais aos cultos afro-brasileiros persistiram até meados dos anos 1950.

Aquilo que passa a ser até então algo inédito no cenário religioso brasileiro que começa a se configurar a partir de meados da década de 1980, “é o início da transformação de pequenas seitas pentecostais, mal organizadas e desprovidas de corpo burocrático, em empresas produtoras de bens de salvação, administradas segundo a lógica do mercado” (MARIANO, 2003, p. 118). Sendo que, dentre elas, destaca-se o surpreendente processo expansionista da Igreja Universal do Reino de Deus, sobretudo após o seu grande sucesso empresarial e midiático constatado a partir de meados da década de 1990. Afinal, tal como também se indaga Mariano (2003), “como podia uma desconhecida seita pentecostal nascida no subúrbio carioca apenas 13 anos antes, cujo primeiro templo funcionara no salão de uma acanhada ex-funerária repentinamente desembolsar 45 milhões de dólares na compra de uma tradicional emissora paulista de TV?” (p. 119).

A Igreja Universal do Reino de Deus foi fundada em 1977, na zona norte do Rio de Janeiro, em um pequeno salão no qual anteriormente funcionava uma pequena funerária. Em menos de três décadas, transformou-se no mais surpreendente e bem-sucedido fenômeno religioso brasileiro, atuando de maneira destacada no cenário político e nas grandes mídias de massa. Ressaltando-se que, até então no país, nenhuma outra instituição religiosa e evangélica houvera crescido de modo tão acelerado e em um intervalo tão curto de tempo. Segundo Mariano (2004), entre os anos 1980 e 1989, o número de templos pertencentes à Igreja Universal no país cresceu 2.600%, sendo sua distribuição espacial e geográfica concentrada nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador. Já por volta da década de 1990, passou a cobrir todos os estados do território nacional, período no qual passou a apresentar uma taxa de crescimento anual de 25,7%. Possibilitando seu salto surpreendente de 269 mil para 2.101.887 adeptos em todo o território nacional.

Seu principal líder e fundador, o fluminense Edir Bezerra Macedo, tornou-se crente evangélico aos dezoito anos de idade quando ingressou na Igreja de Nova Vida, sendo que antes de sua “conversão”, era católico e também frequentava a umbanda. Permaneceu na Igreja de Nova Vida de 1963 a 1975, quando a deixou para fundar a Cruzada do Caminho Eterno e dois anos depois, em 1977, após uma nova cisão, funda a Igreja Universal do Reino de Deus juntamente com seu cunhado Romildo Soares (este que, em 1980, saiu da denominação para fundar a Igreja Internacional da Graça de Deus e ficando popularmente conhecido como R.R. Soares) e Roberto Augusto Lopez que, em 1987, retornou à Igreja de Nova Vida ⁸⁵. A partir de 1980, a Igreja Universal do Reino de Deus implantou o modelo de

⁸⁵ Roberto Augusto Lopez foi o primeiro parlamentar eleito pela Igreja Universal do Reino de Deus para o Congresso Nacional. Tornando-se deputado federal na Assembleia Nacional Constituinte (ORO; CORTEN;

governo eclesiástico episcopal, sendo que Edir Macedo passou a assumir o posto de bispo primaz e o cargo vitalício de secretário geral do presbítero. Posto que somente renunciaria em meados da década de 1990, a fim de evitar com que as sanções penais contra si pudessem atingir a igreja.

O governo vertical e centralizado adotado pela Universal coíbe não somente a autonomia decisória de seus membros, mas também de seu corpo de pastores. Ela tem adotado o modelo de governo eclesiástico episcopal, sendo uma forma de distribuição do poder altamente hierarquizada e centralizada. Estando as decisões internas dos assuntos ligados à igreja restritos e sobrepostos à consulta e participação de seus membros e fiéis. Um de seus bispos; o ex-deputado federal Carlos Rodrigues (antigo PL do RJ), diz:

[...] democracia dentro da igreja não funciona. Eu não vejo a igreja dessa forma democrática. Você não pode fazer uma Assembleia pra perguntar, pra saber se o pastor deve comprar um órgão ou abrir um programa de televisão ou de rádio. Todas as igrejas democráticas não crescem [...], porque uma ovelha não pode mandar no pastor (Apud MARIANO, 2003, p. 116).

Assim sendo, os leigos também não participam da escolha de seus dirigentes pastorais, nem das instâncias de poder que selecionam os membros do clero e definem os critérios que regulam o acesso aos cargos eclesiásticos. Por outro lado, segundo Mariano (2004), todos seus funcionários, pastores titulares e auxiliares, são constantemente remanejados de seus respectivos locais de trabalho, a fim de que se evite “que eles fidelizem os membros da congregação a seu comando pessoal, o que pode gerar cisões” (p. 136).

Além do carisma de suas principais lideranças religiosas, antes ao que ocorre com o modelo congregacional protestante (em que os templos possuem relativa autonomia administrativa e financeira, por meio da qual se pagam os custos e demais despesas da igreja e, às vezes, os sustentos de seus pastores), para o caso da Igreja Universal, o dinheiro arrecadado com dízimos, ofertas e demais campanhas de “sacrifícios” vai para uma espécie de caixa único, sobre o controle administrativo do Conselho dos Bispos, que o gere de um modo

DOZON, 2003). Ademais, de acordo com Mariano (2010), no princípio da formação da Universal, Romildo Soares era seu líder e principal pregador, mas “sua liderança, contudo, logo começou a ser questionada pelo estilo autoritário e centralizador de Macedo, bem como pelo seu carisma, dinamismo e pragmatismo” (p. 56). Em resultado disso, em finais dos anos 70 do século passado, Macedo propôs que a disputa fosse decidida por meio de votação do presbítero, vencendo o pleito. Daí, R.R. Soares desligou-se da Universal e fundou, em 1980, a Igreja Internacional da Graça de Deus, seguindo-se os mesmos moldes de sua antecessora.

estritamente racional (ALMEIDA, 2009). Nesse sentido, tem-se um modelo de estrutura organizacional de tipo burocrático, cuja distribuição do poder em moldes piramidal e hierárquico se assemelha muito com o modelo organizacional da Igreja Católica Apostólica Romana.

A Igreja Universal do Reino de Deus transformou-se, talvez, na mais importante das novas igrejas neopentecostais, em especial devido à sua surpreendente expansão nas três últimas décadas. Desde sua fundação, em 1977, ela passou por um contínuo processo de expansão ⁸⁶. Oito anos após a sua fundação, a igreja já contava com aproximadamente 356 templos, e doze anos depois, com 571. Em 1989, a Universal adquiriu a Rede Record de São Paulo por 45 milhões de dólares, sendo que por volta de 1992 já possuía o equivalente a 14 emissoras de rádio, uma gráfica, uma construtora, dois jornais e cerca de 700 templos espalhados por todo o território nacional (sendo alguns deles extremamente luxuosos, sobretudo aqueles localizados nas grandes capitais e bairros de classe média) ⁸⁷. Em 2002, já eram o equivalente a sete mil templos e 14 mil pastores. Com relação à sua expansão em nível internacional, a Universal se destaca por sua presença em mais de 80 países e mais de 1000 templos espalhados no exterior até meados de 2001. Sendo possível de se estimar globalmente os números por continentes em 300 para a América Latina, 200 para a Europa, de 350 a 400 para a África e 100 para os Estados Unidos (ORO, CORTEN; DOZON, 2003).

⁸⁶ Com relação a seu imenso patrimônio acumulado, a Igreja Universal é proprietária de várias empresas: TV Mulher, Rede Record (com 63 emissoras, sendo 21 delas de sua própria posse privada), 62 emissoras de rádio no Brasil, Gráfica Universal (que publica o jornal *Folha Universal* e cuja tiragem média mensal supera a cifra de 1,5 milhão de exemplares), Editora Universal Produções, Ediminas S/A (que edita o jornal *Hoje em Dia*, de Belo Horizonte), a gravadora Line Records, Uni Line (empresa de processamento de dados), Frame (produtora de vídeos), New Tour (agência de viagens), dentre outras (MARIANO, 2004). Para além destas, ela também é proprietária de duas instituições financeiras; *Invest Holding* e *Cable Invest*, com sedes em paraísos fiscais do Reino Unido: Ilhas Caiman e Jersey – Channel Islands – (ORO, 2006). Ademais, também é inegável que ela surge como uma igreja midiática e, hoje, não deixa de surpreender sobre os números que atestam sobre a posse e domínio desses bens: “[...] é detentora de duas redes de televisão: a Record, com 63 emissoras, sendo 21 de sua propriedade, e a Mulher, presente em 85% das capitais brasileiras e em cerca de 300 municípios. Exporta seus programas para vários países (especialmente México, Chile, Panamá, Equador, Venezuela, Colômbia e Porto Rico). É também proprietária de 62 emissoras de rádios no país. No exterior, possui emissora de rádio e TV em vários países, entre os quais Portugal, Argentina, Moçambique e África do Sul. No que tange à mídia impressa, difunde o jornal *Folha Universal* (cuja tiragem supera a cifra de 1,5 milhão de exemplares), edita as revistas *Ester*, *Mão Amiga* e *Plenitude*; é proprietária de uma gráfica (Editora Gráfica Universal) e de uma editora (Universal Produções; pela qual Edir Macedo publicou seus 34 livros). No exterior, é proprietária dos jornais: *Tribuna Universal* em Portugal; *Universal News* e *Pare de Sofrir*, na África do Sul; *Pare de Sofrir* no Chile e na Bolívia; *Tribune Universalle*, na França” (ORO, 2006, p. 324).

⁸⁷ De acordo com Oro (2006), para o caso da Igreja Universal do Reino de Deus, a construção de templos obedece a um estudo prévio de mercado, sendo que ao invés de espaços religiosos modestos e afastados de áreas nobres urbanas, a Universal normalmente aluga grandes espaços físicos (tais como cinemas, garagens e fábricas desativadas). Ou ergue templos e, ultimamente, catedrais suntuosas de dimensões impressionantes, situadas em locais estratégicos das grandes cidades, geralmente ao longo de grandes avenidas e vias movimentadas de fácil acesso.

Considera-se ser possível de dizer que as denominações religiosas evangélicas neopentecostais e, para o nosso caso em particular, a Igreja Universal do Reino de Deus, apresenta um maior grau de flexibilidade adaptativa a uma sociedade brasileira que se encontrava em franco processo de modernização econômica e de urbanização acelerada desde meados da década de 1950. Quer seja devido ao seu forte e reiterado discurso imediatista respaldado sobre a teologia da prosperidade e de seu proselitismo religioso carismático de linguagem popular diante dos encontros e desencontros gerados pelos processos de modernização anômalos brasileiros, e à correlata subintegração aos valores e demais formas de comportamento, pensamento e ação propriamente modernos. Em especial, também, aos novos padrões socioeconômicos de renda e de consumo em uma sociedade que via expandir-se aceleradamente o mercado de bens culturais e de consumo de massa a partir de meados da década de 1960.

Pregada inicialmente por tele-evangelistas norte-americanos, sobretudo por Kenneth Hagin, a teologia da prosperidade foi implantada no Brasil pela Igreja de Nova Vida (ORO, 2006). Porém, a Igreja Universal do Reino de Deus e a Internacional da Graça de Deus, foram as principais difusoras dessa teologia no meio evangélico brasileiro. Por meio de tais conteúdos morais e valorativos, promove-se a difusão na crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos socio-individuais neste mundo, constituindo-se enquanto uma oferta sob medida para atender demandas de quem crê que pode se dar bem nesta vida e neste mundo (MARIANO, 2010).

Porém, a apropriação dos assim direitos concedidos aos fiéis é acompanhada pelo dever de observância a determinados preceitos “divinos”. Segundo Mariano (2010), para que possam “tomar posse” das bênçãos às quais têm direito, há a interligação de duas outras formas de exprimir-se a fé, quais sejam: a) confessar ou determina a posse das bênçãos prometidas por Deus a seus leais servos; e, b) obedecer às exigências bíblicas referentes à manutenção financeira da casa e da obra do senhor. Nesse sentido, ao associar-se a fidelidade do pagamento dos dízimos e à generosidade nas ofertas financeiras com as garantias de salvaguarda dos direitos a uma vida próspera e feliz neste mundo, têm-se a sacralização do dinheiro.

De acordo com Oro (2006), a Igreja Universal do Reino de Deus foi a primeira instituição religiosa brasileira a introduzir a monetarização na relação com o sagrado, baseado numa relação contratual. Segundo a teologia da prosperidade, portanto, não se constitui em nenhum problema ético ou moral-religioso a obtenção do lucro, assim como das disposições

individuais aos prazeres mundanos proporcionados pelo consumo de massa e demais modos de vida hedonistas: “[...] o dinheiro é uma ferramenta sagrada usada na obra de Deus” (MACEDO, 2000, p. 52).

Ademais, deve ser ressaltado que o forte e acentuado discurso imediatista e utilitário de afirmação do mundo e do livre gozo da “sacralização do dinheiro”, tal como ele o é empregado pela teologia da prosperidade, atua como elemento coparticipante do processo de abalo de seu próprio carisma institucional. Assim como já fora muito bem apreendido por Simmel (2009), o dinheiro na modernidade (por possuir em seu núcleo substancial intrínseco uma essência contábil e um poder libertador) é capaz de moldar e orientar o senso dos comportamentos sociais e das escolhas dos indivíduos, podendo levar, no limite, à corrosão do caráter e à colonização da psique dos sujeitos.

Com efeito, daí advém-se a possibilidade sempre aberta com relação ao declínio do poder de Deus e do pai, posto que, estes, vão sofrendo um processo de esvaziamento valorativo ante ao progressivo desenvolvimento dos modos de vida cada vez mais instrumentalizados que se seguem à ampliação dos espaços de autodeterminação dos indivíduos. Em especial, também, porque por meio da posse do dinheiro têm-se um maior raio de poder de satisfação e realização dos desejos, vontades e interesses individuais, isto é, de liberdade e de mobilidade socioindividual.

Dai, portanto, torna-se sociologicamente inteligível o fato de que, uma vez não se sentindo e presenciando a transformação do poder de Deus em suas vidas, a prosperidade e os ganhos materiais almejados e, também, prometidos pelos discursos oficiais pregados pela Igreja Universal do Reino de Deus, os indivíduos crentes e virtuais adeptos não sentem tanto o peso de autoculpabilidade moral ao migrarem para outras instituições religiosas. No limite, considera-se ser possível de dizer que o próprio valor moral-religioso de outrora, assentado sobre o poder absoluto dos desígnios divinos, é também paulatinamente corroído pelo próprio discurso oficial e dominante da teologia da prosperidade, sobretudo por tornar legítimo o livre gozo da sacralização do dinheiro. Nesse sentido, ao fazê-lo por meio de seus resultados funcionalmente práticos, eficientes e eficazes para os próprios fiéis, também se torna vítima do próprio discurso sustentado para a sua expansão.

No que diz respeito à perspectiva comportamental e, com efeito, ao seu maior grau de flexibilidade adaptativa à ressignificação dos modos e estilos de vida em curso, a Igreja Universal do Reino de Deus tem-se mostrado como sendo aquela instituição religiosa mais liberal entre as demais denominações pentecostais haja vista que:

[...] suprimiu características sectárias tradicionais do pentecostalismo e rompeu com boa parte do ascetismo contratual tipificado no estereótipo pelo qual os crentes eram reconhecidos e, volta e meia, estigmatizados. De modo que seus fiéis foram liberados para vestir roupas da moda, usar cosméticos e demais produtos de embelezamento, frequentar praias, piscinas, cinemas, teatros, torcer para times de futebol, praticar esportes variados, assistir televisão e vídeos, tocar e ouvir diferentes ritmos musicais (MARIANO, 2004, p. 124).

O surgimento da Igreja Universal se dá em meio a um amplo contexto histórico-social propício à escassez da esperança e de perspectivas certas em relação ao futuro. Diante desse contexto, a necessidade de previsão tende a se intensificar ante ao aumento dos níveis de incerteza. Após a euforia do crescimento econômico ocorrido entre 1968 e 1973, conhecido como “milagre econômico” brasileiro, o crescimento econômico nacional diminuiu no período de 1974-1979 (momento em que a balança comercial brasileira passou a apresentar enormes déficits ocasionados particularmente pela importação do petróleo). Trata-se de uma conjuntura histórica de crise e forte recessão econômica que atingiu duramente o país, sobretudo os assalariados, haja vista que no final da década de 1970, a inflação chegou a 94,7% ao ano, em 1980 já era de aproximadamente 110% e, em 1983, alcançou o patamar de 200%, sendo que no governo de José Sarney, em 1985, o índice inflacionário era de aproximadamente 285%.

Ademais, mudanças significativas na estrutura social brasileira também singularizam o período considerado. Alguns desses processos estruturais merecem destaque especial, tais como a industrialização, o processo de migração dos trabalhadores (tanto em termos regionais, assim como do campo para as cidades), o processo de urbanização acelerada e o desenvolvimento do setor terciário. Na década de 1950, a população ocupada nos vários setores da economia brasileira passava de 17 milhões. Em 1960, já era cerca de 26 milhões de pessoas, enquanto que na década de 1970, já ultrapassava os 34 milhões em 1976, já correspondia a quase 39 milhões de pessoas (IANNI, 2004c).

Em outros termos, torna-se possível de se constatar um acentuado declínio, tanto em termos absolutos assim como relativos, do contingente populacional ocupado na agricultura, seguido pelo aumento daqueles ocupados em atividades ligadas à indústria, ao comércio, às

esferas públicas e administrativas do governo e outras. Não bastasse o predomínio e o crescimento das cidades e da indústria sobre o campo e a agricultura, entre 1960 e 1970, cresceu bastante a renda do contingente populacional mais rico da sociedade brasileira, haja vista que “os 5% superiores da população remunerada tiveram a sua participação na renda aumentada de 27,4% para 36,2%, ao passo que os 50% inferiores caíram de 17,7% para 13,7%” (IANNI, 2004c, p. 291).

Esses dados nos são significativos na medida em que nos possibilita dimensionar a amplitude da gravidade dos impactos socioeconômicos que se dá, sobretudo, a uma expressiva parcela de assalariados no país quando estes se vêm assolados pela forte crise econômica e o crônico processo inflacionário que se segue após o período de relativa estabilidade e crescimento econômico do assim conhecido período do “milagre econômico” brasileiro.

As profundas desigualdades sociais e regionais que se seguiram de maneira concomitante ao intensivo processo de urbanização da sociedade brasileira após a década de 1950, também foram identificadas pelos setores mais progressistas da igreja católica, se tornando em alvo de contestação⁸⁸. O Movimento da Ação Católica após a década de 1960⁸⁹ passa a centrar-se sobre um necessário compromisso social às desigualdades socioeconômicas vigentes no país e aproximando o movimento das tendências progressistas de esquerda (PAIVA, 2002). Todavia, com o golpe de 1964, os militares chegam ao poder contando, inclusive, com o apoio dos setores mais conservadores da hierarquia eclesiástica da igreja católica. Os quais, por sua vez, temiam a radicalização do movimento progressista e de seu acentuado caráter de esquerda (PAIVA, 2002)⁹⁰. Dai que as lideranças mais atuantes do Movimento da Ação Católica começaram a perder seus cargos e postos estratégicos.

⁸⁸ Segundo Paiva (2002), o problema agrário referente à concentração fundiária no nordeste foi alvo de críticas e de contestação no início da década de 1950. Em 1954, bispos nordestinos reivindicavam por necessidade de reforma agrária. Em 1956, surge uma declaração de bispos nordestinos que colocava em relevo as condições sub-humanas do trabalhador rural. Já em 1958, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); criada em 1952 pela iniciativa de Dom Helder Câmara, condenava as estruturas sociais de dominação e de exploração no campo.

⁸⁹ Com relação à origem da Ação Católica, de acordo com Paiva (2002), esta é possível de ser encontrada na década de 1930 mediante a influência exercida pelos trabalhos de um grupo de teólogos franceses (dentre os quais se encontram Maritain, Yves Congar, Henri de Lubac, Mounier). E, posteriormente nos anos 40, por meio da influência obtida do contato com o grupo de operários na França que “propunham viver a religião não mais nas antigas alianças com as classes dominantes, mas sim, em nova aliança com o pólo dos dominados” (p. 168). Com relação ao referencial brasileiro, o padre Henrique de Lima Vaz fornece o embasamento filosófico e teológico, se tornando em forte inspiração à Ação Católica nos anos 60, mediante sua concepção de “consciência histórica” (PAIVA, 2002).

⁹⁰ É significativo ressaltar-se que durante a preparação do golpe de Estado, em 1964, simultaneamente ao modelo de desenvolvimento econômico que se instaura no país sobre o lema “segurança e desenvolvimento”, seguem-se também as palavras de ordem tais como “Deus, Pátria e Família” (IANNI, 2004c).

Durante a década de 1970, a Igreja Católica no Brasil regia a tônica mais progressista de toda a América Latina. Nessa mesma perspectiva, merece destaque especial o papel exercido pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que surgiram sobre a influência da teologia da libertação e adquiriram uma postura de forte oposição ao regime militar. Ao passo que, do outro lado, a Renovação Carismática Católica (RCC); surgida nos Estados Unidos no ano de 1967, representou “um movimento pentecostal dentro da própria Igreja Católica” (PRANDI; SOUZA, 1996, p. 64), e que contou com o apoio papal, sendo que suas diretrizes visavam, sobretudo, à despolitização da igreja ⁹¹.

O cenário religioso brasileiro que passa a se configurar em inícios da década de 1980 é marcado, portanto, pelo abalo da hegemonia católica face à consolidação e expansão do evangelismo pentecostal, assim como pelo processo de pentecostalização de setores do protestantismo histórico e do catolicismo romano (PRANDI; SOUZA, 1996). É em meio a este amplo contexto histórico-social que surge a Igreja Universal do Reino de Deus. Sendo possível de se dizer, inclusive, que a Universal se transformou, talvez, na mais importante das novas igrejas neopentecostais. Sua eficaz capacidade de adaptação e de flexibilidade ante aos encontros e desencontros que se seguem aos processos de modernização nacional brasileiro se deve, dentre outros aspectos, não somente à sua incrível capacidade de se adaptar como uma espécie de “organismo darwiniano” (ORO, CORTEN; DOZON, 2003) e fazendo-se valer do uso de sua estrutura burocrática altamente racionalizada, mas também, à sua peculiar concepção de fé, assim como à sua surpreendente capacidade de se adaptar às mais diversas situações de vida dos indivíduos crentes e fiéis.

4.3 – A luta social contra a figura do diabo

As representações de uma figura invisível associada ao mal (ao demônio) ocuparam um importante lugar no imaginário cristão medieval e também ainda ocupa nos tempos atuais. No que diz respeito ao caso brasileiro, por exemplo, “a imagem do diabo cristão trazida pelos portugueses se encontrou com noções próximas de entidades cultuadas pelas religiões não-

⁹¹ De acordo com Prandi e Souza (1996), na Renovação Carismática Católica, a renovação espiritual se dá por meio de sua associação aos dons do Espírito Santo, assim como pelo aprofundamento da via espiritual em detrimento da ação social afim ao engajamento do fiel no mundo e na busca por justiça social. A Renovação Carismática Católica surge em meio a um contexto religioso pluralista, representado tanto pela reação conservadora à teologia da libertação e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), assim como à reação estratégica da alta hierarquia da igreja diante da concorrência com o evangelismo pentecostal e neopentecostal em expansão, após a década de 1980.

europeias” (ORO, 2006, p. 326). Assim sendo, é possível de se dizer que a Igreja Universal não estaria necessariamente inovando, mas sim exacerbando um sistema preexistente⁹².

Porém, no caso em particular da Igreja Universal do Reino de Deus, além de se ter a reconhecida importância da figura do diabo e dos demônios como agentes e entidades causadoras dos males e problemas de toda a ordem que afetam não só as pessoas, mas também a própria sociedade, o diabo não somente é a antítese e o arqui-inimigo de Deus, como também ele o é a própria encarnação do mal. Uma presença constantemente ameaçadora na vida cotidiana das pessoas: “o fato é que realmente tudo o que existe de ruim neste mundo têm sua origem em satanás e seus demônios” (MACEDO, 2006, p. 93). Mais adiante, prossegue o bispo Macedo no mesmo trabalho de sua autoria:

Um demônio é uma personalidade; um espírito desejando se expressar, pois anda errante procurando corpos que possa possuir para através deles cumprir sua missão [...]. Doenças, miséria, desastres e todos os problemas que afligem o ser humano desde que este iniciou sua vida na Terra têm uma origem: o diabo. [...] os demônios, em sua maioria, personificam os males, atuam como espíritos sem cor, sexo, dimensões, enfim, sem corpos. Procuram seres vivos para através deles se exprimirem, e o homem é o seu principal alvo. Como não possuem corpos, vivem se apossando daqueles que não têm cobertura de Deus (MACEDO, 2006, p. 16-20).

Nos folhetos que são distribuídos nos dias de cultos de “corrente de libertação”, vem a seguinte convocação:

Você que tem a vida escravizada por estes sintomas: 1. nervosismo; 2. dores de cabeça constantes; 3. insônia; 4. medo; 5. desmaios ou ataques; 6. desejo

⁹² Com relação à tipologia católica, por exemplo, desde o século XVIII, “tornou-se cada vez mais econômica nas questões demonológicas, as quais, por sua vez, apropriadas pelas forças periféricas: ocultistas, satanistas, amadoras, grupos sectários marginais, algumas personalidades [...]. A teologia liberal, católica e protestante, simplesmente evita o mundo demoníaco, ou mencionando-o apenas como uma metáfora, um símbolo tradicional, uma abstração” (KOLAKOWSKI, 1985, p. 20). Ainda com relação ao caso católico, sobretudo após o Concílio Vaticano II, diz Oro (2006): “[...] Não existe mais uniformidade na doutrina de satanás e os demônios. Muitos teólogos colocam em dúvida a existência do diabo ou se manifestam positivamente contra ela. Outros procuram interpretar de maneira nova a tradição demonológica da igreja católica [...]. Parte dos teólogos ainda mantém a doutrina tradicional e muitos católicos ainda estão sob sua influência ou se confessam adeptos dela” (p. 326). Porém, no caso do catolicismo popular, o diabo continua sendo uma de suas personagens centrais, sendo o “móvel fundamental na explicação de eventos, das situações e dos comportamentos” (ORO, 2006, p. 327).

de suicídio; 7. doenças que os médicos não descobrem as causas; 8. visões de vultos ou audição de vozes; 9 vícios. 10. depressão. Então passe pelo Vale do Sal. Na ocasião estaremos distribuindo gratuitamente o óleo de Israel ⁹³.

Logo abaixo ao convite, segue-se o testemunho:

Desde a infância, em companhia da minha avó, frequentava o Candomblé, Umbanda e mesa branca. Com quatorze anos já era viciada em maconha, cocaína e crack. Na adolescência passei a prostituir-me para comprar drogas e roupas. Tentei suicídio por diversas vezes. Conheci o Senhor Jesus e tive a vida transformada

Nota-se que aquilo que se expressa como prática de culto e ação proselitista do evangelismo pregado pela Universal é o movimento escatológico de purificação. No qual, todo um passado pecaminoso e submetido por diversos infortúnios fora “superado” após a adesão dos indivíduos à igreja, se sua conversão e banimento das ações demoníacas. Ademais, deve-se também ser ressaltado que “as pessoas estão ali porque desejam a libertação do diabo e de seus males, mesmo que isso custe a incorporação de uma entidade, ou melhor, de um demônio” (ALMEIDA, 2009, p. 84-85).

A oração exposta a seguir, presente na etnografia realizada por Almeida (2009), nos fornece de maneira sucinta a natureza e a dimensão dos problemas relacionados à infelicidade, sofrimento, vazios, lesões nas relações intersubjetivas de reconhecimento recíproco, fracassos nas ações e empreendimentos socio-individuais e etc. Em suma, das motivações que levaram as pessoas aos cultos:

Em nome do Senhor e Salvador Jesus Cristo. Entramos na sua santa presença...Senhor, eu sei que a tua vontade é que este povo receba *vida*, e a prova dito é que o Senhor os trouxe aqui...Eu sei que a tua obra já esta sendo feita na vida desta pessoa que está aqui, em casa, no hospital, no

⁹³ Com relação aos sintomas de possessão demoníaca, estes se baseiam nos trabalhos de Edir Macedo, que assim os elenca: a) nervosismo; b) dores de cabeça constantes; c) insônia; d) medo; e) desmaios ou ataques; f) desejo de suicídio; g) doenças que os médicos não descobrem as causas; h) visões de vultos ou audição de vozes; i) vícios; j) depressão (MACEDO, 2006, p. 59-60).

presídio...*São pessoas*, meu Deus, que já bateram em muitas portas. *São pessoas* que já confiaram em muitos deuses. Já fizeram muitas obrigações. Que já receberam muitas promessas. *São pessoas que desejam que as perguntas do seu coração sejam respondidas...* Tem gente aqui, meu Deus, que quer saber o porquê. *O porquê de tanto sofrimento. O porquê de tanta infelicidade. O porquê de tanto fracasso, de tanta derrota.* Porque que a sua vida financeira é amarrada. O porque de ela se frustrar na sua vida sentimental. E só quem pode responder é o Senhor...Então responda, Senhor. Temos chamado esta reunião de dia da libertação. Então, que haja libertação...Se existe alguém aqui que foi vítima de uma obra de macumbaria, de feitiçaria, de magia, de inveja ou qualquer outra obra maligna, que esta obra seja desfeita. Que para isso o Senhor se manifestou. Manifestou para desfazer as obras do diabo. Que a obra do diabo seja desfeita, meu Pai. E que este povo saia daqui glorificando o nome do Senhor Jesus...Meu pai que está nos céus, de um basta no sofrimento dela. *Existe uma revolta contra essa situação. Porque nós não aceitamos a derrota. Não aceitamos o fracasso.* Não aceitamos o paliativo. Não aceitamos somente o alívio. Nós queremos a cura. Queremos a libertação...É o que nós te pedimos, Senhor, porque cremos na tua providência (p. 75-76 – grifo nosso).

A problematização do sofrimento, a busca por suas origens, nexos de causalidade e dotação de sentido por parte dos fiéis, assim como a oferta de promessa de libertação para tamanhos infortúnios, constrangimentos sociais e vazios, correspondem ao eixo por meio do qual o senso da ação dos cultos pode ser apreendido e os conflitos objetivados. Na edição de nº 1036, de 12 de fevereiro de 2012, do jornal *Folha Universal*, há uma matéria de aproximadamente duas páginas em que é possível de se constatar as humilhações, as sensações que retratam a ausência de reconhecimento, o desrespeito e o preconceito, sofrido por garis, faxineiros, empregadas domésticas e demais auxiliares de limpeza e de serviços gerais.

São sujeitos que, em larga medida, sofrem com recorrentes humilhações advindas das lesões e fraturas nas bem-sucedidas relações de reconhecimento intersubjetivas. Assim como também vivenciam situações de desrespeito e invisibilidade sociopessoal, e sendo acometidas por profundos sentimentos de vergonha e de rebaixamento do valor de sua própria identidade. Assim nos diz o depoimento de um os trabalhadores entrevistados pela referida matéria e que, por sua vez, também é membro da Igreja Universal:

Bati sem querer a vassoura na mão de uma morena, que segurava um presente. O presente era de vidro e quebrou. Ela ficou doida, começou a

gritar e chamou a polícia, que estava do nosso lado. Ela queria que os policiais me obrigassem a pagar o presente, que era para a mãe dela. Eles disseram que não, que eu estava trabalhando. *O pior é que ela nem conversou comigo. Se ela tivesse me ouvido, eu teria pago o presente. Não precisava ter chamado a polícia* (p. 9 – grifo nosso).

Ainda com relação ao problema das lesões psicossociais que norteiam as relações intersubjetivas de reconhecimento recíproco, na edição de nº 1046, de 22 de abril de 2012 do jornal *Folha Universal*, encontra-se o depoimento de uma jovem que há tempos trabalho como prostituta e que após ter começado a frequentar os cultos de libertação da Igreja Universal, o abandonara. São notórias as manifestações de desânimo, vazios, sentimentos de vergonha, rebaixamento e degradação de seu próprio valor e estima psicossocial:

Eu queria o dinheiro para gastar com os meus desejos; o problema é que eu ganhava muito, mas vivia endividada. [...] Aquelas pessoas falavam coisas das quais até eu ficava envergonhada às vezes. São momentos em que a gente se sente como lixo, como um nada, sem nenhum valor, parece que toda sujeira esta no nosso corpo. [...] Quantas vezes temos que tomar calmante pra dormir, tamanha a dor na alma (p. 3i).

O temor em relação ao fantasma do desemprego, assim como das precárias condições de trabalho vivenciadas por trabalhadores subcontratados em empregos temporários, das humilhações e demais situações nas quais é possível de se constatar a denegação de direitos e o rebaixamento do valor da pessoa humana, também são relatos recorrentes nos diversos depoimentos de muitos dos indivíduos crentes, fiéis e virtuais adeptos que recorrem à Igreja Universal do Reino de Deus ⁹⁴.

⁹⁴ Na edição de nº 1077, de 25 de novembro de 2012 da *Folha Universal*, o regime precário dos empregos temporários na sociedade brasileira é alvo de denúncia. Valendo-se do uso de dados estatísticos obtidos a partir das pesquisas de opinião encomendadas pela Associação Brasileira das Empresas de Serviços Terceirizáveis de Trabalho Temporário (Assertem), e da Confederação Internacional das Agências de Emprego Privadas, a matéria de capa publicada no referido jornal atenta-se para um dado significativo, ainda que também o seja preocupante, qual seja: trata-se da expansão do número de vagas de empregos temporários que são abertas no Brasil nos finais do ano, desde 2006, quando fora realizada a primeira mensuração de tal quadro. De acordo com tais dados, não obstante à constatação de que o Brasil corresponde ao terceiro no ranking de países com empregos temporários (estando atrás apenas dos Estados Unidos e da África do Sul), em 2007, foram aberta cerca de 105 mil postos e empregos temporários (sendo que, deste total, aproximadamente 16,5% foram efetivados) enquanto que, em 2011, o número de vagas temporárias saltou para 147 mil (ao passo que apenas 5% destas foram no final efetivadas). Já para o ano de 2012, o total de vagas temporárias até então previstas, correspondia ao montante de

Interessa-nos aqui a retratação de como o cotidiano o mundo do trabalho e a situação de vida das pessoas entrevistadas (as quais também são membros fieis ou frequentadores da Igreja Universal do Reino de Deus) traduzem vivências perpassadas por profundas lesões nas relações de reconhecimento recíproco, humilhações e denegação de direitos. Configurando, portanto, uma tessitura social propícia para que possamos estabelecer os nexos de sentido ao senso do espírito combativo da guerra, da intolerância e da violência, assim como da projeção do ódio reprimido que tenderá a ser canalizado para a dimensão social da luta que se trava contra a figura do diabo. Pois,

Nessas reações emocionais de vergonha, a experiência de desrespeito pode tornar-se o impulso motivacional de uma luta por reconhecimento. Pois a tensão afetiva em que o sofrimento de humilhações força o indivíduo a entrar só pode ser dissolvida por ele na medida em que reencontra a possibilidade da ação ativa; [...] Simplesmente porque os sujeitos humanos não podem reagir de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais, representadas por maus-tratos físicos, pela privação de direitos e pela degradação, os padrões normativos do reconhecimento recíproco têm uma certa possibilidade de realização no interior do mundo da vida social em geral; pois toda reação emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência (HONNETH, 2003, p. 224).

Na edição de nº 1077 de 25 de novembro de 2012, da *Folha Universal*, uma das pessoas entrevistadas se queixa dos abusos sofridos e da pressão moral que norteia as insistentes cobranças e exigências na execução de horas extras:

Cheguei a reclamar no fim do ano, nos últimos dias, porque, em alguns, dobrei (o turno), ficando das 10 da manhã até 11 da noite. Alegavam que iam pagar, o que só aconteceu uma vez, ou ficavam dizendo que eu é que tinha concordado em ficar. Você acaba deixando pra lá, resigna-se (p. 13).

O depoimento de uma terceira pessoa não deixa de surpreender pelas profundas sensações de humilhação, desrespeito e rebaixamento da autoestima que se segue à denegação e privação do direito do valor da pessoa humana. No limite, tem-se que as reiteradas práticas de assédio moral à qual fora submetida, não deixam de traduzir algo que não seja a quase que total ausência de relações bem-sucedidas de reconhecimento recíproco:

Mesmo no caixa, precisava convencer os clientes a parcelarem no cartão da marca. [...] Falaram que eu era incompetente, não servia pra nada, um monte de coisa. Ficaram jogando palavras até eu chorar...e eu chorei. Tudo aquilo me machucou, mas o que mais doeu foi ter de abaixar a cabeça porque preciso do emprego, tenho uma filha pequena para criar. [...] É uma sala usada para humilhar as pessoas. [...] Um colega comentou ainda que, para convencer os clientes a fazer o cartão da loja na visão dos supervisores, deveria se fazer de tudo, como já fora feito por funcionários antigos, inclusive dar o número de telefone e levantar a blusa (p. 14).

Axel Honneth (2003) tem demonstrado que o ressentimento que emerge da ausência de reconhecimento é propulsor, no plano individual, o isolamento social e do adoecimento psíquico ⁹⁵. Ao passo que, no plano coletivo, têm-se não somente a dilaceração do tecido social, assim como da violência coletiva, expressa em nosso trabalho pela luta social travada contra a figura do diabo, o bode expiatório e agente culpado responsável por causar uma infinidade de maus e desgraças na vida dos indivíduos. O sentido da luta social, segundo Honneth (2003), se remete a uma,

[...] luta dos sujeitos pelo reconhecimento recíproco de sua identidade, uma pressão intrassocial para o estabelecimento prático e político de instituições garantidoras da liberdade; trata-se da pretensão dos indivíduos ao reconhecimento intersubjetivo de sua identidade inerente à vida social desde

⁹⁵ Sobre a idéia de reconhecimento, nos diz Honneth (2003): “na medida em que se sabe reconhecido por um outro sujeito em algumas de suas capacidades e propriedades e nisso está reconciliado com ele, um sujeito sempre virá a conhecer, ao mesmo tempo, as partes de sua identidade inconfundível e, desse modo, também estará contraposto ao outro novamente como um particular” (p. 47). Ou seja, “uma autoexperiência integral do sujeito [...], só é possível, portanto, sob a condição de que o indivíduo aprenda a conceber-se também como sujeito das produções práticas” (p. 73). Pois, “o desenvolvimento da identidade pessoal de um sujeito está ligado fundamentalmente à pressuposição de determinadas formas de reconhecimento por outros sujeitos” (p. 78).

o começo na qualidade de uma tensão moral que volta a impelir para além da respectiva medida comunicativamente vivida, pelo caminho negativo de um conflito a se repetir de maneira gradativa (p. 29-30).

Em relações bem sucedidas de reconhecimento, os sujeitos se sentem seguro do valor social de sua identidade pessoal. A conscientização do próprio valor reconhecido pelo indivíduo tende a culminar com o autorespeito, pois “ele se refere À atitude positiva para consigo mesmo que um indivíduo pode adotar quando reconhecido pelos membros de sua coletividade como um determinado gênero de pessoa” (HONNETH, 2003, p. 137). Em outros termos, isso equivale a dizer que,

Os confrontos práticos que se seguem por conta da experiência do reconhecimento denegado ou do desrespeito representam conflitos em torno da ampliação tanto do conteúdo material como ao alcance social do *status* de uma pessoa de direito (HONNETH, 2003, p. 194).

Assim sendo, o processo social da ação de luta comporta enquanto significado específico a existência de um distúrbio ou lesão nas relações sociais de reconhecimento. Distúrbios e lesões estas que, contemporaneamente e em termos sócio-estruturais de maior amplitude, passam a encontrar fecundas conexões causais na dimensão precária do valor da liberdade que se segue à ampliação dos espaços de autodeterminação dos indivíduos antes às frustrações das expectativas ideais do “eu” em tempos de globalização. Sobretudo por se tratar de um “eu” quase que totalmente absorvido pelos valores hegemônicos da ideologia neoliberal e pela cultura moderna do “novo espírito do capitalismo”.

Vai se tornando sociologicamente inteligível, portanto, que o espírito combativo da guerra, da intolerância e da violência deriva não somente da complexidade dos indivíduos apreenderem cognitivamente os nexos profundos de causalidade dos problemas socioeconômicos contemporâneos em tempos de globalização, mas também, das lesões nas relações de reconhecimento socioindividual ante aos inúmeros esforços e sacrifícios pessoais realizados. Tendo que se sujeitarem, inclusive, à realização de atividades penosas e quando não degradantes, como meio afim à atenuação do temor em relação ao desemprego e demais sanções materiais presentes e futuras, assim como à busca pela desejável autorealização pessoal e profissional.

O autorrespeito subjetivo (isto é, a valoração positiva da própria identidade do indivíduo) se funda quando os sujeitos apreendem conscientemente que merecem o reconhecimento de todos os outros pelas suas realizações pessoais, potenciais inventivos e criativos e demais esforços dispendidos. Porém,

[...] é o caráter público que os direitos possuem, porque autorizam seu portador a uma ação perceptível aos parceiros de interação, o que lhes confere a força de possibilitar a construção do autorespeito; com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável (HONNETH, 2003, p. 197).

Ou seja,

[...] o Ego e o Alter só podem se estimar mutuamente como pessoas individualizadas sob a condição de partilharem a orientação pelos valores e objetivos que lhes sinalizam reciprocamente o significado ou a contribuição de suas propriedades pessoais para a vida do respectivo outro (HONNETH, 2003, p. 199).

Isso equivale em dizer-se que os sujeitos também precisam, além dos conteúdos materiais em termos de ganhos conquistados, de uma estima social capaz de lhes permitirem se autorreferirem subjetivamente de maneira positiva às suas capacidades pessoais concretas, proporcionando-lhes o desenvolvimento da autoestima em si próprio. Com o declínio do peso do valor conferido à hierarquia tradicional comunitária e estamental que se segue ao advento e desenvolvimento da modernidade, “uma pessoa só pode se sentir ‘valiosa’ quando se sabe reconhecida em realizações que ela justamente não partilha de maneira indistinta com todos os demais” (HONNETH, 2003, p. 204). Na modernidade, portanto, “a individualização das realizações é também, necessariamente concomitante com a abertura das concepções axiológicas sociais para distintos modos de autorealização pessoal” (HONNETH, 2003, 205).

Nesse sentido, tem-se que no atual estágio de desenvolvimento e de configuração sócio-estrutural das sociedades modernas complexas, nas quais se constata a ampliação dos espaços de autodeterminação dos indivíduos, o sujeito entra na disputa por estima social como grandeza biograficamente individuada. Pois, aquele princípio da reputação referente ao valor da honra que outrora podiam ser escalonados e encontravam respaldo legítimo nos estamentos comunitários tradicionais, ao migrarem para uma relação jurídica alçada na validade universal da defesa e do respeito aos valores da dignidade da pessoa humana e da integridade dos indivíduos, tem-se como resultado o sujeito individuado como o destinatário da estima.

Assim sendo, de fundamental importância para o estabelecimento de relações bem-sucedidas de reconhecimento, do autorespeito e da autoestima são as chances pressupostas para um efetivo processo de autorealização pessoal. E não somente da mera ampliação dos espaços de autodeterminação dos indivíduos. Ademais, deve-se também levar em consideração que são também indivíduos mais bem formados e informados. E que tendo internalizado o senso da cultura do “eu” como meio de buscarem por suas respectivas autorealização pessoal, profissional e demais aspirações por mobilidade social, aspiram por medidas valorativas de estima socialmente reconhecidas e capazes de lhes atestarem sobre o merecimento e o reconhecimento de suas realizações, potenciais inventivos, criativos e demais esforços realizados, pois:

[...] com a individuação [...], modifica-se também a relação prática consigo próprio em que ela faz entrar os sujeitos; agora o indivíduo não precisa mais atribuir a um grupo inteiro o respeito que goza socialmente por suas realizações conforme os *standards* culturais, senão que pode referi-lo a si próprio. Nesse sentido, sob essas novas condições, vai de par com a experiência da estima social uma confiança emotiva na apresentação de realizações ou na posse de capacidades que são reconhecidas como ‘valiosas’ pelos demais membros da sociedade (HONNETH, 2003, p. 210).

Para que se possa alcançar uma autorrelação bem sucedida no que diz respeito às experiências de reconhecimento, os sujeitos dependem do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações, haja vista que:

[...] se uma tal forma de assentimento social não ocorre em alguma etapa de seu desenvolvimento, abre-se na personalidade como que uma lacuna psíquica, na qual entram as reações emocionais negativas como a vergonha ou a ira. Daí a experiência de desrespeito estar sempre acompanhada de sentimentos afetivos que em princípio podem revelar ao indivíduo que determinadas formas de reconhecimento lhe são socialmente denegadas (HONNETH, 2003, p. 220).

Para o caso peculiar de nosso problema de investigação e apreendendo-o em nível sócio-estrutural dos valores predominantes da cultura moderna na contemporaneidade, tem-se que as ações orientadas às expectativas ideais do “eu”, uma vez sendo acometidas abruptamente pelo fracasso, remetem-se à infração e violação exatamente daquelas normas pressupostas como sendo válidas, “certas”, “seguras” ou “infallíveis” ao êxito e sucesso individual. Sendo estas, por sua vez, também socialmente fabricadas por meio do auxílio do discurso oficial e dominante da ideologia neoliberal e corporificada no “novo espírito o capitalismo”. Nesse sentido, portanto, os conflitos sociais resultantes, em termos sócio-estruturais e tal como ele o é proposto pelo método da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, podem ser apreendidos como sendo uma manifestação reativa dos sujeitos quando vivenciado uma espécie de “contrachoque” e o imprevisto da ação em razão da violação de expectativas ideais e normativas de comportamento pressupostas como válidas.

Em outros termos, além de verem se distanciarem cada vez mais do controle e domínio subjetivo do curso de suas ações e planos pessoais em relação às perspectivas certas de futuro em tempos de globalização e de um mundo cada vez mais impregnado por um conhecimento social e humano reflexivo agora também tem de conviverem com as inevitáveis frustrações das expectativas ideais do “ego” e com um ideal valorativo de liberdade individual cada vez mais precário.

Uma vez que a cultura do individualismo em sociedades modernas complexas tem sido quase que totalmente absorvida, colonizada e corroída pela ideologia neoliberal, chega-se neste momento, portanto, às possíveis conexões de sentido existentes entre a propensão à proliferação e exacerbação dos conflitos sociais para com os valores socioculturais majoritariamente predominantes da cultura moderna na contemporaneidade. Em especial naquilo que se refere à lógica autodestrutiva do capital financeiro. Conforme Bauman (2009 – *Confiança e medo na cidade*), a supervalorização do indivíduo, uma vez sendo acrescida da vulnerabilidade do mesmo diante de uma sociedade moderna cada vez mais suscetível à

radicalização dos riscos, incertezas e medos globais, trouxe como consequência imprevista um “sentimento de culpa sobre a ferida da impotência”, seguido pelo “medo de ser inadequado”. Ou seja,

[...] a incerteza do futuro, a fragilidade da posição social e a insegurança da existência – que sempre e em toda parte acompanham a vida na modernidade líquida, mas têm raízes remotas e escapam ao controle dos indivíduos – tendem a convergir para objetivos mais próximos e a assumir a forma de questões referentes à segurança pessoal: situações desse tipo transformam-se facilmente em incitações à segregação-exclusão que levam – é inevitável – a guerras urbanas (BAUMAN, 2009, p. 41).

Quando as subjetividades se encontram submetidas ao julgo e domínio da lógica corrosiva da ideologia neoliberal, introjetando-se a crença na ilusão de que o sucesso e o fracasso na vida passam a depender quase que exclusivamente da realização de exaustivos esforços e sacrifícios eminentemente individuais, a dimensão do ressentimento e do senso de autculpabilidade ante as inevitáveis frustrações das expectativas ideais do “ego” também passam a comportarem efeitos sócio-patogênicos. Podendo ser expresso na necessidade de se encontrar pelos nexos causais que sejam inteligíveis para o fracasso e dotando-os de sentido, haja vista que todos os esforços despendidos na consecução dos planos de ação aos fins almejados e idealizados não apresentaram os resultados esperados, gerando-se um processo de desilusão subjetiva diante da ausência de reconhecimento por tamanhos esforços realizados. Daí, portanto, a maior suscetibilidade de se encontrar e, simultaneamente, projetar-se o ódio reprimido nos agentes culpados, reais ou imaginados.

Assim sendo, tem-se que as possíveis imputações causais que se referem à luta social travada contra a figura do diabo passam a assumir uma nova semântica sociocultural na contemporaneidade. Isto é, a luta social contra a figura do diabo também comporta, portanto, um significado de ordem sociocultural e cujas raízes podem ser encontradas na prevalência hegemônica do discurso oficial e dominante da ideologia neoliberal. Nesse sentido, tem-se que as motivações dos conflitos sociais, da violência e do comportamento destrutivo, derivam possivelmente de um processo social no qual o reconhecimento é incompleto: “nesse caso, o motivo interno do criminoso é constituído pela experiência de não se ver reconhecido de uma

maneira satisfatória na etapa estabelecida de reconhecimento mútuo” (HONNETH, 2003, p. 52-53).

As frustrações das expectativas ideais do “ego” tendem a acentuar um processo e autodistanciamento em que o sujeito vai se tornando estranho a si mesmo. A pessoa sente que falhou na realização de seu potencial e expectativa, a ponto de não se reconhecer a si mesma, sentindo-se rebaixada e desvalorizada. Sigmund Freud (2011) talvez tenha sido um dos pioneiros em demonstrar que a descarga das pulsões instintuais de agressividade e de destruição pode ser projetada pelos indivíduos de diversas maneiras, além de ser uma gratificação, proporcionando satisfação e prazer:

Evidentemente não é fácil, para os homens renunciar à gratificação de seu pendor à agressividade; não se sentem bem ao fazê-lo. [...] o Diabo seria o melhor expediente para desculpar deus, teria a mesma função econômica de descarga que têm os judeus no mundo do ideal ariano (FREUD, 2011, p. 60-66).

Decorre-se disso que o ímpeto e cólera que se segue às experiências frustradoras podem ser projetados pelo indivíduo de diversas maneiras: de um lado, pode ser dirigida ao objeto real e genuíno que a produziu – o que, no limite, seria o próprio sistema capitalista. Porém, se este direcionamento da agressão, da fúria e do ódio reprimido é impossibilitado ⁹⁶, produz-se um processo psicossocial complexo de deslocamento e, assim sendo, o potencial explosivo dos conflitos sociais e da violência se projeta para outros objetos, símbolos ou ao próprio indivíduo ⁹⁷. Assim sendo, a autorepressão dos sentimentos e das vontades que derivam da impotência e da frustração das expectativas ideais do “eu”, com o passar do tempo, tendem também a se projetarem externamente no sentimento de ódio reprimido.

⁹⁶ Tal impossibilidade de apreensão cognitiva deve-se, em parte, pela complexidade de serem cognitivamente apreendidos seus reais agentes causadores e responsáveis pelos problemas socioeconômicos e demais condições sociais onerosas que os afligem. Sobretudo porque, contemporaneamente, estas, ao apresentarem nexos e cadeias de causalidade de alcance sistêmico, tornaram-se ainda mais difusas.

⁹⁷ Em uma das inúmeras pesquisas empíricas compiladas por Seligmann-Silva (2011), constata-se que em casos extremos de situações e desemprego vivenciados por indivíduos que realizaram inúmeros esforços em termos de qualificação e especialização profissional foram detectadas como consequências e respostas psicológicas no ambiente familiar: a) agressão; b) regressão; c) fixação; d) apatia. Nesse sentido, “a dor e a frustração ocasionadas pelo desemprego e pela impotência para a luta eficaz conduziam, de forma infeliz, a ataques dirigidos contra a própria família, ou, com frequência, à autoagressão [...]. A agressão deslocada para outros objetos tende a localizar-se na família. Esta se converte na depositária mais segura e próxima da falta de perspectiva e de alternativas. O desemprego prolongado vai gerando uma série de condições que afetam o modo de vida do grupo familiar. Surge a instabilidade emocional, ocorrem acusações recíprocas entre os conjugues, um exige do outro mais do que pode ser dado” (p. 426).

Desencadeando uma intensa irritabilidade e a exigência de um novo aumento do esforço de autocontrole, pois,

[...] na estrutura das relações humanas de interação, está inscrita a expectativa normativa de deparar com o reconhecimento dos outros sujeitos, pelo menos na forma da pressuposição implícita de encontrar nos planos de ação do outro uma consideração positiva (HONNETH, 2003, p. 87-88).

Dáí advém-se que a ação social conflituosa e agressiva com que os sujeitos excluídos, frustrados e desiludidos reagem visam, de certo modo, dar-se a conhecer-se novamente. Ademais, a dimensão psicossocial da ação de luta, tal como ela o é exercida analogamente em uma manifestação de greve, por exemplo, implica no esforço socioindividual para o restabelecimento do ânimo e das esperanças em se vencer as condições sociais adversas, onerosas, opressivas e demais sentimentos oriundos das lesões das relações bem-sucedidas de reconhecimento recíproco. Apresentando, portanto, íntimas afinidades entre a dignidade, a esperança de libertação e o fortalecimento da saúde psicossocial abalada, posto que quando as expectativas de mudança de elevam, quadros depressivos chegam, inclusive, a diminuir ou a desaparecerem (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Ou seja, uma vez tendo-se realizado “exorcismo”, efetiva-se a vitória sobre o sofrimento e vazios dos indivíduos crentes e fiéis ou virtuais adeptos, pois “os endemoniados, agora ‘libertos’, voltam para seus lugares cantando e batendo palmas” (ALMEIDA, 2009, p. 98). Todas as pessoas entrevistadas por Almeida (2009) afirmaram sentirem um grande alívio, acreditando que todos os infortúnios de suas vidas, causados pela possessão dos demônios, foram extirpados.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Norteador pelo método compreensivo da sociologia de Max Weber e pelo analítico e interpretativo proposto pela sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, tem-se como hipótese central com a qual se encerra este trabalho que: o conteúdo motivacional norteador da eleição e desenvolvimento desta ação e relação social – me refiro àquele do sentido da luta social travada contra a figura do diabo – corresponde, em última instância, à *construção social da segurança e da certeza, da revitalização do ânimo e do reconhecimento psicossocial dos sujeitos*. E que, por sua vez, é obtida através do “exorcismo” e “banimento” desta entidade e figura simbólica que representa uma espécie de mal absoluto, responsável por causar uma infinidade de maus e desgraças na vida dos indivíduos: desemprego, doenças e demais problemas graves de saúde, vícios, prostituição, falências, problemas conjugais, consciência da dúvida e do medo, solidão e etc.

Em outros termos, trata-se da busca por novas formas e modos de objetivações valorativas assentadas sobre modos de vidas seguros, à busca por refúgio e proteção às sensações de sofrimento e desamparo psicossociais, à busca por ânimo e pela esperança atualizada no tempo presente. O qual é perpassado por vários constrangimentos sociais e lesões nas relações de reconhecimento recíproco, profundas sensações de mal-estares em

meio a uma realidade social que viu se acentuar a radicalização das patologias psicossociais da modernidade. Nesse sentido, tem-se que o processo de modernização nacional brasileiro, ao modo como ele se desenvolve no atual século, apresenta uma face conservadora, expressa pela nova semântica sociocultural assumida pela luta social contra a figura do diabo na contemporaneidade. Porém, tal hipótese necessita e ser aprofundada em trabalho posterior.

Desse modo, tem-se que o sentido da luta que se trava contra a figura do diabo apresenta um aspecto simultaneamente espiritual e social. Haja vista que ao “exorcizarem” e expulsarem este agente nocivo e estranho, também objetivam superar e banir não somente os problemas sociais gerados pelas profundas desigualdades e constrangimentos sociais pretéritos referentes ao nosso dilema do anacronismo que se segue aos processos tardios de modernização nacional, como quanto os presentes, referentes às contradições e desigualdades sociais sistêmicas produzidas e acentuadas pelo processo de globalização contemporâneo do capitalismo. Luta esta que, por sua vez, deve ser apreendida com todo seu teor combativo de ira, revolta, indignação e insatisfação em face da vivência cotidiana de uma realidade social contemporânea perpassada e atravessada por inúmeros constrangimentos sociais e denegação de direitos.

Assim sendo, portanto, o sentido social da luta que se trava contra a figura do diabo se remete à construção social da segurança e da certeza assim como, simultaneamente, à revitalização do ânimo e da projeção do ódio reprimido que se segue aos inúmeros constrangimentos sociais e demais experiências de denegação e/ou privação de direitos. Trata-se de uma nova semântica sociocultural na qual a luta apresenta íntimas afinidades com as contradições sociais produzidas e agravadas pela radicalização dos processos de modernização, e que se transfiguram para uma figura simbólica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo. **A Igreja Universal e seus demônios: um estudo etnográfico**. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2ªed. Campinas: Autores Associados, 2005.

ALTVATER, Elmar. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER, A. et ali. **A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto/Corecon, 1999, p. 109-153.

ALVES, Isaias. Estatística e despesas educacionais. In: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elucidário apresentado à Primeira Conferência Nacional de Educação**. Rio de Janeiro: IBGE, 1941, p. 665-667. V. 1.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ARENARI, Brand; TORRES, Roberto. Os batalhadores e o pentecostalismo: um encontro entre classe e religião, p. 271-308. In: SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **A Sociedade Individualizada. Vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Educação Rural capitalista. A contradição entre a educação modernizadora e a educação de classe popular na Campanha Nacional de Educação Rural**. 288f. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony. e LASH, Scott. **Modernización Reflexiva: política, tradición y estética en la orden social moderna**. 1ª ed. Madrid: Editora Alianza, 1997.

BECK, Ulrich. **Hijos de la libertad**. 2ª ed. México: FCE, 2002.

BECK, U. **La individualización. El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas**. Barcelona: Paidós, 2003a.

BECK, Ulrich. **Liberdade ou capitalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2003b.

BECK, Ulrich. **La mirada cosmopolita o la guerra es la paz**. Barcelona: Paidós, 2005.

BECK, Ulrich. **Que és la globalización**. 1ª ed. Barcelona: Paidós, 2008.

BECK, U. **El Dios personal. La individualización de la religión y el <<espíritu>> del cosmopolitismo**. Barcelona: Paidós, 2009.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura.** 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BÍBLIA, Coríntios. **Bíblia de Estudo Aplicação Pessoal.** 15ª ed. Sociedade Bíblica do Brasil: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2010.

BIRMAN, Joel. **Arquivos do mal-estar e da resistência.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 171-195.

BODEI, R. **I senza Dio. Figure e momenti dell' ateísmo. A cura de Gabriella Caramore.** Brescia: Morcelliana, 2001.

BODEI, R. **Livro da memória e da esperança.** Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BOÉTIE, Étienne de la. **Discurso sobre a servidão voluntária.** 2ªed. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 2009.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CASTRO, J. A.; JÚNIOR, J. C. Políticas sociais no Brasil: gasto social do governo federal de 1998 a 2002. In: JACCOUID. L (org. a). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2005. Cap. 6, 261-318. Disponível em: http://www.ipea.org.br/sites/000/2/livros/questaosocial/cap_6.pdf.

CORTEN, A., DOZON, J. e ORO, A. **A Igreja Universal do Reino de Deus. Os novos conquistadores da fé.** 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 2003.

DRAIBE, Sônia Mirian. **Brasil 1980-2000: proteção e inseguranças sociais em tempos difíceis.** Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP – Cadernos de Pesquisa nº 65, NEPP – Unicamp -, 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** 2ª ed. Vol.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ESPOSITO, Roberto. **Tercera persona. Política de la vida y filosofía de lo impersonal.** 1ª ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

FARIA, Glauco. **O governo Lula e o novo papel do Estado brasileiro.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

FILGUEIRAS, Luiz Fernando. **A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições.** São Paulo: Boitempo, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz Fernando. (2005). **O neoliberalismo no Brasil. Estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** Disponível em: <http://www.flexibilizacao.ufba.br/C05Filgueiras.pdf>.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata.** 4ª ed. São Paulo: Unesp, 1997.

FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil. Da constituinte ao impeachment.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização.** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo. Problemas conceptuales en Ciências Sociales y Ciências del lenguaje. In: GONZÁLEZ-CASANOVA, P. & ROITMAN-ROSENMAN, M. **La formación de conceptos en Ciências y Humanidades.** Mexico: Siglo XXI Editores, 2006, p. 199-217.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Editora 34, 2003.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, S.P: EDUSC, 2004c.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

IANNI, Octavio. **A sociologia e o mundo moderno**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

ILÍADA, Iole. **Influências do neoliberalismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, jun., 2009. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/influencia-do-neoliberalismo-no-Brasil-por-iole-iliada>.

IBGE 2012. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_4.pdf

JUNIOR, L. de C. C. **Pentecostalismo**. São Paulo: Ática, 1995.

KOLAKOWSKI, L. **O diabo**. *Religião e Sociedade*, v. 12, n.2, p. 4-22. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

MACEDO, Edir. **Orixás, Caboclos e Guias. Deuses ou Demônios**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Universal, 2006.

MACEDO, Edir. **Vida com abundância**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Universal Produções, 2000.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostalismo. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

MARIANO, Ricardo. **Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais.** Civitas, Porto Alegre, v. 3, nº 1, jun. 2003, p. 111-125.

MARIANO, Ricardo. **Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal.** Estudos Avançados, v. 18, nº 52, 2004, p. 121-138.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostalismo. Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2010.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ORO, Ari Pedro. **O neopentecostalismo macumbeiro.** Revista USP, n. 68, p. 319-332, 2006.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

PAIVA, A. R. **Católico, Protestante e Cidadão. Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos.** 1ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e educação de adultos.** São Paulo: Loyola, 1987.

PIERUCCI, A. F. e PRANDI, R. **A realidade social das religiões no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

PIERUCCI, A. F. **Bye bye Brasil. O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000.** Estud. av., São Paulo, v. 18, n. 52, Dec. 2004.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2012.

PRANDI, Reginaldo; SOUZA, André Ricardo de. A carismática despolitização da Igreja Católica. P. 59-91. In: PIERUCCI, Antonio. Flávio. e PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo.** São Paulo: Cortez, 2011.

SIMMEL, Georg. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUZA, J. OËLZE, B. (orgs.). **Simmel e a modernidade.** Brasília: Editora UNB, 1998, p. 41-77.

SIMMEL, G. **As grandes cidades e a vida do espírito (1903).** Mana, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, outubro 2005.

SIMMEL, Georg. **Psicologia do dinheiro e outros ensaios.** 1ª ed. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania. Para uma sociologia política da modernização periférica.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX. Ensino primário e secundário no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolívar. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade.** Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 2ª ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2008.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Vol. 1.** 4^a ed. Brasília: UNB, 2009.

WEBER, Max. **Sociologia das religiões.** 1^a ed. São Paulo: Ícone, 2010.